



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

KARINA VIANA DA SILVA

**A CIDADE, SUA TRAMA E SEUS DRAMAS: A Vila da Paz
e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1980-1990)**

TERESINA/PI

2019

KARINA VIANA DA SILVA

**A CIDADE, SUA TRAMA E SEUS DRAMAS: A Vila da Paz
e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1980-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, com vistas à obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto

TERESINA/PI
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S586c Silva, Karina Viana da.
A cidade, sua trama e seus dramas : a Vila da Paz e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1980-1990) / Karina Viana da Silva. – 2019.
177 f.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) –
Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.
“Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto”.

1. História. 2. Cidade. 3. Memória. 4. Teresina-PI (Séc. XX). I. Título.

CDD 981.22

KARINA VIANA DA SILVA

A CIDADE, SUA TRAMA E SEUS DRAMAS: A Vila da Paz e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1980-1990)

Dissertação aprovada em: ___/___/___

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, com vistas à obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto

BANCA EXAMINADORA

Professor. Dr. Marcelo de Sousa Neto (presidente)
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Professor Dr. Antonio Paulo Rezende (examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Professor Dr. Francisco Alcides do Nascimento (examinador interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Professora Dr^a. Cláudia Cristina da Silva Fontineles (suplente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

*Enquanto o tempo
Acelera e pede pressa
Eu me recuso faço hora
Vou na valsa
A vida é tão rara
Paciência
Lenini, Falção*

AGRADECIMENTOS

Chegado o momento de tecer os agradecimentos é ter a certeza que deu certo o que nos propormos a fazer durante dois anos, que passaram na velocidade da luz, mas conforme a vontade do senhor Jesus, de modo que eu agradeço infinitamente a Deus, por ter me permitido concluir mais uma etapa da minha vida, em que durante esta, assim com as demais fui agraciada com a sua infinita bondade. De modo que todas as coisas que o senhor fez e faz “cooperam para o bem, daqueles que te amam”.

Assim, eu agradeço a minha família pelo enorme apoio, carinho e compreensão nos momentos de ausência, agradeço a inestimável força disponibilizada por essa instituição tão importante, força que era recarregada nos desenhos feitos pelas sobrinhas e colados na parede do quarto. Não poderia deixar de agradecer ao meu namorado Vitor, por tudo o que ele foi capaz de fazer, de me acompanhar ao arquivo público até a formatação do texto, bem como a sua paciência nas situações de agonia da produção da pesquisa.

Quero também agradecer ao meu professor orientador Marcelo de Sousa Neto, que assumiu o compromisso de construir uma excelente orientação, admiro o bom profissional que é e para, além disso, a pessoa generosa que este é, bem como a professora Cláudia Cristina da Silva Fontineles, visto que muito do formato desse texto foi influência dela. Nesse sentido, agradeço também aos professores Claudio Melo e Iraneide Soares da Universidade Estadual do Piauí, por me incentivarem a continuar a pesquisar sobre o fascinante estudo sobre a cidade, e a todos os mestres que fizeram parte da minha formação escolar, acadêmica e humana.

Agradeço às todas as pessoas que colaboram direta e indiretamente para o desenvolvimento dessa pesquisa, aos entrevistados, a Jéssica Fortes na orientação para ter acesso a uma das fontes mais procuradas, o processo de reintegração de posse do objeto de estudo, mais uma vez reconheço a misericórdia do senhor Jesus e de nossa senhora da paz, por mais essa conquista. Obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o contexto histórico da ocupação da Vila da Paz em meio ao crescimento e a urbanização de caráter intenso e concentrador da cidade de Teresina, durante a redemocratização, considerando como fio condutor o protagonismo dos primeiros moradores, aliado a atuação do padre suíço Pedro Balzi, personagem de relevo na história da Vila e de seus moradores na luta pelo direito à cidade, representado, sobretudo, pelo acesso à moradia. Dessa maneira, a pesquisa analisa os mecanismos utilizados pelos atores da configuração histórica da Vila, bem como as disputas que se deram entre os personagens: os ocupantes, o poder público e os sujeitos que se julgavam proprietários do terreno, que se transformaria na comunidade, que modificaria os modos de luta por moradia e resistência, posto que se procura analisar as memórias dos primeiros moradores, por meio da história oral, visando observar como a subjetividade torna-se inerente ao processo de rememoração, tendo em vista que as memórias sobre os acontecimentos da construção da Vila da Paz constituem-se como uma representação sobre o fato transcorrido, buscando-se, entretanto, apoio nas fontes oficiais para compor o rol de fonte. Localizada na zona sul de Teresina, o objeto insere-se no recorte de 1980 a 1990, tomando como ponto de partida das análises o contexto social da capital na década de oitenta, atentando para reverberação do processo migratório e como tal ação influenciou no crescimento da cidade, reforçando, com isso, o processo de *favelização* que já ocorria no sítio urbano desde meados da década de setenta. Diante disso, na interseção do cenário do adensamento populacional e do acirramento da questão habitacional, nascia a Vila marcada pela falta de serviços e aparelhos urbanísticos básicos, estimulando a ação dos moradores e a mediação do sacerdote em sua busca, resultando na modificação da trama urbanística da Capital, com a transformação da “invasão” em lugar de morada, de modo que é válido destacar que o uso do referido termo foi postulado pelo discurso dominante contrário a essa forma de acesso à moradia, sobretudo, pelo suposto proprietário do terreno, bem como pela imprensa escrita. A partir desses pressupostos, buscou-se também analisar como o trabalho desenvolvido pelo clérigo, principalmente na esfera social, se revestiu no agente mobilizador das primeiras ações de urbanização na Vila da Paz. De pronto, concluiu-se que a partir da narrativa construída, a Vila da Paz emergiu como resultado de uma ocupação e não de uma invasão, como procurava impor o discurso oficial. Nesse sentido, tanto a ação dos primeiros moradores como a de Pedro Balzi se revestiram de agentes produtores do espaço urbano da cidade de Teresina. Nesse percurso, procurou-se estabelecer interlocução teórica com os pesquisadores: Francisco Alcides do Nascimento, Regianny Lima Monte, Marcelo de Sousa Neto, Sandra Jatáhy Pesavento, Cláudia Cristina da Silva Fontineles, Lucília Delgado, Antonio Torres Montenegro, e Mauricio Halbwachs, entre outros. No que tange as fontes, priorizou-se as bibliográficas, hemerográficas, correspondências, depoimentos e autos judiciais.

Palavras-Chave: História. Cidade. Memória. Moradia. Teresina-PI (Séc. XX).

ABSTRACT

The present research aims at analyzing the historical context of the occupation of Vila da Paz in the midst of the growth and urbanization of an intense and concentrated character of the city of Teresina, during the re-democratization process, considering as a guiding principle the protagonism of the first inhabitants, allied with the performance of the Swiss priest Pedro Balzi, a prominent figure in the history of the village and its residents in the fight for the right to the city, represented, above all, by access to housing. In this way, the research analyzes the mechanisms used by the actors of the Village's historical configuration, as well as the disputes that took place between the characters: the occupants, the public power and the subjects who considered themselves the owners of the land, which would modify the ways of struggle for housing and resistance, since we try to analyze the memories of the first inhabitants through oral history, aiming to observe how subjectivity becomes inherent in the process of recollection, since memories about the events of the construction of Vila da Paz constitute a representation of the fact that has elapsed, seeking, however, support in official sources to compose the source role. Located in the southern area of Teresina, the object is inserted in the decade of 1980-1990, starting from the analysis of the social context of the capital in the eighties, considering the reverberation of the migratory process and how this action influenced the growth of the city, thus reinforcing the slum process that had already occurred in the urban site since the mid-seventies. In view of this, at the intersection of the scenario of population density and the intensification of the housing issue, the Vila was born marked by the lack of basic urban services and devices, stimulating the action of the residents and the priest's mediation in their search, resulting in the modification of the urbanistic plot of the Capital, with the transformation of the "invasion" instead of dwelling place, so that it is valid to emphasize that the use of this term was postulated by the dominant discourse against this form of access to the dwelling, mainly, by the supposed landowner, as well as in the written press. Based on these assumptions, we also sought to analyze how the work carried out by the clergyman, especially in the social sphere, was transformed in the mobilizing agent of the first urbanization actions in Vila da Paz. Suddenly, it was concluded that from the constructed narrative, the Village of Peace emerged as a result of an occupation and not of an invasion, as it was tried to be imposed by the official discourse. In this sense, both the action of the first inhabitants and the ones of Pedro Balzi took cover of producing agents of the urban space of the city of Teresina. In this course, we sought to establish theoretical interlocution with the researchers: Francisco Alcides do Nascimento, Regianny Lima Monte, Marcelo de Sousa Neto, Sandra Jatahy Pesavento, Cláudia Cristina da Silva Fontineles, Lucília Delgado, Antonio Torres Montenegro, and Mauricio Halbwachs, among others. Regarding the sources, the bibliographical, hemerographic, correspondence, testimony and court records were prioritized.

Keywords: History. City. Memory. Home. Teresina-PI (20th century).

SUMÁRIO

1	Introdução	9
2	Maneiras de Morar: as táticas e estratégias dos sujeitos na busca pelo direito à cidade	28
2.1	“Mamãe, ali que é a Teresina?”: a migração versus a cidade, no contexto social de Teresina na década de oitenta	31
2.2	“Nós tínhamos as coisas, ele vendeu tudo e a gente veio embora”: o processo migratório	40
2.3	O crescimento de Teresina a partir da migração	49
2.4	As remodelações ocorridas no espaço da cidade, ancorada nos discursos autoritários	56
2.5	Tempos de “guerra”: os (re)arranjos da cidade na busca por moradia	64
3	Quando nasce a Vila da Paz: Uma história de Luta e Resistência	82
3.1	“Quando a minha casa era de palha e papelão já era minha casa”: da moradia sonhada à Vila erguida.....	91
3.2	E a Vila se transforma	113
4	Um encontro inesperado: padre Pedro Balzi no contexto histórico da Vila da Paz	122
4.1	Um padre no meio do povo: a construção da Paróquia Nossa Senhora da Paz	127
4.2	A atuação social: construir para transformar	138
	Considerações Finais	150
	Referências Bibliográficas e Fontes	154
	Anexo	162

1 Introdução

O interesse em pesquisar sobre a temática, mediado pelas afetividades que o objeto nos desperta, surgiu a partir da observação das necessidades no âmbito dos serviços básicos que cercavam o cotidiano da Vila da Paz, o que provocou o questionamento inicial, qual seja, o porquê de tanta demora na implantação dos serviços, considerando que a Vila já possuía pouco mais de trinta anos de existência em uma localização estratégica da trama urbana da cidade, situada na zona sul a poucos minutos do centro comercial, em frente ao Terminal Rodoviário de Teresina Lucídio Portella e às margens da BR 343, uma das importantes vias de acesso à zona sudeste, composta pelo bairro mais populoso da cidade. Soma-se a esses fatores, o desejo em conhecer um pouco mais da história da cidade e da Vila, que faz parte do pequeno aglomerado do bairro Três Andares.

Para compreender essa organização que inseriu a localização da Vila dentro do bairro Três Andares é necessário mencionar que, no ano de 1997, a prefeitura de Teresina lançou o projeto Vila-Bairro, na tentativa de conter o crescente processo de favelização que ocorria na capital, de modo que tal movimento fez parte da agenda de discussão da cidade desde meados da década de setenta, com o aumento do processo migratório acentuando ainda mais a problemática da favelização¹, que se iniciou com a instalação de pequenos núcleos de casebres, localizados em diversos pontos da cidade: no Centro, Zona leste, Norte e Zona Sul, que ganhou destaque com o expressivo número de favelas, como foi o caso da Cohebe, entre outras². Dessa maneira, entende-se a favelização como uma questão que marcou a história da cidade e que foi um dos elementos responsáveis por colocar em evidência o déficit habitacional.

Diante do expressivo rumo que a favelização ganhara, o poder público colocou em prática o Vila-Bairro, visto que o objetivo geral do projeto “era consolidar as vilas

¹ Compreendemos por favelização a formação e crescimento de inúmeras favelas no espaço urbano da cidade, ao passo que se trata de um significativo problema social, em que a população excluída colocou em prática lutas e táticas para que de fato pudessem usufruir o direito à cidade, para tanto um dos reflexos dessa problemática pode ser visualizada na construção de moradias que revelam as contradições econômicas, sociais, políticas e históricas, o que resulta na construção de casas sem planejamento mínimo em terrenos com pouca ou nenhuma condição de vivência, pois estes são provenientes de ocupações ou invasões irregulares. Assim, a eclosão das favelas no tecido urbano está relacionada, entre outros fatores, com o déficit habitacional, urbanização, e industrialização, de modo que, no caso de Teresina, a política de moradias foi deficitária em atender a população economicamente vulnerável, em sua maioria formada por sujeitos que foram impelidos a migrarem com o cercamento das áreas produtivas para uma cidade que passava por remodelações proposta pelo discurso modernista que também atraiu os sertanejos. Dessa forma, ao longo do primeiro capítulo abordarmos essas e outras questões.

² LIMA, Antonia Jesuíta de. **Favela Cohebe**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 2010 p. 44.

existentes em Teresina em verdadeiros bairros com padrão mínimo de urbanização orientados para o desenvolvimento socioeconômico”³. No entanto, as poucas ações realizadas não foram suficientes para a transformação das vilas⁴ em bairros⁵ urbanizados. Assim é relevante mencionar que dentre os resultados do projeto destaca-se a mudança da nomenclatura de favela⁶ para vila na tentativa de promover o distanciamento do significado que termo favela carrega, uma vez que, segundo o dicionário, favela é o conjunto de habitações populares construídas de modo precário e com deficiência em recursos higiênicos.

Nesse sentido, a problemática do trabalho propõe-se a analisar os processos que contribuíram para a construção da Vila da Paz, suas transformações e o protagonismo assumido pelos primeiros moradores associado à pessoa do padre suíço Pedro Balzi, de modo que refletimos como esses elementos se relacionavam com a cidade nos primeiros anos da ocupação, especialmente com os entes públicos, ressaltando os significados conferidos ao lugar, bem como os desafios enfrentados e as relações de parcerias firmadas com as entidades de base no auxílio e no engajamento na luta por moradia no contexto teresinense dos anos oitenta.

O início da Vila da Paz alude ao final da década de 1980, especificamente a setembro de 1986, quando um grupo de pessoas, que não possuía moradia, e que, em parte, não fora beneficiado com o loteamento do terreno da vizinha Vila Costa Rica, tomou a decisão de ocupar o terreno ao lado, que era de propriedade privada, para assim

³ Prefeitura Municipal de Teresina, Projeto Vila-Bairro. 1997, p.12.

⁴ Tanto os termos Vila e Favela foram empregados segundo as definições do Censo das Vilas e Favelas da prefeitura Municipal de Teresina, em que “Vila: área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto sem obedecer às exigências feitas pela lei de parcelamento do solo, mas possível de ser regularizada, saneada e urbanizada”. Cf: VIERA, Ângela Oliveira.; FAÇANHA, Antonio Cardoso. **Ocupação Vila Irmã Dulce**: Uma Experiência na Luta Urbana de Teresina (PI). In: A Diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e Dimensões da Análise e da Ação, 2015, Presidente Prudente. Anais [XI- Encontro Nacional da ANPEGE]. Presidente Prudente, 2015, p. 2431- 2439. Dessa maneira, compreendemos que o objeto de estudo se relaciona diretamente com esse termo, posto que as ações da administração pública objetivaram conduzir o espaço da comunidade aos três elementos referentes para o que se entende por Vila. No entanto, o objeto também dialoga com o significado do termo favela, haja vista as condições do terreno entrecortado por toda a sua extensão por um grotão, bem como a proximidade com a importante BR 343.

⁵ O conceito de Bairro utilizado na pesquisa foi postulado por Pierre Mayol na obra A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinha, em que o autor menciona que “o bairro aparece assim como o lugar onde se manifesta um “engajamento” social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” p.39. Dessa forma, no caso da Vila da Paz, a arte de conviver foi bem estabelecida, dado o apoio disponibilizado pela associação de moradores do bairro Três Andares, bem como pelo fato dos primeiros moradores se deslocarem até a vizinha vila Costa Rica ou mesmo ao conjunto Júlia Maione, na busca por água.

⁶ Favela: área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto geralmente localizada em áreas de risco iminente (alagamento/desmoroamento) ou em leito de vias públicas (ruas e/ou avenidas) sujeitas quase sempre à remoção.

alcançar o sonho da casa própria. Sonho esse que demandou força, luta e resistência dos primeiros moradores, que puderam contar o com apoio da associação de moradores do bairro Três Andares, e também com a Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí – FAMCC e ao Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC.

As ações de tais entidades tornaram-se importantes com o transcorrer do tempo na ocupação, dado que, com a dispersão dos moradores, elas assumiram o papel de organizar e orientá-los na busca por serviços básicos junto ao poder público para com isso transformar a ocupação em local de morada. Dessa maneira, o trabalho desempenhado em conjunto com os sujeitos se constituiu como relevante na configuração história da comunidade, que alterou os modos de reivindicar à medida em que alcançou êxito, sendo reproduzido em outras situações em diferentes partes da cidade, tornando-se, como resultado da parceria, a forma a ser utilizada a partir do caso.

Para tanto, o objeto de estudo foi o resultado direto de uma ocupação que em seguida se transformaria na favela de maior expressividade da Zona Sul no período da redemocratização do país, fato legitimado pelo discurso oficial, visto que, no final dos anos oitenta e início de noventa, a prefeitura realizou o Censo de Vilas e Favelas existentes em Teresina, e segundo dados do ano de 1996, o número de famílias cadastradas na Vila da Paz era de um mil trezentos e noventa e três⁷. Com isso, emergiu o questionamento sobre como uma comunidade com tamanha expressividade ao longo dos anos, sofreu e sofre com o retardo da ação do poder público em dotar o lugar com a estrutura básica para atender as necessidades dos novos moradores.

Vale mencionar que foi, entre esses motivos, que surgiu o desejo em conhecer um pouco da história da comunidade, sendo a palavra comunidade empregada levando em consideração a discussão postulada por Raymond Williams⁸, na qual o autor destaca cinco significados históricos para a expressão, entre os quais os três últimos sentidos foram os que dialogaram com a pesquisa: o pertencimento a um mesmo local, a condição de possuir algo em comum, e, especialmente, no que se refere aos interesses e o senso de identidade, significados observados na configuração histórica da Vila da Paz, uma vez que o desejo de possuir um pedaço de chão, para assim construir uma casa,

⁷ TERESINA, Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social. **Censos das Vilas e Favelas de Teresina**. Teresina: PMT, 1996.

⁸ WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave** [um vocabulário de cultura e sociedade] São Paulo: Boitempo, 2007.

constitui-se como o elemento amalgamador da identidade de um conjunto de pessoas vulneráveis social e economicamente.

Nesse sentido, a identidade também é construída pelo outro⁹, haja vista que os moradores eram reconhecidos no seio social como invasores de terras e adjetivados de modo pejorativo, por exemplo, de “cabeça chata e pé rachado”, adjetivos que se formaram desde o início da ocupação, pela falta d’água, razão pela qual as mulheres se deslocavam até a Vila São José da Costa Rica, fruto também de uma ocupação em uma área com pouco mais de cem hectares que era conhecida como “Mata do Negão” por se tratar de um terreno cercado e com a presença de um morador para evitar a entrada de pessoas, mas uma faixa de terra que se localizava fora do cerco foi ocupada entre os meses de Maio e Agosto de 1984. Contudo, os sujeitos que ali já se fixaram somente conseguiram o direito de permanecer quando a prefeitura, já na gestão do prefeito Wall Ferraz, comprou o terreno, loteou e entregou para as pessoas que não possuíam moradias, atitude essa diferente da gestão anterior do prefeito Freitas Neto, que mandava demolir os casebres construídos¹⁰.

Os primeiros moradores da Vila da Paz buscavam ter acesso à água na Vila vizinha, por essa já possuir o serviço, ou no Conjunto Júlia Maione, em virtude da proximidade com a Vila da Paz, ou buscavam nos poucos chafarizes instalados pelo espaço da comunidade, e traziam em suas cabeças galões de água para os afazeres domésticos e a ingestão, justificando o adjetivo “cabeça-chata”. Quanto ao adjetivo “pé rachado”, este se dava pela inexistência do calçamento e esgotamento sanitário. Além disso, havia a ausência da energia, e foi a continuidade de parte dessas demandas no cotidiano, que reforçaram o interesse em pesquisar sobre um lugar de morada já consolidado como a Vila da Paz. Com isso, resolveu-se analisar a emblemática¹¹ importância e a força de mobilização dos primeiros moradores na fundação da comunidade que, para tanto, também contou com a atuação do referido padre, que empreendeu ações em conjunto com os primeiros ocupantes para transformar a ocupação em lugar de morada. Dessa maneira, para dar maior visibilidade à história de

⁹ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**: trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

¹⁰ BALZI, Pedro. **História da Paróquia Santuário Nossa Senhora da Paz**: Gráfica do Povo. 2009, p. 63.

¹¹ O termo emblemático foi empregado no sentido de evidenciar o que está por trás da história da Vila, que surgiu às margens do terminal rodoviário e de uma importante avenida, bem como ressaltar, no conjunto de retalhos que faz parte do métier do historiador, algo fora do comum no processo da configuração histórica de uma das primeiras invasões no primeiro ano da redemocratização em que os invasores que ali estavam conseguiram o direito de permanecer no terreno.

luta e resistência da Vila, faz-se necessário apresentar ao universo acadêmico, buscando, por meio das análises das fontes e com a construção da narrativa, reafirmar e ressignificar a relevância histórica da comunidade para a história da cidade de Teresina.

Para tanto, refletimos sobre as memórias dos primeiros moradores, por meio da história oral, visando analisar como foram construídas as lembranças entrecortadas pela subjetividade, dado que as memórias sobre os acontecimentos da construção da Vila da Paz constituem-se como representações sobre o fato transcorrido. No entanto, ao buscarmos apoio nas fontes oficiais para compor o rol de fontes, é válido destacar que não hierarquizamos determinadas fontes, mas compreendemos o valor de cada uma para a composição desse trabalho.

Investigar a memória dos primeiros moradores da Vila sobre o episódio da ocupação, para perceber quais os significados conferidos à luta e à resistência em permanecer em um lugar alvo de disputa judicial, bem como os desafios enfrentados para transformar o cotidiano da comunidade e de que forma esses elementos dialogavam com o contexto da cidade Teresina, tornaram-se pontos importantes para a realização da pesquisa.

Nessa perspectiva, o estudo da memória, enquanto chave de leitura e interpretação da configuração histórica da Vila da Paz, se fez necessária, pois, segundo Maurice Halbwachs¹², as memórias mais individuais existem dentro de um grupo maior, o da memória coletiva, e a individual encontra respaldo na coletiva, no sentido que os acontecimentos individuais adquirem sentido e significado porque derivam de ações coletivas, a julgar que a coletiva está a serviço da manutenção de um grupo. Desse modo, as memórias representadas na pesquisa conservam vários pontos de contato sobre a construção da comunidade.

As memórias, ainda segundo Halbwachs estão condicionadas aos quadros de referências coletivas, pois raramente o processo de lembrança acontece fora de tais quadros, de modo que concordamos com o autor sobre os quadros que a memória apresenta de si, visto que o sujeito procura apoio de suas memórias mais particulares nas memórias dos outros.

Assim, as memórias produzidas sobre a Vila também encontram respaldo nos lugares que foram transformados pela ação social do padre Pedro Balzi, posto que tanto as memórias individuais e coletivas são ressignificadas e construídas levando em

¹² HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

consideração os lugares de referência¹³, marcados por estabelecimentos que buscavam promover a transformação do cotidiano da comunidade e dos seus moradores, transformações essas que também modificavam determinado espaço da cidade.

Por esse ângulo, o estudo sobre a cidade se fez necessário, pois esta se reveste como o principal palco das ações do ser humano, onde nos é permitido analisar as marcas e subjetividades deixadas no espaço urbano¹⁴, de modo que, com a construção da Vila da Paz, a trama da cidade foi ressignificada pelos sujeitos que forjaram um lugar conforme suas necessidades, dentre as quais a moradia tornou-se como uma das mais importantes no rol dos elementos essenciais do viver citadino.

Lugar suscetível a inúmeras análises interdisciplinares, a cidade é um campo fértil para a compressão das relações sociais que nela se estabelecem, por vezes essas relações foram perpassadas por situações dramáticas, como foi caso do contexto de ocupação da Vila da Paz, ao passo que o destaque de tal conjuntura foi a execução da ordem de despejo vivenciada pelos moradores nos primeiros meses de estadia no terreno. Dessa forma, concordamos com o escrito de Ana Fani Alessandri Carlos, ao destacar que:

[...] a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais — relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social — produzindo um espaço — ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade.¹⁵

Assim, o terreno que daria lugar a Vila da Paz foi o produto pelo qual os sujeitos menos favorecidos lutaram para ter acesso à moradia e puderam obter condições para reprodução das relações sociais, que foram organizadas no cotidiano da comunidade pela ação do padre Pedro, representante da Igreja Católica, de modo que esses sujeitos revestiram-se de agentes produtores do espaço urbano, e, nessa lógica, de maneira

¹³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC- SP, n.10, p.7-28, São Paulo, 1993.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo. vol.17. n. 53, julho de 2007.

¹⁵ CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 21.

implícita, deixaram marcas para que se engendrassse uma análise sobre a configuração histórica da comunidade.

Por outro lado, a vila, outrora favela, também é alvo das ações políticas, transformada por vezes em palanque, no qual o desenvolvimento da comunidade é utilizado como argumento, contudo as atividades que proporcionaram um bem-estar em conjunto com as já existentes e que de fato assistiu o espaço da comunidade, somente tiveram início depois de vinte e sete anos de existência da Vila. Dentre as ações, destacamos o tratamento do saneamento básico de maneira superficial que está diretamente ligada a urbanização dos grotões¹⁶ que cortam todo o terreno.

A urbanização foi e continua sendo uma das questões que influenciou na luta por moradia, isso porque a ocupação se deu em um local que estava abandonado pelos sujeitos que se julgavam proprietários, e que, mesmo depois da desapropriação em favor dos ocupantes, o poder público levou mais de vinte anos para a implantação das obras que hipoteticamente beneficiariam as famílias da comunidade, haja vista que, por conta do desnível do terreno causado pelos grotões, muitas famílias se fixaram em áreas de risco e depois, com o início das obras, grande parte dos moradores teve que ser removida para outras áreas da cidade, fato que também colaborou para o desejo de conhecer mais sobre a história da Vila, que é situada na região sul de Teresina, capital do Piauí.

Diante disso, se fez necessário o recuo na temporalidade, para assim analisar como o protagonismo dos primeiros moradores, classificados como invasores por uma sociedade excludente, como sujeitos que não detiam a condição financeira de adquirir a casa própria, mas cujo sentimento de união e luta foi decisivo para assegurar o terreno e assim poder construir a moradia, principalmente pela resistência em permanecer em um lugar que não possuía nenhuma estrutura, por se tratar da ocupação de uma área esquecida, que passava por processo de litígio, além de estar inadimplente com o pagamento dos impostos. Esses elementos, somados a força e a coragem dos primeiros moradores, configuraram-se na legitimidade da ocupação que se tornaria a Vila da Paz.

Nesse sentido, para conseguir dotar o lugar dos serviços básicos, os primeiros moradores organizaram-se e manifestaram as suas necessidades junto aos poderes públicos, e, além disso, contaram com a presença do padre Pedro, por meio do trabalho clerical e social, no contexto da comunidade, representando a Igreja Católica, no

¹⁶ A palavra Grotão, segundo o dicionário, significa: grande cavidade que se forma pela ação da água com relevo fortemente desnivelado.

processo de transformação da ocupação em local de moradia. De modo que, como já salientado, a urbanização se configurou como um dos agentes de transformação, visto que o objetivo inicial era o tratamento de todo o esgoto que desaguava nas grotas e, em seguida, a construção de conjuntos de apartamentos para as famílias que viviam nas proximidades dos grotões¹⁷.

A promessa de construção de novos lares para os moradores que se estabeleceram em área de risco foi o elemento responsável pela acolhida do projeto, dado que as famílias enxergavam na execução das obras uma possibilidade para o alcance de uma casa que seria construída em um local dotado de estrutura e para a qual não precisariam deixar o lugar que foi conquistado e que se criara um sentimento de pertença. Entretanto, a promessa não foi posta em prática, posto que ocorreu o inverso, e os moradores foram removidos para outras regiões da cidade, questão que será desenvolvida mais adiante.

Os primeiros sinais de mudança no cenário da Vila ocorreu como resultado direto da força de mobilização dos moradores somado a figura do padre Pedro, que foi de fundamental importância para a comunidade, considerando que, além dos moradores, ele também assumiu a postura do agente que forçou o poder público na implantação de uma estrutura que possibilitasse a construção e o acesso às escolas que vão do nível infantil ao médio, posto de saúde, Igreja, centro de convivência, entre outros. Desse modo, se percebe que a atuação do sacerdote não apenas transformou o espaço da Vila da Paz, mas o da cidade, que se modifica a cada ação do ser humano.

Nesse contexto, analisar a história da construção da Vila da Paz é enxergar a cidade por uma perspectiva mais específica, uma vez que a urbe se reveste de chave de leitura enquanto elemento propulsor para a produção de uma análise capaz de compreender a dinâmica dos vários cotidianos construídos no tecido urbano, de modo

¹⁷ MOTA, Anderson Mourão. **Projeto de Urbanização da Vila da Paz**, 4º Prêmio Caixa – IAB- Instituto de Arquitetos do Brasil. 2008-2009, Categoria estudantil, MODALIDADE 2: Habitação Sustentável Multifamiliar em Áreas de Favelas. Disponível em: <http://concursosdeprojeto.files.wordpress.com/2009/06/caixa-iab-09-est-m2-p5.jpg>. Acesso em 09 mar. 2019. A proposta de construção de quatro residenciais com assentamentos verticais na própria região da Vila da Paz, para abrigar as famílias que moravam em áreas de risco e que seriam financiadas pela Caixa Econômica Federal por meio do Programa Carta de Crédito FGTS, em parceria com a Prefeitura Municipal de Teresina, foi retirado do atual projeto de urbanização sob a alegação de que, dado as condições topográficas no terreno, seria inviável a construção das habitações, pois ultrapassaria o recurso financeiro destinado a recuperação de toda área, que, segundo o Projeto Básico do Parque Urbano Linear e Revegetação de Encostas elaborado pela DRZ - Geotecnologia & Consultoria, o parque compreende os seguintes limites: ao leste a Avenida Celso Pinheiro e a oeste a rua sem denominação que finda o conjunto Redenção na Quadra M. Ao norte se limitará nas ruas da Lagoa, Sto. Agostinho, Prof. José Freire, Sta. Mª Gorete e Menino Deus e ao sul nas ruas 02, Acelino Ribeiro, Cinobilino de Carvalho, Cantor Cazuza e ruas 10 e 19.

que se elegeu a Vila da Paz como mote de pesquisa, para tanto se fez necessário analisar o processo de construção do novo espaço de morada dentro do contexto de Teresina, discutindo sua configuração histórica e a união dos primeiros moradores.

Nesse percurso, foi necessário estudar o contexto da cidade na qual emergiram várias favelas, dentre elas o objeto de estudo, para assim evidenciar a constituição do espaço que chamou a atenção do poder público, atenção que também foi desenvolvida pelo trabalho clerical e social do padre missionário da Igreja Católica.

Assim, procurou-se analisar como os moradores se organizaram frente às necessidades da recém-comunidade e quais meios utilizados para o atendimento das reivindicações junto aos entes responsáveis, buscando também refletir sobre o contexto social da ocupação do espaço, e como se deu a implantação das primeiras ações conquistadas pelos moradores em conjunto a representatividade do clérigo, que escolheu a Vila para o desenvolvimento da sua atividade missionária.

Continuamente a isso, é preciso tentar compreender o lugar social do sacerdote, não somente como religioso que era, mas como um homem que abdicou de sua vida em prol dos sujeitos economicamente vulneráveis, originários de uma recém-ocupação sem nenhuma infraestrutura para se viver dignamente. Com isso, é oportuno mencionar que se analisou o sujeito Pedro dentro de uma lógica que é construída pela relação que se estabeleceu entre o padre e os moradores da Vila, perscrutando, assim, como as pessoas o enxergavam, na tentativa de observar os vários elementos que compuseram a tessitura da imagem do clérigo dentro das diversas situações da comunidade.

Para tanto, foi utilizada a metodologia da história oral temática como meio para nos aproximar das memórias dos primeiros moradores que participaram desde o início da ocupação até a implantação dos serviços essenciais na comunidade, concordando com Lucília Delgado quando ela pontua que as entrevistas temáticas “são entrevistas que se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados”¹⁸, de modo que o uso da história oral temática foi um dos elementos adotados para compor o rol de fontes que sustentou a narrativa histórica, no processo de análise das memórias dos sujeitos sobre determinados acontecimentos ao longo da trajetória do lugar que transformou os modos de manifestar e resistir na luta por moradia em Teresina.

¹⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2010, p. 22.

É válido destacar que a história oral foi utilizada na construção da pesquisa como metodologia, dado que ela se configura como uma importante fonte para a produção da narrativa histórica, embora durante muito tempo tenha sido relegada do ambiente acadêmico, pois era vista com desconfiança pelo fato de o pesquisador produzir ele próprio a fonte, através das entrevistas com os sujeitos que vivenciaram o acontecimento histórico¹⁹, haja vista que, pela insuficiência da produção escrita sobre o cotidiano dos moradores nos primeiros anos da ocupação, a oralidade tornou-se imprescindível para a construção da configuração histórica da Vila da Paz e assim poder colocar em prática o desafio proposto por Philippe Joutard ao mencionar que é preciso “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades “indescritíveis”, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono”.²⁰

Nessa lógica, a pesquisa se voltou também para a análise da década de oitenta, uma vez que no período se estabeleceram várias questões que perpassaram direta e indiretamente o objeto de estudo, pois foi no ano de 1987 que o clérigo chegou ao Brasil, especificamente em solo piauiense e em Teresina, que ainda sentia o resultado do intenso processo migratório ocorrido na década anterior, e como consequência direta, observou-se a continuação do crescente número de ocupações por todo o espaço da capital, visto que desde os anos setenta já ocorria a ocupação de terras ociosas retratando o cenário urbano da capital.

A prática de ocupação foi continuada ao longo da década de oitenta pelos sujeitos teresinenses economicamente vulneráveis e também pelos migrantes que não possuíam condições de pagar aluguel e os que moravam de favor na casa de parentes. Portanto, de acordo com informações contida no Censo de Vilas e Favelas²¹, as ocupações eram compostas pela somatória de pessoas tanto da cidade quanto do campo. Levando em consideração esta conjuntura, se fez necessário o estudo da década de oitenta para perceber como Teresina se encontrava e como no final da década surgiu a Vila da Paz.

¹⁹ AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 15, abr/1997.

²⁰ JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz. 2000, p.33.

²¹ TERESINA, Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social. **Censos das Vilas e Favelas de Teresina**. Teresina: PMT, 1993, 1996.

Com isso, optou-se por construir uma narrativa que estabelecesse diálogo entre o protagonismo dos primeiros moradores e o trabalho do padre Pedro Balzi, visto que as ações individuais se relacionam diretamente com as coletivas, de modo que se evidenciou circunstâncias específicas nas quais foi necessário a combinação de tais forças, no intuito de compreender como se forjaram as relações de convivência dentro da Vila. Procurou-se ainda entender como se fomentaram as primeiras ações para alcançar as mínimas condições para de fato ressignificar o espaço em local de morada, buscando elementos que forçasse a transformação da Vila em lugar digno de moradia.

Nesse sentido, o recorte temporal da pesquisa partiu da década de oitenta, na qual procurou-se analisar o contexto social, econômico e político da cidade, palco das lutas dos menos favorecidos pelos direitos sociais, dentre os quais o por moradia, que teve maior visibilidade no momento em que Teresina tem grande crescimento populacional. É por isso que foi atentado para o ano de 1986, período do início da ocupação do terreno que veio a ser nomeado de Vila da Paz e termina na década de noventa, pois compreende-se que foi ao longo de tais anos que a comunidade pôde entrar de fato na agenda de discussões do poder público com a promoção do programa Vila-Bairro, que vigorou em 1997.

Quanto ao recorte espacial, elegeu-se a Vila da Paz por entender que foi o lócus onde os moradores/ocupantes puderam mostrar a sua força de resistência e esboçar o desejo de conseguir alcançar a tão sonhada casa própria sem a preocupação de arcar com mensalidades fixas fora da realidade econômica da maioria que ocupou o terreno, haja vista que, nos autos do processo de reintegração de posse, os homens foram qualificados de trabalhadores braçais e as mulheres de domésticas.

Acrescenta-se que o recorte espacial dialoga com a lógica da cidade, a julgar o ritmo frenético das transformações que ocorreram no espaço urbano para atender a discurso autoritário, mas que foram encaradas pelos migrantes e por parte da população teresinense como uma possibilidade para melhorar a condição de vida. Os migrantes compreenderam que a cidade era lugar de oportunidade para a realização do sonho de uma vida mais amena, longe da fome e da seca que assolava o sertão nordestino, além disso, a busca por um novo viver legítima aquilo que João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais destacam ao afirmar, “a vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas, também,

porque é considerada uma forma superior de existência. A vida do campo, ao contrário, repele e expulsa”²².

Vale ressaltar, também, que não foi somente a necessidade de fugir da fome e da seca que causaram o movimento de migração, mas ao longo do desenvolvimento do capítulo inicial, procurou-se tecer os elementos responsáveis por tal acontecimento que marcou a história a nível municipal, visto que, segundo os dados da Secretaria de Planejamento e Coordenação de Teresina, a década de setenta é marcada pela expressiva diferença entre a população urbana e rural, no qual o percentual urbano era de 82,1 contra 17,9²³. Assim, o crescimento populacional da capital foi, em grande medida, resultado das migrações campo-cidade.

Esse crescimento também foi observado em nível nacional entre os anos sessenta e oitenta, motivado em grande medida pelo desenvolvimento econômico estimulado a priori pelos governos militares. Nesse esteio, as cidades brasileiras tiveram considerável aumento no percentual populacional, como destaca José Murilo de Carvalho:

Houve grande deslocamento de população do campo para as cidades. Em 1960 a população urbana era 44,7% do total, o país ainda era majoritariamente rural. Em 1980, em apenas 20 anos, ela havia saltado para 76,6%. Em números absolutos, a população urbana aumentara em cerca de 50 milhões de pessoas. Os efeitos catastróficos desse crescimento para a vida das grandes cidades só apareceriam mais tarde.²⁴

Dessa maneira, compreende-se que a onda de crescimento urbano transcorrido no Brasil também chegou a Teresina. No entanto, na capital do Piauí, ainda segundo análises dos dados da Secretaria Municipal de Planejamento, o aumento da população urbana esteve acima da média nacional, visto que em 1980 o número era de 91,1%, de modo que se concorda com Carvalho em relação aos efeitos catastróficos que, no caso teresinense, as causas foram observadas no curso dos anos oitenta e noventa com o expressivo índice de “favelamento” do espaço urbano e, em uma tentativa de compreender e mapear esse processo, o poder público desenvolveu, em conjunto com o

²² MELLO, João Manuel C. de.; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lília M. (ORG.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 574.

²³ TERESINA, Prefeitura Municipal. **Teresina em Dados**. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p.173.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o censo de vilas e favelas, considerando que ao longo dos anos noventa foram realizadas três edições, respectivamente em 1993²⁵, 1996²⁶ e 1999²⁷.

Nesse sentido, a busca por moradia se configurou como a questão central para a acomodação do grande volume de migrantes no contexto social e urbano de Teresina, haja vista que, por vários motivos, eles não eram assistidos pelas políticas públicas, e esse elemento tangencia com o objeto de estudo, posto que analisou-se as causas que motivaram os moradores/ocupantes da Vila da Paz a empreenderem lutas para conseguirem ter acesso a um dos principais direitos sociais, a habitação. Adianta-se então que um dos motivos estava relacionado ao fator econômico, pois grande parte dos sujeitos não possuíam emprego formal e uma renda fixa, ficando, assim, à margem das políticas habitacionais²⁸.

No cenário econômico brasileiro dos anos de 1980, a ideia do milagre econômico foi desmistificada justamente pela abertura política do processo de redemocratização, em que os especialistas econômicos puderam expressar suas análises acerca do discurso que fora criado no entorno do desenvolvimento econômico gerado nos governos militares. Esse crescimento beneficiou diretamente os empresários, os bancos e os ricos, que receberam os bons frutos dos anos oitenta, saindo mais ricos do que entraram²⁹ em detrimento dos pobres, que ficaram mais empobrecidos³⁰. Por outro lado, o regime autoritário observou que a supervalorização, construída no entorno da situação econômica do país, esbarrou na crise financeira, especialmente com a dívida externa³¹.

Nessa conjuntura, com os anos finais do sistema político autoritário e início dos anos noventa, o que se observou foi o colapso sentido, principalmente, no cenário econômico, pois se vivenciava um momento de transição marcado pela “estagnação

²⁵ TERESINA. Prefeitura Municipal, **Censo das Vilas e Favelas de Teresina**. Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social. Teresina, 1993.

²⁶ TERESINA. Prefeitura Municipal, **Censo das Vilas e Favelas de Teresina**. Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social. Teresina, 1996.

²⁷ TERESINA. Prefeitura Municipal, **Censo das Vilas e Favelas de Teresina**. Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social. Teresina, 1999.

²⁸ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. **Nasce um bairro, renasce a esperança: história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde**. Teresina: EDUFPI, 2017.

²⁹ MELLO.; NOVAIS, op. cit., 1998, p. 650.

³⁰ CARVALHO, op. cit., 2018, p. 173.

³¹ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser Gonçalves. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. n. 72, ano. 9. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23. Acesso em 09 mar. 2019.

econômica e alta inflação, que vão rompendo lentamente os mecanismos básicos de reprodução da sociedade, a mobilidade social e a ampliação continuada do consumo moderno”³². A partir do momento em que a classe média percebe o seu baixo poder em consumir os produtos, em especial os importados, sobretudo dos Estados Unidos, visto que a sociedade brasileira procurou adotar o estilo de vida americano, esta se vê forçada a se evadir da zona de conforto e mobilizar-se junto a oposição ao regime. Assim, levando em consideração o comportamento dos mais abastados frente à recessão do “milagre econômico”, avaliamos a classe menos favorecida relegada as sobras de um sistema político que dispensava benesses aos pares e a elite.

Nesse ponto de vista, observou-se que, na cidade de Teresina, a estratégia de absorver a mão de obra dos migrantes, nos anos da década de 1970, encontrou na construção civil um meio para a geração de emprego. No entanto, nos anos de 1980, essa realidade mudou como já mencionado, obrigando essa parcela da população a procurar novos postos de trabalho por falta da qualificação específica, de modo que buscaram o mercado informal, mas parte dos trabalhadores ficou desempregada, exacerbando ainda mais as questões urbanas bem como o setor econômico, que ficava a mercê da pouca presença de indústria, visto que as atividades que mais empregavam e ainda empregam é a prestação de serviço e o emprego público.

Dessa forma, Teresina nos anos oitenta enfrentou uma grave crise de abastecimento, resultado direto da recessão da economia ocasionada pelo período de transição por qual o cenário nacional passava e que, no caso teresinense, teve a situação agravada pelo crescimento populacional intensificado em 1970 e continuado no transcurso dos anos 1980 e parte dos 1990. A recessão também foi sentida na questão da locomoção dos sujeitos no espaço urbano, dado que, segundo Sthenio de Sousa Everton, que aborda a problemática do transporte público coletivo em Teresina, destacando entre muitas questões a condição socioeconômico dos usuários de ônibus, levando em consideração a análise das fontes, ressaltou que a capital é “uma cidade de médio porte, que apresentava uma paisagem urbana pobre de modo geral, paisagem esta distante daquela erigida pelo discurso do progresso de muitos líderes políticos da época”³³.

Se o impacto do recuo da economia foi sentido nos grandes centros urbanos, é possível considerar o contexto de uma cidade de médio porte em que a maior parte da

³² MELLO.; NOVAIS, op. cit., 1998, p. 647.

³³ EVERTON, Sthenio de Sousa. **Ressonâncias de um passado próximo**: Teresina, a cidade do #Contraoamento e os movimentos sociais em rede. Teresina: Universidade Federal do Piauí/ PPGHB [Dissertação], 2018, p. 75.

população é constituída por sujeitos economicamente vulneráveis, que dependia diretamente do investimento público em obras para trabalhar e conseguir prover o sustento das famílias. Diante disso, foi em meio a essa paisagem, que emergiu a Vila da Paz sob o signo da capital com altos índices de inflação que, por sua vez, causava a falta de alimentos de primeira necessidade, como retratado na imprensa local, a exemplo do jornal O Dia que, em 1980, destacava: “Está havendo uma crise no abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, como arroz, feijão, carne, farinha de trigo, farinha de mandioca, verduras e principalmente do leite, admitiu ontem o presidente da Associação dos Supermercados, Chicri Tajra”³⁴.

A situação, noticiada pelo jornal, de certo modo nos orientou para o contexto dos anos oitenta vivido pela população de maneira geral, a perceber que até mesmo os sujeitos que possuíam condições para adquirir os alimentos estavam expostos a crise de abastecimento, e a situação não era diferente para a população pobre, que, além de ter um grande número de desempregados, tinha que encontrar meios para arcar com o elevado preço dos gêneros alimentícios, superior à média, para assim terem comida na mesa.

Em grande medida, essa situação foi desencadeada pelo declínio de uma política de Estado que beneficiou o grande capital investidor, especialmente, o estrangeiro. Além disso, para legitimar o modelo governamental, tratou de suprimir, de forma violenta, os direitos civis e políticos, e com isso estabeleceu com a população de maneira impositiva uma troca, o fortalecimento do já garantido direito social³⁵, com o maciço investimento na construção de conjuntos habitacionais que concedia lares a quem podia arcar com parte dos custos, resultando na transformação dos espaços urbanos em verdadeiros canteiros de obras que absorviam a mão de obra não qualificada, e a veiculação da ideia de ordem no cenário urbano, dentre outras ações.

Nessa perspectiva, foi no esteio de tais ações que muitos sujeitos cristalizaram uma memória positiva dos governos militares, corroborando com o entendimento de que a memória está em constante processo de atualização e sofre direta influência do presente³⁶, visto que são muitas as pessoas que lembram de maneira saudosista os anos

³⁴ TERESINA sem gêneros de consumo. *O Dia*, Teresina, 11 set 1980, p.07.

³⁵ CARVALHO, op. cit., 2018.

³⁶ Paul Ricoeur e Henri Bergson compartilharam do mesmo ponto de vista, no qual contemplam que são os estímulos do tempo presente que fazem surgir lembranças do passado, bem como a memória está em um frenético movimento de resignificação. Cf: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.; SEIXAS, Jacy A. **Percursos de memórias em terras de história**: problemáticas atuais. In: NAXARA, M; BRESCIANI,

de repressão e essa ação é estimulada, justamente, pelos elementos destacados acima, uma vez que a questão habitacional foi e continua no rol dos argumentos políticos em épocas de campanhas eleitorais.

Em fins dos anos setenta, o governo brasileiro, personificado na figura do general Ernesto Geisel, expôs sinais de que estava disposto a promover a abertura democrática do sistema político, influenciado por questões ligadas a ala do exército a qual pertencia³⁷. De modo que, em meados dos anos oitenta, na escalada de tais ações, e com a total impossibilidade da manutenção de um sistema que dava claras evidências de declínio, a população, principal opositora do regime, aproveitou o momento para exacerbar as insatisfações, ganhando as ruas para reivindicar o direito de poder eleger o seu representante de maneira direta. Esse episódio caracteriza um dos elementos que contribuiu para o retorno ao sistema democrático no Brasil, acontecimento destacado por Carvalho: “O movimento pelas eleições diretas em 1984 foi o ponto culminante de um movimento de mobilização política de dimensões inéditas na história do país”³⁸.

Nessa sequência, em 1985, o país teve a primeira eleição por voto direto após o fim do regime. Até então, os governadores e prefeitos eram nomeados pelos generais, em que os administradores públicos eram subordinados às ordens dos militares, sem maiores preocupações com o crivo da aprovação popular. Entretanto, a situação modifica-se quando os cidadãos recuperaram o direito ao sufrágio universal e puderam assim escolher o candidato que melhor representasse as suas demandas.

Assim, no contexto teresinense, Raimundo Wall Ferraz (1986) foi o primeiro prefeito a ser eleito, seguido de Heráclito de Sousa Fortes (1989). Em 1993, Wall Ferraz retornou a prefeitura, logo depois sucedido por Francisco Gerardo da Silva (1995), e em 1997 Firmino da Silveira Soares Filho assume e se afirma como a gestão com o maior número de mandatos, legitimando o desejo de perpetuação no poder público. A administração desses gestores perpassou a construção da Vila da Paz, e não raro tiveram contato com as demandas manifestadas pelos moradores que lutaram para transformar o cotidiano da comunidade e de maneira implícita o espaço da cidade.

Nesse sentido, para uma clara compressão sobre a configuração do objeto de estudo, estabeleceu-se interlocução com as pesquisas de Cláudia Cristina da Silva Fontineles, Francisco Alcides do Nascimento, Marcelo de Sousa Neto, Maria Sílvia

S. (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004.

³⁷ CARVALHO, op. cit., 2018.

³⁸ CARVALHO, op. cit., 2018, p.196.

Barros Lorenzetti³⁹, dentre outros, que desenvolveram estudos relacionados a temática, de modo que o déficit habitacional se configurou como parte importante na construção da narrativa, visto que foi e continua a ser um problema que percorre a história da capital piauiense, questão ocasionada por diversos fatores entre os quais se destacam: a especulação dos grandes vazios urbanos, a deficiência no atendimento das políticas públicas voltada para esse assunto, e a urbanização acelerada das cidades incentivada pela ditadura civil militar, posto que no período se impôs uma lógica de crescimento e embelezamento das capitais do país, de maneira que os governantes não pouparam esforços para colocar em prática tais ações, visto que, o fato não condizente com a realidade, era automaticamente excluído da lógica de crescimento⁴⁰.

Diante disso, os elementos que não acompanharam a nova realidade foram, principalmente, os sujeitos economicamente vulneráveis, bem como os que possuíam pouca condição e tinham casas e terrenos em áreas onde o processo de modernização foi pujante, e precisava cada vez mais de espaços para dar lugar ao crescimento da cidade, que na época almejava ser vista como moderna, em grande medida para seguir o mesmo padrão do que ocorria em outras capitais nordestinas⁴¹.

Nessa perspectiva, procurou-se dividir o trabalho da seguinte maneira;

O primeiro capítulo dedica-se a análise do contexto social da cidade de Teresina na década de oitenta, no qual buscou-se compreender a configuração histórica do espaço urbano que antecedeu o nascimento da Vila. De modo que foi destacado o crescimento populacional ocasionado pelas migrações, bem como ressaltou-se o papel desempenhado pelas políticas públicas em curso voltadas para área habitacional, tendo

³⁹ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O Recinto do Elogio e da Crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.; FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva: SOUSA NETO, Marcelo de. **Nasce um bairro, renasce a esperança**: história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017.; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Teresina a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza**. In: Comemorações, 2011, São Paulo. Anais [XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH] São Paulo: USP, 2011. p. 9-10.; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1960 e 1970. **Revista Brasileira de História**. vol. 27 n.53. São Paulo Jan./jun. 2007.; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Cidade sob o Fogo**: Modernização e Violência Policial em Teresina (1937 – 1945). Teresina: EDUFPI, 2015.; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Cidades das letras**. In: História: da produção ao espaço público, 2014, Santos. Anais [XXII Encontro Estadual de História da ANPUH]. Santos: UNISANTOS, 2014. p. 01-15.; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Raimundo Wall Ferraz**: o político e o intelectual. In: Ficção e Poder: Oralidade, Imagem e Escrita, 2017, Fortaleza. Anais [XI Encontro Regional Nordeste de História Oral]. Fortaleza: UFC, 2017. p. 01-16.; LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília. Câmara dos Deputados. 2001.

⁴⁰ FONTINELES, op. cit., 2015.

⁴¹ NASCIMENTO, op. cit., 2011.

como base as seguintes questões norteadoras: quais motivos causaram o aumento de habitantes? Quais foram as ações usadas pelos migrantes para ter acesso a moradia? Que medidas foram utilizadas para lidar com o processo de favelização? Esses questionamentos conduziram o trabalho para colocar em evidência o cenário da capital piauiense em fins dos anos setenta e oitenta.

No segundo capítulo, destaca-se como se constituiu a Vila da Paz, desde o processo de ocupação do terreno até a implantação dos serviços essenciais a permanência para se viver dignamente. Ressaltou-se, também, de maneira tangencial, o início das obras de urbanização no espaço dos grotões que cortam todo o território da comunidade. Paralelo a isso buscou-se demonstrar como o protagonismo dos primeiros moradores, em conjunto com a atuação do padre Pedro Balzi, foi importante para o alcance das ações de melhorias da Vila.

O terceiro capítulo foi dedicado a análise da atuação clerical e social do padre Pedro Balzi, desde a chegada à Vila da Paz, passando pela construção das primeiras obras sociais, ressaltando-se assim a relação do sacerdote com uma comunidade que nasceu sob a falta de estrutura, moradia, atenção do poder público, entre outras carências. Procurou-se ainda enfatizar o relacionamento do sacerdote com amigos benfeitores e a influência que Pedro mantinha com os sujeitos da cena política de Teresina.

Dessa maneira, para orientar na construção do objetivo de cada capítulo, estabeleceu-se um conjunto de fontes constituídas por: matérias jornalísticas extraídas de jornais impressos, bibliografias, documentos oficiais, fontes orais, dados estatísticos, fotos, correspondências, e recortes de jornais.

Assim, a pesquisa carrega a afetividade que nos moveu para o desenvolvimento, de modo que procuramos apresentar a relevância histórica da comunidade ao universo acadêmico tendo como base a análise das fontes, posto que buscamos tecer uma narrativa que deixasse soar as vozes dos sujeitos que outrora foram classificados de invasores de terras e de favelados, de modo que observamos, segundo a análise das fontes, que a maior parte dos sujeitos que ocupou a Vila da Paz não possuía condições financeiras de arcar com o financiamento de uma casa ofertada pela política habitacional que se praticava no Estado. Além disso, reconhecemos a fundamental importância do papel desenvolvido por padre Pedro, em dotar o lugar de uma estrutura que promoveu aos moradores o acesso aos serviços essenciais de educação e saúde.

Nesse sentido, tanto a ação dos primeiros moradores como a de Pedro Balzi revestiram-se em produtores do espaço urbano da cidade de Teresina.

Portanto, levando em consideração a narrativa apresentada, a Vila da Paz emergiu como o resultado de uma ocupação e não de uma invasão, como procurava impor o discurso oficial, além disso, a mescla do protagonismo dos primeiros moradores com a ação missionário do padre Pedro Balzi se constituiu como o divisor de águas na configuração histórica da comunidade que, amparada no papel desenvolvido por entidades associativas, transformou os modos de reivindicar, haja vista que alcançou êxito, e foi reproduzida em outras situações por diversas partes da cidade, de modo que como resultado de tal empreitada a forma passou a ser empregada a partir do caso.

2 Maneiras de Morar: as táticas e estratégias dos sujeitos na busca pelo direito à cidade

O sonho de ter a casa própria faz parte do conjunto de desejos de um grande número de pessoas que enxergam a conquista do lar como manifestação de seu poder aquisitivo ou como símbolo de ascensão social. Entretanto, no Brasil, para a maioria da população pobre, esse objetivo passa pelo crivo do acesso à terra e assim ter a oportunidade de construir uma moradia, mas, até conseguir realizar o tão sonhado ideal, é necessário empreender muita coragem, força e resistência.

Isso porque a terra é vista como mercadoria, à medida que os mais abastados têm a posse de enormes faixas de terreno que são transformados em grandes propriedades para o desenvolvimento de atividades lucrativas como a agricultura e a pecuária. No entanto, essa é uma ação que por vezes se concretiza por meio do “apoderamento” das terras do homem simples do campo, prática que também ocorre na cidade com os que não detêm instrução para contestar a injustiça praticada pelos grandes latifundiários, que, de imediato, tratam de proteger as propriedades que foram adquiridas de maneira arbitrária, ao passo que a postura do poder público se reveste em amenizar a ação, que por vezes pode ser caracterizada na troca de favores, entre os grandes proprietários e o Estado⁴².

No campo, os grandes proprietários, no exercício de defesa às terras contra a invasão dos verdadeiros donos, construíram cercas que restringiram o acesso à terra e, principalmente, a água, de modo que, somando isso as intempéries do clima que causam o não desenvolvimento das plantações e a morte dos animais, resultaram na fome da população sertaneja que, em um movimento de retirada, buscou na cidade a esperança de um viver melhor.

Nesse sentido, o objetivo do capítulo é analisar o contexto social de Teresina durante a década de oitenta, perscrutando os meios para compreender a imagem que a cidade imprimiu para si. A metodologia se constituiu na discussão baseada nas fontes bibliográficas e dados estatísticos, ao passo que manteve-se a interlocução teórica com Regianny Lima Monte, Antônia Jesuíta Lima, Maria Silvia Lorenzetti⁴³, dentre outros

⁴² MARTINS, José de Sousa. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília M. (ORG.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴³ MONTE, Regianny Lima. **Vidas Incertas**: O processo de modernização e segregação urbana de Teresina na década de 1970, Teresina, Piauí: IFPI- Campus Teresina Zona Sul, 2017.; LIMA, Antonia

que referenciaram a argumentação sobre as questões que foram geradas pelo crescimento populacional, atentando para os elementos como: o processo migratório, as remodelações propostas ao espaço físico da cidade ancorado nos discursos autoritários, destacando as táticas escolhidas pelos sujeitos na busca pelo direito de habitar a cidade, de modo que a favelização do espaço urbano foi adotada como a principal ação para legitimar o sentimento de pertencer à urbe.

Dessa maneira, Henri Lefebvre, na obra *O Direito à Cidade*, destacou, em meio às análises sobre a vivência do homem na cidade, que a vida urbana é marcada pelos valores agrários, pontuando que:

A vida urbana ainda não começou. Estamos acabando hoje o inventário dos restos de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas ideias e “valores”, tabus e prescrições eram em grande parte de origem agrária, de predomínio rural e “natural”. Esporádicas cidades apenas emergiam do oceano do campo. A sociedade rural era (ainda é) a da não abundância, da penúria, da privação aceita ou repudiada, das proibições que dispunham e regularizavam as privações.⁴⁴

Assim, buscou-se compreender como os migrantes, carregados dos costumes do campo, desencadearam meios para se estabelecer na cidade, tendo em vista que esses sujeitos foram impelidos a sair do campo em direção a cidade forçados pelas privações da sociedade rural. O movimento de deslocamento de um grande número de pessoas aos centros urbanos faz parte das características da formação da sociedade brasileira, que está fundamentada na base ruralista, composta por elites de latifundiários, capitalistas, fazendeiros, pecuaristas, entre outros, tendo em vista que essa organização foi apontada como a estrutura social do campo na década de 1950, em que o topo da pirâmide foi representada pela classe citada em 5%, em seguida 10% médios proprietários, arrendatários capitalista e na base 85% de posseiros, pequenos proprietários, assalariados temporários e os extremamente pobres.

Nessa perspectiva, o que se vê é a conservação de uma elite que foi forjada com a exploração dos menos favorecidos, que tiveram suas terras expropriadas em favor dos

Jesuíta de. **Favela Cohebe**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 2010.;; LORENZETTI. Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília. Câmara dos Deputados. 2001.

⁴⁴ LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, p.108.

ganhos econômicos, posto que a mudança, que se observa na estrutura social do campo, foi a movimentação das pessoas para a cidade, de modo que:

Foi assim que migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural de 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970): Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas.⁴⁵

A partir da citação, observou-se o grande volume de pessoas que deixaram o campo em virtude da criação de mecanismos que forçaram o sujeito a se evadir, e com isso aumentar a população urbana, fato que promoveu a transformação do tecido urbano das cidades, uma vez que os migrantes procuraram se acomodar, buscando meios para conseguir um teto, sendo, neste sentido, a moradia entendida como um meio de segurança no viver citadino.

Dessa forma, os sujeitos que não possuíam condições para alcançar a moradia encontraram na ocupação de terras um meio para, assim, poder ter acesso à casa. É importante salientar que, em uma ação reversa, a ocupação de terras é uma via de mão dupla, pois à medida que a expropriação das terras é uma das causas do êxodo rural, ao chegar à capital os migrantes trataram de ocupar as faixas de terras inutilizadas, mesmo que na maioria das vezes fossem retirados pela ação da justiça, que preferiu e prefere o lado dos mais poderosos economicamente, condição descrita por José de Sousa Martins ao pontuar que:

Nos tempos atuais, a ocupação territorial do interior distante ganhou um sentido totalmente diverso. Para os pobres, é o movimento de fuga das áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente. Para os ricos, é um território de conquista. A ocupação territorial se faz em nome da propriedade privada da terra, da relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como instrumentos para obtenção de incentivos fiscais e subsídios públicos.⁴⁶

Nessa sequência, percebe-se que, na busca desenfreada pelo favorecimento econômico caracterizado, segundo a citação, por incentivos fiscais e subsídios públicos, ocorre a legitimação da prática da manutenção de um grande número de terras

⁴⁵ MELLO.; NOVAIS, op. cit., 1998, p. 581.

⁴⁶ MARTINS, op. cit., 1998, p. 664.

inutilizadas, localizadas em zonas valorizadas e pertencentes à iniciativa privada, configurando a especulação imobiliária, que, somada a outros fatores, afasta a população economicamente vulnerável para áreas distantes do centro da cidade⁴⁷.

Em vista dessas considerações, foi possível perceber que as décadas que antecederam os anos oitenta foram fundamentais para compreender o contexto histórico de Teresina, que teve o seu crescimento populacional incentivado pelo movimento de saída do campo para a cidade e, assim, corroborando com os estudos de João Manuel e Fernando Novais, que entendem, “os anos que vão de 1950 a 1980 – anos de *transformação assombrosas*, que, pela rapidez e profundidade, dificilmente encontram paralelo neste século – não poderiam deixar de aparecer aos seus protagonistas senão sob uma forma: *a de uma sociedade em movimento*”⁴⁸. Dessa forma, na sessão seguinte buscar-se-á evidenciar o cenário social da cidade que teve a história marcada pelo movimento do êxodo rural.

2.1 “**Mamãe, ali que é a Teresina?**”: a migração versus a cidade, no contexto social de Teresina na década de oitenta

A frase que nomeia a seção foi proferida por uma migrante que guarda a memória sobre a sua chegada em Teresina, onde logo avistou as torres da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, e, rapidamente, questionou a mãe sobre o destino ao qual acabara de chegar por uma das vias de acesso que a cidade mantém com o vizinho estado do Maranhão, a saber, a ponte metálica, denominada Ponte João Luis Ferreira, inaugurada em 2 de dezembro de 1939, o meio que, ao longo da sua existência, se tornou uma das portas de entrada para a capital, que era vista como um lugar repleto de oportunidades atraindo as pessoas, que, ao observarem a paisagem urbana, enxergavam, o traçado planejado de forma cuidadosa, e puderam se dar conta da lógica da vida urbana, fato legitimado ainda pelo relato da migrante, que, ao ser questionada sobre o que lhe pareceu mais estranho, respondeu que tinha notado as coisas maiores, grandes, além de ter ressaltado os pontos turísticos.

⁴⁷ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Cidade sob o Fogo: Modernização e Violência Policial em Teresina (1937 – 1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015.

⁴⁸ MELLO.; NOVAIS, op. cit., 1998, p. 584-585. O primeiro grifo foi nosso por entender que a palavra transformação caracteriza de maneira exemplar o transcurso dos anos oitenta e o segundo é dos autores.

Mediada por uma percepção da cidade como grande, moderna e nova, é que os esforços para assim produzi-la foi e é perseguido pela gestão dos sujeitos que estiveram à frente da administração da urbe, sendo essa concepção caracterizada pela conservação e manutenção do desejo de governar a capital que nasceu incutida sob a marca do novo, visto que ela, de fato, foi a primeira capital a ser pensada para abrigar a sede administrativa⁴⁹, de modo que a construção das primeiras estruturas urbanas foi em troca do financiamento público. Assim, entende-se que a ideia de novo está ligada à história da cidade de maneira simbiótica que, como observa Jurandir Gonçalves Lima, acerca de Teresina:

O tempo da mudança imprime o ‘novo’ sem dar chances ao ‘velho’. O ‘novo’ tem se lançado impiedosamente sobre o ‘velho’ em nome de uma nova tradição: a incerteza. O tempo das transformações impõe ao ‘hoje’ um ‘amanha’ antecipado sem dar chances de reação ao ‘ontem’, muitas vezes negando-o na sua ‘quase’ totalidade.⁵⁰

O fragmento ganha maior sentido quando postula-se o termo sobre Teresina, uma vez que o ideal do novo é o objetivo a ser alcançado, mesmo que o ponto de chegada seja marcado pela incerteza, incerteza essa que no contexto teresinense foi distanciada com a produção dos moldes de afastamento da população pobre para áreas distantes do centro da cidade, com o intuito de preservar o tempo das transformações e com isso não ter seu curso prejudicado, impedindo a reação ao “novo” incerto.

Nessa perspectiva, o objetivo da seção é apresentar o cenário da cidade de Teresina ao longo dos anos oitenta, para que assim se possa compreender os elementos que influenciaram na tessitura histórica da década que daria lugar ao emergir da Vila da Paz, de modo que, em fins de 1980 e início de 1990, a capital vivenciou no sítio urbano o acirramento da questão habitacional, caracterizada especialmente pela favelização que marcou o redesenho do espaço urbano, ao passo que colocou em evidência a ação direta de dois agentes produtores, o Estado e os grupos sociais excluídos⁵¹, haja vista que, na prática de empurrar os indesejados para as franjas da cidade, eles desenvolveram novas formas de exercer o direito à cidade.

⁴⁹ VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. **Os Fazedores de Cidade** – Uma História da Mudança da Capital no Piauí (1800-1852). Recife: Universidade Federal de Pernambuco/PPGH [Tese], 2016. p.33.

⁵⁰ LIMA, Jurandir Gonçalves. **Memórias Afetivas de Teresina: Tensões entre Tradição e Modernidade no processo de Modernização da Cidade (1970-2000)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/PPGH [Tese], 2016. p. 227.

⁵¹ CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

Na produção da narrativa sobre Teresina, outro termo se eleva, o desejo de ser enxergada como moderna, mas o sentido do moderno, segundo Jacques Le Goff, está diretamente relacionado ao antigo, nas palavras do autor “o moderno é exaltado através do antigo”⁵² e no cenário teresinense essa exaltação está justamente na preservação, ainda que de maneira sufocada, do seu patrimônio, dos lugares culturais, e das expressões artísticas, mesmo que a cidade viva imersa em um frenético processo de transformação, ela constrói essa relação de duplicidade para ser vista como moderna.

Por outro lado, Le Goff ressalta também que o termo moderno está relacionado com “a tomada de consciência de uma ruptura com o passado”⁵³, fato que se coloca em conformidade com a imagem que a cidade almeja imprimir de si, haja vista que o rol de ações que objetiva promover a dissociação da figura da cidade sem asfalto, com deficiente abastecimento de água, com animais em meios às ruas, com casebres de palha, para a construção de uma cidade limpa, urbanizada, com novas vias de acesso, instigando aos seus cidadãos o desejo de ruptura com as marcas de um espaço-tempo passado. Nesse esteio, a consolidação de tal aspiração encontrou respaldo no momento histórico marcado pelos governos autoritários que se estabeleceram no país ao longo de duas décadas.

Para tanto, os gestores enxergaram, na lógica dos discursos autoritários, uma forma que criou condições favoráveis para consolidar a ideia de cidade moderna, visto que os governos militares promoviam a construção de conjuntos habitacionais, reforma de obras públicas, dentre outras ações, de modo que o mesmo sistema político, que se revestia da qualidade paternalista, que possibilitava o acesso à casa própria e a garantia ao emprego fixo, também foi o órgão que repreendeu toda e qualquer tipo de liberdade que se opusesse ao regime. Com isso, para certificar a ideia de prosperidade no imaginário coletivo da sociedade, o regime concentrou esforços em torno do ideal de crescimento econômico, inculcando a concepção de “milagre econômico”, mas a ideia “nafragou e reverberou diretamente nos cenários estaduais, sobretudo com o crescimento das desigualdades sociais e do alastramento da pobreza”⁵⁴, o que reflete o cenário teresinense da década de setenta, mas a situação não muito difere da conjuntura do decênio seguinte, dado que o número de favelas aumentou e as condições de vida eram marcadas pela necessidade.

⁵² LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 7ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013. p.169.

⁵³ LE GOFF, op. cit., 2013, p. 166.

⁵⁴ FONTINELES.; SOUSA NETO, op. cit., 2017, p. 65.

Na contramão dessa situação, o padrão de crescimento era reforçado e deveria aparecer aos olhos da população como algo benéfico, bem como a marca do governo, na medida que a forma empregada foi transformar o cenário urbano em canteiro de obras, que destacasse, ao entendimento da opinião pública, a imagem de um governo que se voltara a promover o bem-estar da nação. Nessa sequência, o cotidiano das cidades brasileiras foi marcado por um intenso volume de construções que atendessem a lógica do sistema político vigente.

Nessa perspectiva, a capital do Piauí não se colocou à margem desse processo, visto que a concepção de moderno é uma marca carregada pela cidade aludida desde sua fundação⁵⁵, haja vista que a capital teresinense nasce sob o signo do novo, pois ela é o resultado das ideias avançadas propostas por José Antônio Saraiva, quando sugeriu o processo de mudança da antiga capital, Oeiras, alegando a privilegiada localização de Teresina, no intuito de colocá-la em condições de competitividade comercial com a cidade vizinha de Caxias, que se destacava nas relações comerciais com o Piauí.

Assim, percebeu-se o quanto a lógica de crescimento converge com os ideais da cidade, que vive um constante processo de (re)invenção do espaço urbano. Mas, em meio a esse transcurso, nem todas as partes que compõem o tecido urbano conseguiram acompanhar o rol de transformações pelo qual ele passou. Nesse sentido, procurou-se analisar a cidade na década de oitenta, atentando para o aspecto social, econômico, político e, sobretudo, para o déficit habitacional que se instalou na conjuntura da sociedade teresinense e, com isso, buscou-se compreender o contexto geral, para em seguida perscrutar como o objeto de pesquisa se insere no cenário dos anos oitenta.

Com a análise dos vieses político, econômico e social pode-se obter uma valorosa compreensão sobre a cidade, dado que tais elementos influenciam diretamente no modo como os sujeitos consomem a urbe, mas o viés político torna-se o que afeta o desenvolvimento ou a crise dos outros dois aspectos. Como exemplo dessa relação, tem-

⁵⁵ A fundação de Teresina se dá quando o presidente da província, José Antônio Saraiva, defensor das ideias mudancistas, efetiva a transferência da capital, pautando o discurso em questões econômicas, políticas, e educacionais, argumentando também sobre a difícil comunicação da antiga capital com as demais vilas, em decorrência da sua posição geográfica. Para tanto, retornamos ao ponto de vista de Jacques Le Goff, ao inferir que o moderno marca a ruptura da consciência com o passado, sendo a capital pensada não somente para sanar os elementos já mencionados, mas também para promover diferente vivência da que se praticava no sertão, onde Oeiras estava situada. Desta forma, em 16 de agosto de 1852, Saraiva dirige circular a todos os Presidentes de Província do Império comunicando o fato. Cf.: VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. **Os Fazedores de Cidade – Uma História da Mudança da Capital no Piauí (1800-1852)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/PPGH [Tese], 2016.

se a ditadura civil militar, em que a forma de governar empregada pelos generais refletiu-se nas demais esferas⁵⁶.

Por outro lado, na história é possível observar a relação de dissociação dessa tríade para a elevação dos dois últimos elementos, à medida que se materializa o abandono da história política para entrar em cena tanto a história social como a econômica e, assim, como observa o historiador René Rémond, também especialista em economia política, “era pois provavelmente inevitável que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às custas do declínio da história dos fatos políticos, daí em diante lançada num descrédito aparentemente definitivo”⁵⁷, causando um descrédito tributário de uma perspectiva que estava voltada para a produção de uma narrativa uniforme, linear, descritiva, dos grandes sujeitos da história.

Ainda segundo Rémond, o mesmo movimento da história, responsável por colocar em declínio a história dos fatos políticos, no sentido de que está pudesse reanalisar suas concepções, de modo a tomar uma atitude interrogativa e formular hipóteses explicativas, também proporcionou o seu retorno ao lado da reformada história religiosa e em pleno curso de desenvolvimento da história cultural, de modo que se percebeu a acentuada articulação com as outras vertentes, além da importância da história política enquanto fato que perpassa as mais diversas relações.

Dada a sua importância, é válido analisar parte do contexto político brasileiro, que, com o movimento de transição por qual o país passou em fins dos anos oitenta, caracterizado, sobretudo pelo retorno ao sistema democrático, cabe ressaltar o papel desempenhado por grupos opositoristas, a saber, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, Diretório Central dos Estudantes livres e oposições sindicais⁵⁸, dentre outros, que representaram o contraponto ao regime. Além disso, é importante salientar que a OAB somente entrou no rol dos opositores depois que as ações repressivas do governo atingiram diretamente os direitos da classe representada pela ordem, pois, segundo José Murilo de Carvalho “Sua posição em relação ao movimento de 64 foi de início

⁵⁶ NETO, Alcimor Aguiar Rocha. **Os reflexos do Golpe de 64 na política, economia e sociedade atual**. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI11008,41046>. Acesso em 11 mar.2019.

⁵⁷ RÉMOND, René. **Por Uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed, Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.14.

⁵⁸ CHAUI, Marilena, Nogueira, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização política do Brasil. **Lua Nova** [online] 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67307106>. Acesso em 14 jan. 2019.

ambivalente, dividindo-se seus membros entre o apoio e a oposição. À medida que o regime se tornava mais repressivo, a OAB evoluiu para uma tímida oposição”⁵⁹.

O processo de redemocratização ocorreu de modo gradual e progressivo, posto que, desde meados dos anos setenta, o governo do general Geisel dava indícios de abertura política e, com isso, aumentava a válvula de escape dos opositores e, assim, o movimento ganhava mais força, culminando nas eleições de 1974, na qual o partido governista, a Arena, foi derrotado nas eleições para o senado, e o único partido de oposição permitido pelo regime, o MDB, aproveitou o momento de abertura e entendeu que, por meio de eleições diretas, o país teria maiores chances para acelerar o retorno à democracia.

Nessa perspectiva, o ponto alto para a retomada do cenário político democrático foi o movimento das Diretas Já, caracterizado pelas manifestações ocorridas em diversas cidades brasileiras, que tinha como principal objetivo pressionar o congresso para aprovar a medida em que autorizaria a eleição direta. No entanto, o principal propósito da mobilização não alcançou êxito, dado que o movimento ocorreu entre março de 1983 e abril de 1984, e foi derrotado no congresso. Perdendo a oportunidade da eleição direta, os opositoristas aproveitaram o momento e lançaram Tancredo Neves para enfrentar o candidato do governo nas indiretas, visto que: “A pressão popular sobre os deputados governistas desta vez foi irresistível. Tancredo Neves ganhou 480 votos do colégio eleitoral, contra 180 dados ao candidato do governo. Terminava o ciclo dos governos militares”⁶⁰.

Assim, para efeito de marcos temporal, o ano de 1985 é tido como o fim da ditadura civil militar e a retomada dos direitos políticos da sociedade brasileira. Mesmo que outros pesquisadores discordem sobre a duração dos governos militares, considerou-se a cronologia de vinte e um anos, que deixaram marcas que ainda podem ser sentidas, e não cansam de forçar um assustador retorno.

Por outro lado, a restituição ao sistema político democrático, diferentemente do que se imaginava, não foi suficiente para resolver os problemas econômicos caracterizados pelo desemprego, além da desigualdade social, elementos que referenciam a influência dispensada pela política sobre as demais esferas, de modo que, ao nível local, o momento de transição que se deu entre os governos autoritários e a redemocratização foi o indicativo de uma configuração histórica de recessão, tendo em

⁵⁹ CARVALHO, op. cit., 2018, p.189.

⁶⁰ CARVALHO, op. cit., 2018, p.193.

vista que as consequências puderam ser visualizadas no cotidiano, como, por exemplo, a falta dos principais alimentos da cesta básica. O gás também entrou na lista de escassez, e a alta taxa de desemprego, somada ao alto índice de inflação, foram causas participantes do acentuado empobrecimento de parte da população teresinense.⁶¹

Posto isso, é nos dada a possibilidade de observar, como expectadores, a tessitura do cenário urbano da cidade que recebia grande volume de migrantes, sujeitos desempregados e em meio a crise no abastecimento de alimentos. A inexistência de um teto, ou moradias em condições insalubres, o conjunto desses elementos contribuíra para o agravamento da questão social da população economicamente vulnerável.

A situação de carência de parcela significativa dos habitantes de Teresina, logo no início da década de 80, foi noticiada pelos veículos de comunicação nacionais e internacionais, por ocasião da visita do papa João Paulo II, em 1980. Em Teresina, manifestantes puseram em evidência as condições de vida da população carente, como é destacado pelo trecho:

Em sua primeira viagem ao Brasil, o papa João Paulo II visitou Teresina a 08 de julho de 1980. Foi recebido no aeroporto local por milhares de católicos. Sua passagem durou uma hora e foi marcada pela leitura de uma faixa com os dizeres “**Santo Padre, o Povo Passa Fome**”. O papa leu a mensagem da faixa após rezar o Pai Nosso. Os organizadores da exposição da faixa foram presos. Fotografada e filmada por jornais, revistas e TVs nacionais e estrangeiras, a faixa correu o mundo.⁶²

A frase em destaque chamou a atenção não somente do Papa, mas do mundo, ao ser postulada como o reflexo da real situação do povo carente, bem como um grito de socorro de uma gente que não suportava mais passar por tanta necessidade, e sem o direito de manifestar as insatisfações que faziam e fazem parte do cotidiano da maioria dos brasileiros, que foram relegados à continuidade de um sistema político que privilegia o interesse de poucos em detrimento as demandas dos muitos cidadãos, que realmente necessitam de ações que fomentem o bem estar social.

A ideia dos produtores da mensagem foi pensada de maneira estratégica, à medida que cogitaram a repercussão que a frase causaria, diante da importante ocasião

⁶¹ DESEMPREGO aumentou ... **O Dia**, 09 out.1986, p.02.; Falta de gás... **O Dia**, 08 set.1980, p.08.; Teresina não tem mais o feijão preto. **O Dia**, 11 set.1980, p.07.; Aumentam os mendigos... **O Dia**, 08 set.1980, p.08.

⁶² TAVARES, Zózimo. **O Piauí no Século 20: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003. p. 101.

estabelecida pela presença do principal representante da Igreja Católica, tendo em vista a postura política, social, e missionária adotada pelo pontífice, que procurou promover, no seu papado, o estreitamento entre as religiões, aproximar a Igreja dos mais pobres, dentre outras características. E foi justamente na luta pelos menos favorecidos que os organizadores correram o risco de perder a liberdade, o que de fato aconteceu, pois ainda se vivia sob o jugo da ditadura, mesmo diante do desenvolvimento do processo de abertura democrática.

No contexto político da capital, em meados dos anos oitenta, houve a eleição, como prefeito, de Raimundo Wall Ferraz (1986-1988), primeiro candidato eleito diretamente pela população pós-64. Wall Ferraz tentou assinalar em seus mandatos a marca das ações sociais que preconizava a camada mais vulnerável da sociedade, sendo reeleito para a segunda administração municipal (1993-1995) e, dentre os atos da sua gestão, destacou a questão habitacional, que foi organizada nos planos de governo como principal elemento no atendimento das necessidades dos sujeitos que não possuíam condições de adquirir um imóvel.

Vale mencionar que a imagem de um indivíduo também é tecida pelo ponto de vista de inúmeras outras pessoas, e, ao passo que se reconhecia a atenção que o prefeito dispensava aos menos favorecidos, sua personalidade forte por vezes teimava em ficar aparente. Nessa perspectiva, o pesquisador Nascimento destaca que:

Há sempre a tentativa de transformar homens comuns em semideuses, com a vida sem nenhum tipo de tropeços; contudo, são muitas as manifestações a favor de Raimundo Wall Ferraz. Parecia ser muito cuidadoso quando tratava com pessoas humildes, mesmo tendo a fama de ser “zangado”.⁶³

A fama de zangado, descrita no fragmento, não se sobrepõe ao tratamento com os mais necessitados. No entanto, não deixa de reverberar, nas memórias das pessoas, o jeito de ser exasperado, fato lembrado por um dos moradores que vivenciou o momento que um grupo de pessoas foi receber o prefeito no aeroporto, para que intervisse a favor dos sujeitos que ocuparam o terreno da Vila da Paz, quando provido o pedido de reintegração de posse, acontecimento recordado por um dos moradores ao relatar que: “[...] Aí vazou a notícia que o finado Wall Ferraz estava para Brasília, e ele

⁶³ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Raimundo Wall Ferraz: o político e o intelectual**. In: *Ficção e Poder: Oralidade, Imagem e Escrita*, 2017, Fortaleza. Anais [XI Encontro Regional Nordeste de História Oral]. Fortaleza: UFC, 2017. p. 01-16.

estava chegando 4 horas da tarde, aí foi uma comissão para receber no aeroporto. Quando chegaram lá, quando ele desceu o pessoal cercaram, aí ele era assim meio grosseiro, disse umas grosserias”⁶⁴. Na situação narrada pelo morador, no calor do momento sobressaiu a postura do prefeito zangado, grosseiro, e não do gestor que tratava bem os mais humildes, mas não demorou muito tempo para melhor analisar a situação e decidir a favor das pessoas que buscaram a sua ajuda, acontecimento que será melhor abordado no capítulo seguinte.

Nesse sentido, as administrações de Wall Ferraz tiveram, como ponto a ser seguido, a questão social, consubstanciada pela aproximação que procurou estabelecer entre o poder municipal e a população, uma vez que, diante das proporções que a cidade crescia, criou várias leis, dentre as quais destacam-se: a lei nº 2.264 de 1993, que define as diretrizes para ocupação do solo urbano; a lei nº 2.311 de 1994, que delimita o perímetro da zona de expansão urbana de Teresina; e a lei nº 2.351 de 1994⁶⁵, que modifica e complementa as diretrizes para o uso do solo na zona urbana ao sul de Teresina. Atentou-se para a última, visto que esta especifica a zona sul em virtude do acentuado crescimento, sobretudo pelo surgimento de inúmeras favelas na citada região, questão que discutir-se-á mais adiante.

O cenário de Teresina nos anos oitenta é muito mais complexo do que se tentou tecer aqui. No entanto, foram priorizados os elementos que serviram para balizar a nossa discussão e que melhor respondem aos questionamentos levantados, bem como trilhados os caminhos indicados pelas fontes. Dessa maneira, o primeiro critério destacado foi o crescimento da cidade, tendo como uma das causas o deslocamento de uma grande leva de pessoas do interior do Estado em direção a capital, de modo que a sessão seguinte analisa o processo migratório ocorrido em meados dos anos setenta e reverberado no ano seguinte.

⁶⁴ FÉLIX DE PAULA, José. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência do entrevistado. Teresina 16 de abr. 2018. Morador participante da ocupação da Vila da Paz, atualmente tem a idade de 79 anos, aposentado, exerceu a profissão de policial militar, é casado, teve três filhos, e participou ativamente da associação dos moradores da Vila.

⁶⁵ TERESINA. Câmara Municipal. Acervo Digital. Lei nº 2.264 de 1993.; Lei nº 2.311 de 1994.; Lei nº 2.351 de 1994. Disponível em: <http://www.teresina.pi.leg.br/acervodigital/home>. Acesso em 16 jan. 2019.

2.2 “Nós tínhamos as coisas, ele vendeu tudo e a gente veio embora”: o processo migratório

A passagem que titula a seção foi mencionada por uma migrante que, ainda criança, teve que sair da sua cidade natal, em Pedreiras, no Maranhão, para vir em busca de tratamento médico para o pai em Teresina, em 1969, considerando que a doença que acometia o chefe da família requeria a estadia em ambientes de clima seco. Além disso, segundo o relato da migrante, os médicos no Maranhão não conseguiram identificar o problema de saúde. Dessa maneira, a procura ao atendimento médico-hospitalar se constituiu como uma das causas do processo migratório ocorrido em direção a capital piauiense.

Ainda sobre a frase que inicia a narrativa, o fato da conservação da memória que se construiu acerca do acontecimento da mudança de cidade marcou a forma de lembrar sobre aquele episódio, visto que essa memória foi reforçada, sobretudo, pelas situações que a migrante e a família tiveram que passar nos primeiros anos em Teresina, uma vivência cheia de necessidades, histórias de vida que se assemelham com tantas outras. Portanto, pode-se concordar com Antonio Torres Montenegro quando supõe que “a história opera sempre com o que está dito, com o que é colocado *para e pela* sociedade, em algum momento, em algum lugar”⁶⁶, por isso a escolha de nomear essa parte do texto a partir do contato estabelecidos com as fontes, sejam elas escritas ou orais.

Assim nesta seção procurou-se analisar os fatores que contribuíram para a migração, com destaque nos anos setenta, mas cujos reflexos repercutiram também nos anos oitenta, e qual foi a posição tomada pela cidade diante dos sujeitos que portavam costumes da sua vivência no interior. Com esse intento, para que se possa ter noção do volume de migrantes que escolheram Teresina como destino, destacou-se o estudo realizado pela carta Cepro que identificou a porcentagem e o lugar de origem dos retirantes, visto que “os migrantes cearenses (60,7%, 52,8% e 41,8% entre 1960/70/80, respectivamente) e os maranhenses (20,2%, 28,2% e 34,9% entre 1960/70/80, respectivamente) são os mais importantes, em volume, dos fluxos migratórios no Piauí”⁶⁷. Dessa forma, percebe-se que cearenses, até os anos oitenta, foram os que mais

⁶⁶ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 19.

⁶⁷ Carta CEPRO/ Teresina/ V.15/ n.1/ Jan-Jun. 1994. p.86.

migraram para a capital, mesmo seguindo uma lógica decrescente. No sentido oposto, o número de maranhenses crescerá, o que pode ser associado à proximidade entre a cidade de Timon e Teresina, as quais são separadas apenas pelo rio Parnaíba.

O volume de pessoas que se deslocava para a capital do Piauí deixou marcas na história à medida que contrariou a concepção de colocar a cidade nos padrões de crescimento que se vivenciava em meados dos anos oitenta. No entanto, esbarrou em outras questões significativas, dentre as quais foram realçadas do processo migratório, que era entendido pelos habitantes de Teresina sob diferentes perspectivas, tendo em vista que o resultado da ação foi o grande número de migrantes que passaram a compor o contexto urbano da cidade, de modo que os novos sujeitos alteraram o cotidiano da urbe com seus próprios modos de vida e, com isso, provocaram o desejo e as ações para afastá-los do cenário central da cidade. Assim, corroborando com o argumento posto, Francisco Alcides do Nascimento observa que:

A cidade, ao ter o espaço urbano modernizado e com maior visibilidade, expulsa os mais pobres para áreas periféricas, sem criar meios para atender às suas demandas, o que não significa necessariamente que os pobres não resistam, até mesmo usando os espaços modernizados.⁶⁸

O trecho coloca em evidência a cristalizada prática de expulsar os sujeitos economicamente vulneráveis para áreas distantes do centro da cidade, sendo essa ação utilizada pelo poder público como argumento legitimador, sobretudo amparado pelo discurso higienista dos espaços, para dar lugar a modernização. Contudo a mesma população, ora afastada para a periferia, utiliza os espaços ditos modernos para evidenciar as suas demandas. Como exemplo, destacam-se as formas de manifestar dos primeiros moradores da Vila da Paz, que, para conquistar o abastecimento de água e fornecimento de energia, transformaram algumas das principais vias de circulação da cidade, dentre elas a avenida Marechal Castelo Branco, em palco de mobilização, fato que será abordado no capítulo seguinte.

Na década de setenta, a cidade experimentou uma significativa onda de adensamento populacional, fruto da intensa migração, bem como adotou a ideia de crescimento propagado pelo sistema político vigente, que pregava uma política de

⁶⁸ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1960 e 1970. **Revista Brasileira de História**. vol. 27 n.53. São Paulo Jan./jun. 2007. p. 211.

modernização em que o principal objetivo era dotar as cidades de obras. Além disso, o setor industrial também seguiu a tomada de decisões pautada nos discursos autoritários. Nesse contexto, as ações de implantar, nos espaços da cidade, certa estrutura, foi uma das maneiras encontradas para controlar as tensões sociais⁶⁹.

Por esse ângulo, um dos fatores que contribuiu para a migração foi a imagem da capital que era produzida e desejada no imaginário dos migrantes do interior do estado, bem como os de outras regiões do país. Além disso, conforme Regianny Lima Monte,⁷⁰ durante o trajeto para os estados do Maranhão, Pará e Amazonas, na busca por melhores condições de vida, os migrantes, já castigados pela fome e, conseqüentemente, debilitados, se viram obrigados a se fixar em Teresina, de modo a serem assistidos pelos serviços da saúde pública. Dessa maneira, buscaram meios para se estabelecer na cidade, à medida que trocavam a força de trabalho por comida e moradia.

Assim, dentre os fatores que contribuíram para o processo migratório, segundo Olavo Ivanhoé de Brito Barcellar, estava o “atraso da agricultura tradicional”, em que as atividades eram voltadas para o proveito da agricultura familiar e de subsistência, sujeita ainda aos longos períodos de estiagens, além da concentração de grandes faixas de terras reunidas nas mãos de poucos proprietários, estando o trabalhador rural exposto à fragilidade da relação mantida com o dono da terra na qual ele trabalhava⁷¹.

Atrelado a esse fato, a modernização autoritária, que ocorria no país, aos poucos atingiu o campo, provocando uma (re) significação das relações de trabalho, uma vez que o esforço do sertanejo foi cedendo espaço à mecanização das atividades agrícolas. Somado a isso, a ação dos cercamentos, em que os grandes proprietários cercavam as terras produtivas para a criação de gado, impossibilitando que o homem do campo cultivasse e criasse animais, além de, em casos extremos, ficarem impedidos de ter

⁶⁹ FONTINELES, op. cit., 2015. Seguindo a lógica do sistema político vigente, o governo de Alberto Silva elegeu a capital do Piauí para ser o centro da construção de obras de grande porte, que, em grande medida, foram apontadas pela oposição como uma forma de mascarar as prioridades de um Estado com emergentes problemas sociais. Cf. p.251.

⁷⁰ MONTE, Regianny Lima. **Vidas Incertas: O processo de modernização e segregação urbana de Teresina na década de 1970**, Teresina, Piauí: IFPI- Campus Teresina Zona Sul, 2017, p.49. A autora, ao longo da sua narrativa, elenca várias causas do processo migratório ocorrido no contexto da cidade de Teresina, fazendo referência à discussão nos estudos de Manoel Domingos Neto, Gerado Almeida Borges sobre a Seca Seculorum: Flagelo e mito na economia rural piauiense, além de utilizar a pesquisa de Mafalda Balduino de Araújo que aborda, desde o início do século, como se organizava o cotidiano da cidade marcada pela inserção no contexto urbano a migração.

⁷¹ Barcellar, Olavo Ivanhoé de Brito. **Fluxos migratórios e crescimento urbano piauiense**. Carta CEPRO. Teresina. vol. 6, n.1, p.25. jan/jun.1980.

acesso à água, pois os poços, vazantes, barragens e rios localizavam-se nas áreas cercadas⁷².

O desejo de poder viver em melhores condições, tendo em vista essas causas, impulsionou os sertanejos a buscarem a cidade, forçados, sobretudo, pela fome e pela seca, que assolava as plantações de modo geral, mas particularmente as dos sertanejos, a qual era voltada principalmente para atender as necessidades familiares. Por outro lado, ao chegarem em Teresina, os sujeitos se depararam com a atuação do poder público que procurava atender a ordem vigente, ao eleger a cidade como um elemento promotor de suas ações, fazendo do espaço citadino o principal lugar de seus investimentos, com o objetivo de transformar a cidade em um “cartão de visitas do Piauí”⁷³. Para isso promoveu a construção de obras de grande porte, questão que entrou no rol dos elementos que impulsionaram o fluxo migratório, devido ao grande destaque alcançado pela construção civil, que absorvia a mão de obra com baixa ou nenhuma qualificação, como esclarece Débora Silva Viana, ao tratar dos migrantes que enxergaram na construção civil a tão sonhada oportunidade de emprego, pois:

O fraco desempenho do setor industrial, não pode absorver as populações liberadas da zona rural, acarretando com isso o problema do subemprego e do desemprego. Logo são exigidos dos homens e mulheres migrantes uma qualificação profissional e certo nível de escolaridade que não possuíam, impedindo-lhes o acesso ao meio profissional qualificado, sendo empurrados para profissões que não necessitavam de conhecimento técnico escolarizado, como a construção civil.⁷⁴

Em face do exposto, o setor da construção civil foi responsável pela absorção de uma grande parte da mão de obra que emergiu em Teresina devido à migração. O fragmento ainda chama atenção para o pouco desenvolvimento do ramo industrial, embora os investimentos feitos durante a ditadura nessa esfera tenham contribuído para a industrialização implantada no cenário urbano, dando sentido à ideia de crescimento, de modo que atraiu os sujeitos que saíram do campo em busca de melhores condições de vida, e encontraram no segundo setor uma oportunidade de emprego, sobretudo com

⁷² Barcelar, Olavo Ivanhoé de Brito, Portela, Gerson. **Causas e tendências do processo migratório piauiense**. Teresina: Fundação CEPRO, 1990.

⁷³ MONTE, op. cit., 2017, p.45.

⁷⁴ VIANA, Débora Silva. **E o que você trouxe na mala?** Trajetória de vida dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970. In: *Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar*. Anais [VI Simpósio Nacional de História Cultural]. Universidade Federal do Piauí: Teresina. p. 01-11.

a criação do distrito industrial⁷⁵, medida responsável pelo acolhimento de investimentos para promover o crescimento da cidade, uma vez que:

As mudanças, entretanto, atraíram mais pessoas humildes e empobrecidas, as quais residiam em sua maioria em cidade de pequeno porte ou na zona rural do próprio estado e de estados próximos como o Maranhão e o Ceará, do que investidores ou industriais. Nesse sentido, a capital do estado do Piauí passou a receber uma grande quantidade de migrantes, que procuravam se inserir na cidade e usufruir das oportunidades propagandeadas pela imprensa e pelo poder público.⁷⁶

A pouca atração de investidores ou industriais, como mencionado na passagem, nos impele a compreender parte das causas da limitada expressividade do setor na cidade de Teresina, pois a falta de estrutura, especialmente na distribuição de uma energia de qualidade, impossibilitava que os investidores pudessem instalar as fábricas com equipamentos sofisticados que pudessem gerar emprego e renda para um número maior da população. Essa questão corrobora para os delineamentos da economia da cidade, onde o comércio se sobressai diante das outras frentes econômicas.

Outra questão, relacionada ao distrito industrial, segundo Antônio Cardoso Façanha, é sobre a sua localização, que se deu em uma área da cidade recém-povoada, bem como a proximidade com um dos maiores conjuntos habitacionais de Teresina, o Parque Piauí. Além disso, a zona sul foi marcada pelas ocupações de terra, nas quais uma das principais alegações utilizadas pelos sujeitos era a falta de condições para assumir o valor das mensalidades das casas dos conjuntos habitacionais. Dessa maneira, Antônio Cardoso Façanha pontua que, “A concentração do DIT juntamente com vários conjuntos habitacionais transformaram acentuadamente o tecido urbano da zona sul”⁷⁷. Ademais, as ocupações também foram elementos de grande expressividade para o crescimento dessa parte da cidade, visto que:

⁷⁵ O destaque para o setor secundário se dá ao final dos anos 1960, quando, seguindo a lógica de incentivo ao processo de industrialização, foi criado o Distrito Industrial de Teresina, ocupando uma área de 196 hectares na zona Sul.

⁷⁶ MONTE, op. cit., 2017, p.45.

⁷⁷ FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: passado, presente e...** Publicado na Carta CEPRO, Teresina, v.22, n.1, p.59-69, jan./jun. 2003. p.4, disponível em https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iiV_i3enngsJ:https://sigaa.ufpi.br/sigaa/verPrducao%3FidProducao%3D877156%26key%3D9fcac448d38db120e1f951. Acesso em 30 out. 2017.

Na zona sul as invasões ocorrem, preferencialmente, em terrenos próximos aos conjuntos habitacionais, em virtude da oferta de infraestrutura ali existente, por exemplo, abastecimento d'água, rede de energia, transporte, estabelecimentos educacionais e de saúde. São ocupados, irregularmente, os loteamentos imobiliários, terrenos destinados à construção de praças ou de algum outro logradouro público.⁷⁸

O trecho realça o fato de as ocupações terem ocorrido nas imediações dos conjuntos habitacionais, tendo em vista o estabelecimento de serviços necessários para permanência em determinado local, fenômeno que não foi diferente no caso da Vila da Paz, que surgiu no terreno que fica nas imediações do Conjunto Júlia Maione, local em que os primeiros moradores buscavam ter acesso à água, bem como puderam contar com o apoio da associação de moradores do bairro Três Andares nos vários momentos de luta e resistência pelo direito à moradia.

Outro ponto na composição dos fatores da migração esteve relacionado ao ensino, pois no interior do Estado a educação era limitada às escolas das primeiras letras e as mais simples operações matemáticas⁷⁹. Diante disso, os pais sentiam a necessidade de mandar os filhos para capital, onde moravam nas casas dos parentes no intuito de concluir os estudos. No entanto, tais genitores, às vezes, reuniam todas as economias e resolviam acompanhar os filhos. Ao chegarem a Teresina, buscavam hospedagem junto aos familiares, ou, com mais frequência, alugavam casas com o pouco que lhes restava da quantia referente a venda dos poucos bens vendidos no interior, para tentar a vida na cidade e, assim, as famílias enviavam os filhos para capital visando o aprimoramento dos estudos, em especial o acesso ao ensino médio⁸⁰.

Vale destacar que essa prática ainda é recorrente no contexto teresinense, para onde os pais enviam os filhos no intuito de ingressarem no ensino médio e, posteriormente, no ensino superior, de modo que é possível considerar as informações do censo escolar sobre o crescente percentual de estudantes matriculados no ensino médio no Piauí.

⁷⁸ Carta CEPRO, Teresina, v.16, n.1, jan./jun. 1995. p. 22.

⁷⁹ MONTE, op. cit., 2017, p. 59.

⁸⁰ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. A EDUCAÇÃO PIAUIENSE EM TEMPOS DE FUNDEF: ENTRE AS PROMESSAS E AS INOVAÇÕES. *História & Ensino*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 43-76, jul./dez. 2012. DOI: 10.5433/2238-3018.

Quadro 1 - Taxa líquida de escolarização por níveis de ensino

Taxa líquida de escolarização por níveis de ensino	
Período	Médio
1980	3,7
1991	3,7
1994	6,5
1998	10,7
1999	10,8
2000	13

FONTE: MEC/INEP/Censo Escolar 1980/2000. Edudata Brasil; IBGE, Censo Demográfico.

O Quadro 1 apresenta os números dos alunos matriculados com idade prevista entre 15 a 17 anos cursando o ensino médio e a população total na mesma faixa etária, observando-se o fato de que a taxa se mantém igual a 3,7 entre as décadas de 1980 e 1990, alcançando o dobro no ano seguinte e nos demais permaneceu de maneira crescente, chegando a 10,7 em 1999, reforçando a ideia que, mesmo no contexto mais recente, a capital continua como destino dos jovens que almejam dar prosseguimento aos estudos. Na cidade, é grande o número de sujeitos que se revestem de duas condições, a de migrante e a de estudante. Muitos se formam e retornam às suas cidades de origem, outros se inserem no mercado de trabalho na capital ou mesmo em cidades diferentes de sua origem.

Nessa perspectiva, para desvelar as causas do processo migratório, enfatizou-se a busca pelo acesso a saúde, questão abordada no início da sessão, mas que se tornou um elemento aglutinador da migração, a julgar pela referência que a capital do Piauí possui em relação ao atendimento médico. Além disso, a proximidade com alguns estados vizinhos, como o Maranhão, impulsionou a procura aos serviços hospitalares, tanto público quanto privado, e, à medida que os sujeitos buscavam assistência médica, terminavam por se estabelecer definitivamente na cidade, seja pela demora no tratamento ou por falta de condições financeiras de voltar a cidade natal⁸¹.

As famílias, depois de instaladas na cidade, fossem residindo com os parentes ou vivendo de aluguel, procuravam inserir-se no mercado de trabalho para prover o seu sustento, contudo, por falta de qualificação para assumir determinadas funções, como já

⁸¹ MONTE, op. cit., 2017, p.59.

destacado, foram conduzidas ao desenvolvimento de serviços informais, insuficientes e mal gratificados. Sobre o modo de vida dos migrantes na cidade, eles carregavam o sentimento de pertença, isso porque, em grande medida, procuravam se instalar o mais próximo possível dos primeiros migrantes, no intuito de estabelecer uma rede de sociabilidades, que influenciou diretamente no deslocamento de outros parentes, bem como no amparo para a manutenção do grupo na esfera social e econômica, principalmente nos casos em que as pessoas precisam de atendimento médico, situação destacada no início da seção.

Nessa perspectiva, na prática de se inserir no cotidiano da cidade, caracterizada pela busca do lar, fato que colaborou para a favelização do espaço urbano, “[...] inúmeras famílias optaram por permanecer na cidade e tentar a vida por aqui mesmo, fixando-se na casa de um parente ou amigo, ou ainda, alugando um pequeno casebre na periferia, fato este que muito contribuía para o processo de favelização da cidade”.⁸²

A informação sobre a favelização nos remete para o objeto de estudo, que se originou a partir dessa ação, recorrente nos anos setenta em Teresina e continuada durante os anos oitenta, chamando atenção para o fato de que quando não se podia contar com o apoio dos parentes ou por falta de condições financeiras para pagar o aluguel, a alternativa encontrada foi a ocupação de terrenos ociosos, como foi o caso da zona sul, foco de expressivas ocupações, a exemplo da favela Cohebe, que ganhou destaque pela sua dimensão e por se tratar de uma ocupação iniciada ainda sob o contexto da ditadura,⁸³ diferente da ocupação da Vila da Paz, que ocorreu um ano após o término dos governos civil-militares. Com isso, observa-se que a população, mesmo vivendo ainda sob os resquícios do autoritarismo, já colocava em prática as táticas para conseguir um teto, subvertendo as estratégias dominantes.

Com efeito, o investimento na malha rodoviária também convergiu para o processo migratório, pois, desde a década de quarenta, já se promoviam políticas que elevassem o crescimento da malha, posto que Teresina é vista como entroncamento rodoviário do meio norte, sendo também facilitada a ligação entre as regiões urbanas e rurais⁸⁴. A ação, além disso, foi reforçada pela criação da rodovia PI-4, conhecida também como “TransPiauí”, que oportunizou a ligação entre Piauí à Brasília pelo sul do estado.

⁸² MONTE, op. cit., 2017, p.59.

⁸³ LIMA, op. cit., 2010,

⁸⁴ MONTE, op. cit., 2017, p.67.

O investimento na construção de rodovias foi mais uma característica do “milagre econômico”, ideia sustentada pela ditadura civil militar. O investimento nesse tipo de infraestrutura possibilitou também que o êxodo de trabalhadores rurais ocorresse de maneira mais rápida e segura para Teresina, aumentando significativamente o número de migrantes na cidade, a qual não estava preparada para recebê-los, o que propiciou o agravamento dos problemas sociais⁸⁵.

Diante de todas essas questões, que forçaram o processo migratório do campo para a cidade, vale ressaltar que a cidade se reveste da condição de ímã, uma vez que segundo Raquel Ronilk, os sujeitos são atraídos pelo desenvolvimento econômico presente no espaço citadino, e, considerando que “a cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria o mercado”⁸⁶, as pessoas são instigadas a migrarem para conseguirem um futuro melhor, pois havia a possibilidade de aumento na oferta de emprego. Posto isso, soma-se a influência disponibilizada pela televisão e rádio desde a década de setenta, meios estes que estimulavam o imaginário do sujeito que vivia no interior, desenhando um viver citadino cheio de oportunidades.

Portanto, levando em consideração algumas questões que forçaram o processo migratório, compreende-se o quanto as pessoas buscaram ser inseridas na dinâmica de uma cidade que foi planejada para ser o centro da vida administrativa do estado. Nessa perspectiva, procuraram meios para se fixar em uma cidade que era sonhada e desejada em seus imaginários e, para tanto, se desfizeram do pouco que tinham e migraram para a “cidade grande” munidos de inúmeras expectativas. Contudo, se depararam com outra realidade, uma cidade marcada por discursos modernistas e higienistas que empurrou a leva de migrantes para locais impróprios para se viver dignamente, modificando substancialmente o tecido citadino. Pode-se tomar como exemplo o caso da Vila da Paz, que surgiu sem nenhum planejamento, em um terreno impróprio para se morar, sobressaindo-se, no entanto, a necessidade da moradia, discussão que será abordada mais adiante.

⁸⁵ NASCIMENTO, op. cit., 2011, p. 9-10.

⁸⁶ ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Coleção Primeiros Passos; 203. p, 26.

2.3 O crescimento de Teresina a partir da migração

O crescimento populacional de Teresina tem como estímulo principal o processo migratório, como discutido anteriormente, haja vista que foi o lugar escolhido por inúmeros migrantes que enxergaram a possibilidade de mudarem de vida, o que fez com que a capital do Piauí passasse por um expressivo adensamento populacional. Desta forma, o objetivo da seção é analisar a postura assumida pelo poder público diante do crescimento consubstanciado pelo intenso fluxo⁸⁷ migratório ocorrido, principalmente, na década de setenta, e que também reverberou nos anos oitenta, visto que a população de Teresina teve um crescimento elevado nas décadas de 1970-1980, 5,5% ao ano, e, no intervalo censitário de 1980-1991, crescimento de 4,3% ao ano. Assim, entre as décadas de setenta e oitenta, observa-se uma maior expansão da população urbana, elemento importante para a compreensão de parte da história demográfica da capital. Para tanto, é relevante observar esse aumento por meio do quadro a seguir:

Quadro 2 - População de Teresina

ANOS	HABITANTES	URBANA (%)	RURAL (%)
1950	90.723	56,7	48,7
1960	142.691	68,9	31,1
1970	220.487	82,1	17,9
1980	371.988	91,1	8,9
1991	599.272	92,9	7,1

FONTE: TERESINA, Prefeitura Municipal. Teresina em Dados. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina.

Nessa perspectiva, analisando o quadro, observa-se que, dos anos sessenta para década de setenta, o crescimento populacional foi expressivo, em torno de 13,2%, sendo menor da década de setenta para a década de oitenta, ficando em 9%, de modo que, mesmo diante do maior crescimento nas décadas subsequentes a 1970, o salto

⁸⁷ Compartilhamos do significado da palavra fluxo proposta no dicionário, que enfatiza a movimentação contínua, que, em conjunto com a palavra migração, auxilia na construção do sentido que objetiva evidenciar o grande deslocamento de pessoas do interior do Estado para a capital.

populacional ocorrido durante esse decênio marca de maneira substancial a configuração histórica da capital piauiense.

Com isso, percebeu-se que o fluxo migratório impulsionou o crescimento da cidade, reverberando na década de oitenta, na qual o crescimento demográfico se aproximou dos quatrocentos mil habitantes, o que se evidencia na busca de meios para se inserir no espaço citadino, uma vez que, na década de oitenta a cidade ainda procurava seguir a linha de crescimento, característica defendida por governos anteriores, como Alberto Tavares Silva, que elegeu a capital Teresina como modelo de suas principais obras, objetivando transformá-la no cartão postal do Piauí⁸⁸. Essa marca foi gravada na história do governador especialmente em seu primeiro mandato, e os governos que o sucederam também procuravam desenvolver obras no intuito de serem lembrados, como foi o caso da construção do Terminal Rodoviário de Teresina Lucídio Portella, inaugurado em 14 de março de 1983, e que levou o nome do então governador do Estado do Piauí, governador Lucídio Portella, na tentativa de se fixar na memória e na história dos sujeitos piauienses, bem como pelos inúmeros viajantes que passam pelo terminal.

Teresina, na década de oitenta, ainda sentia os reflexos do crescimento populacional, visto que, depois da migração, os sujeitos buscavam meios de habitar, sobreviver, e poder usufruir, de fato, o direito à cidade e, para tanto, empreenderam táticas para colocar em ação tais premissas, coadunando com o que observa Henri Lefebvre, ao observar que:

Quem diz “estratégia” diz hierarquia das “variáveis” a serem consideradas, algumas das quais têm uma capacidade estratégica e outras permanecem ao nível tático – também chamado de força suscetível de realizar essa estratégia na prática. Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Tratava-se inicialmente de desfazer estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual.⁸⁹

A passagem evidencia a força que os grupos sociais carregam no fato de se mobilizarem para reivindicar o direito à cidade, tecendo o espaço urbano conforme as suas demandas, mas, para que isso aconteça, Lefebvre sugere que sejam compreendidos

⁸⁸ FONTINELES, op. cit., 2015.

⁸⁹ LEFEBVRE, op. cit., 2001, p.113.

os sujeitos que compõem as classes, grupos ou frações, que devem adotar tanto a estratégia como a tática, tendo em vista a necessidade de desestruturar as estratégias e as ideologias impostas pelo sistema, que excluí tudo o que diverge dos padrões.

Provocada pelo fato demográfico, a gestão pública buscou meios para transformar a cidade, impulsionada principalmente pela demanda populacional. Para melhor exemplificar a ideia, destaca-se que, na década de cinquenta, o cotidiano da cidade se passava no centro e em áreas próximas, e sua expansão se deu, sobretudo, com a construção da ponte sobre o rio Poti, permitindo, assim, o desenvolvimento para o que, hoje, é denominada de zona leste. Desta forma, cabe-nos apontar que,

Até o final da década de 1950, a cidade se expandiu para o norte e para o sul, mas, seguindo a toada de expansão espacial, segue para a região leste, quando atravessa o rio Poti, muito especialmente depois da construção da primeira ponte de concreto armado sobre este rio, que recebeu o nome de Juscelino Kubitscheck. Antes disso, aquela área era ocupada principalmente por chácaras, utilizadas por seus proprietários nos finais de semana. As mudanças nos modos de vida, as novas exigências de conforto, as inovações de consumo e lazer engendraram uma expansão do território da cidade, em detrimento do centro antigo, que perdia habitantes.⁹⁰

Por meio do fragmento do texto, é possível perceber o crescimento da cidade para além do rio, impulsionada pelo aumento populacional e, especialmente, pela classe mais rica da sociedade, que exerceu significativa pressão ao poder público para a construção de obras que possibilitassem o acesso a mais nova região da cidade, a zona leste, conhecida como a “zona nobre” da cidade. Entretanto, é importante destacar que a população mais pobre foi a que constituiu os primeiros moradores da região eleita para ser o reduto da classe mais abastada, mas que, enquanto sujeitos vulneráveis economicamente, tal população de menor poder aquisitivo foi empurrada para os arredores da cidade, lugares distantes do centro, salvo algumas favelas que surgiram próximo daquela zona da cidade e do centro, mas que não tardaram a ser removidas para áreas com pouca ou nenhuma estrutura.

Além disso, as pessoas que procuraram se estabelecer nessa nova parte da cidade alegavam a questão climática, afirmando a presença de clima mais ameno em relação ao centro da cidade, local que grande parte dos ricos morava. Observando a lógica de

⁹⁰ NASCIMENTO, op. cit., 2011, p. 9.

crescimento de Teresina na década de oitenta, compreende-se que a expansão enveredou por dois vieses, haja vista a eclosão da zona leste, que se iniciou com:

As primeiras edificações coletivas foram a pista de corrida para cavalos e a ponte Juscelino Kubitschek, ambas realizadas na década de 1950. Esses elementos foram cruciais para a materialização da ideia de zona nobre que se queria alcançar e, para a divulgar, utilizavam-se propagandas publicitárias nos periódicos locais, principalmente os jornais. O discurso produzido pela imprensa local ou por moradores dos bairros serviam para consolidar aqueles locais como sendo bairros nobres. Até a atualidade essa imagem é reproduzida na cidade.⁹¹

A continuidade do discurso produzido acerca da zona leste proporciona a compreensão sobre o porquê ela foi forjada no local eleito pelos ricos, posto que os próprios moradores se encarregavam de afirmar a sua posição de região nobre, à medida que também forçava o poder público em dotar o lugar de obras em favor daquela população, reforçando assim a segregação espacial, na qual os pobres eram cada vez mais empurrados para longe da região do centro, e, principalmente, da recém-inaugurada zona nobre da cidade. Dessa forma, “a necessidade de uma maior regulação no uso do espaço urbano devia-se à própria complexidade em que se configurava Teresina. A emergência de novos processos espaciais revelava a construção de um território contraditório espacialmente e desigual socialmente”⁹².

Na década de oitenta, Teresina cresce comumente seguindo a dualidade distinta e desigual, na qual se tem a verticalização da cidade e o expressivo movimento de favelização de grandes áreas, o que ocorre, em parte, pelo crescimento da população, haja vista que os sujeitos que dispunham de condições se inserem no contexto da verticalização da cidade, com a construção de casas e prédios que atendessem as suas demandas.

Paralelo a isso, o desenvolvimento da cidade foi também o resultado da descentralização do comércio, em decorrência do “espraiamento” por todo o curso dela. A região do centro não perdeu a importância, mas houve um realce das atividades econômicas, de modo que o comércio se instalou igualmente nas principais vias que estavam aflorando pelo espaço urbano, e o setor industrial ganhou destaque com

⁹¹ ARAÚJO, Cristina Cunha de. **Trilhas e estradas**: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980). Teresina: Universidade Federal do Piauí/ PPGHB [Dissertação], 2009, p. 68.

⁹² FAÇANHA, op. cit., 2003. p. 4.

crescimento das pequenas empresas, com ênfase no ramo das confecções, e a construção civil foi realçada com os investimentos das imobiliárias que refletiam especificamente a verticalização da cidade⁹³.

Diante disso, as imobiliárias assumiram o papel de agenciadores do acesso à nova forma de morar na zona leste, em conjunto com as ações do poder público em equipar a região da estrutura necessária para o pleno desenvolvimento da parte rica da cidade, legitimando as ideias propostas por Roberto Lobato Corrêa⁹⁴, que enfatiza a existência e relevância de agentes produtores do espaço urbano. A título de conhecimento, são eles: os proprietários dos meios de produção, sobretudo, os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, que fazem parte do objeto de estudo.

Certamente, a ação dos proprietários fundiários, detentora de grandes extensões de terra em privilegiada localização, além dos imóveis no centro da cidade, legitima a especulação imobiliária, uma vez que ainda detém o poder de escolha ao agirem individualmente, ou em conjunto com empresas em esquema de parceria, mantendo grandes faixas do território urbano subutilizada, sem nenhuma construção, com vista a alcançar a grande valorização da área, negando a ideia do uso social da terra.

Na companhia desse agente, em constante relação, estão as construtoras, responsáveis por iniciativas de grande porte, à medida que torna o solo urbano em moeda de troca. Associado a esse agente, estão às imobiliárias, que assumem o papel de promover essas iniciativas, e, no caso de Teresina, esse novo modelo se caracteriza na prática em morar nos condomínios de alto padrão. Diante do cenário da década de oitenta, observa-se que,

Ao final da década, as suas ações aconteciam em várias zonas da cidade, mostrando uma organização em suas ações com um olhar de totalidade, não mas agindo somente em algumas áreas. A zona Leste, naquele contexto, na proximidade dos bairros Fátima e Jóquei, concentrava uma área de segregação residencial de alto *status* com residências de luxo, passando a incorporar uma outra área de segregação residencial com edifícios de apartamentos, reforçando uma tendência da década anterior.⁹⁵

⁹³ FAÇANHA, op. cit., 2003.

⁹⁴ CORRÊIA, op. cit., 2002.

⁹⁵ FAÇANHA, op. cit., 2003. p. 6.

Assim, analisando o trecho, é possível perceber o quanto, desde o início, a zona leste esteve em destaque no que se refere à escolha de moradia dos sujeitos que dispõe de condição mais elevada, tanto pelo fato de buscar usufruir do conforto e da estrutura disponibilizada pelo Estado, como também porque essa classe procurou e procura se manter o mais afastado da população empobrecida, estabelecendo relação apenas para a contratação de serviços domésticos, jardinagem, cuidadora de crianças entre outros, e essa ação se dá em último caso, visto que, para isso, existem as agências de empregos. Nesse contexto, também as construtoras elegem a região para construir condomínios de alto nível, o comércio também se instala nas proximidades, para atender a demanda da população elitizada.

Mas a cidade cresceu também em várias outras direções, e não necessariamente atendendo a um padrão de crescimento, uma vez que durante o decênio de oitenta se viveu o processo de retorno ao sistema democrático no país, em que os sujeitos puderam retornar à liberdade de expressão, e com isso externar as lutas pelos direitos sociais, dentre eles, o acesso à moradia. Foi em meio a esse cenário que as pessoas, que invadiram o terreno que seria a Vila da Paz, entenderam tal processo como saída para conseguirem uma casa para morar, haja vista que a invasão ocorreu em setembro de 1986, ano em que, para os marcos cronológicos, a ditadura saiu de cena enquanto organismo governamental. Nesse sentido, acerca dos anos oitenta,

Esta década é tida pelos administradores municipais, intelectuais e pesquisadores que trabalharam a cidade como “marco do acirramento das contradições e conflitos sociais, a cidade cresce em todas as direções”. Tal crescimento se “[...] assenta num processo de constante valorização de terras urbanas ociosas e de expulsão de setores populares cada vez mais para a periferia”.⁹⁶

Com efeito, o poder público buscava intervir no “marco do acirramento” dos conflitos, desenvolvendo ações no intuito de conter ou amenizar essa situação, criando programas e projetos que normatizavam o uso do solo urbano, a fim de controlar o crescimento desordenado, a julgar pela necessidade de estabelecer em locais próximos ao centro da cidade ou mesmo na zona leste, eleita pelos ricos como o seu novo endereço. As maneiras de morar dos mais pobres contrariava o discurso de

⁹⁶ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Cidades das letras**. In: História: da produção ao espaço público, 2014, Santos. Anais [XXII Encontro Estadual de História da ANPUH]. Santos: UNISANTOS, 2014. p. 01-15. O autor faz referência ao censo de vilas e favelas realizado pela prefeitura de Teresina em conjunto com o IBGE.

embelezamento em curso, fato utilizado para promover o distanciamento dessa classe para lugares distantes e sem a mínima estrutura.

Na tentativa de organizar esses grupos excluídos, que viviam nas franjas da cidade, e que colocava em prática as suas táticas para conseguir as mínimas condições de vida, o poder público compreendeu que não disponha de outra alternativa, se não reconhecer que a população vulnerável também possui o direito de vivenciar os serviços que são comuns à cidade e que são geridos pelos administradores, interferindo e criando o II Plano Estrutural de Teresina, que objetivava contornar os problemas derivados do crescimento. Nessa perspectiva:

O II PET demarcou a cidade em 108 bairros, através da Lei nº 1.934 de 16 de agosto de 1988, através de cinco zonas administrativas: Centro, Norte, Sul, Sudeste e Leste. Cabe ressaltar que, antes, existiam apenas as zonas Centro, Norte, Sul e Leste, tendo esta última, a zona Leste, se desmembrado em zona Leste e Sudeste.⁹⁷

Assim, percebeu-se o quanto a cidade passou por grande expansão, tanto em escala territorial quanto populacional, revestindo-se o poder público de ações para legitimar e ordenar esse crescimento, demarcando novos bairros, mas com os mesmos problemas que afligem a população, a saber, a falta de abastecimento de água, de energia, a inexistência de saneamento básico e sobretudo a ausência de uma moradia digna. Nessa perspectiva, a política de habitação nacional, em conjunto com as obras de grande porte, foi responsável por significativas transformações que marcaram uma época, haja vista que a cidade de Teresina, semelhante a outras capitais brasileiras, passou por reformulações ou até mudanças de seus espaços, tendo, como principal pressuposto, os discursos autoritários, uma vez que, para balizar a discussão, resalta-se a questão habitacional, equacionada, principalmente, pelas transformações ocorridas no sítio urbano, temática tratada na seção seguinte.

⁹⁷ FAÇANHA, op.cit., 2003. p. 7.

2.4 As remodelações ocorridas no espaço da cidade, ancorada nos discursos autoritários

Teresina passou por recorrentes remodelações, no intuito de ser compreendida como moderna, nas quais os sujeitos, que a fazem todos os dias, desejam encontrar meios para aproximá-la ao que se compreende por novo, moderno, atual, haja vista que a cidade é múltipla e permeada por interesses diversos. Nesse contexto, tem-se a sensação de que a todo momento ela passa por reformas, perseguindo incansavelmente posições que a coloquem dentro da concepção de cidade moderna, preservando, no entanto, algumas características de cidade provinciana, no sentido de ser um lugar que ainda guarda costumes que remontam a tempos longínquos, bem como seus cidadãos ainda conservam algumas sociabilidades, dado que, em alguns bairros, os moradores ainda mantêm o hábito de sentar-se na frente das portas das residências para descansar e conversar com os vizinhos, conservando o “engajamento” social destacado por Pierre Mayol⁹⁸.

Na produção de uma imagem para si, é curioso perceber que Teresina segue na contramão do que propõe Jacques Le Goff⁹⁹ ao designar o termo moderno, como a tomada de consciência da descontinuidade com o passado e, ao mesmo tempo em que a cidade objetiva ser moderna, ela continua com características que nos remete ao passado.

A cidade de Teresina carrega na sua história o desejo de ser compreendida como moderna, fato acentuado desde a década de setenta, quando o cenário urbano foi perpassado pela prática de fazer e refazer a urbe, com o propósito de atender a interesses específicos, ou mesmo para traçar um caminho pautado pelo discurso autoritário na tentativa de ordenar e controlar os espaços, mesmo considerando-a como um local de conflitos por excelência, dentre os quais o habitacional aparece como um dos principais. Dessa forma, o objetivo da seção é analisar de que forma as remodelações estavam a serviço do acesso à moradia.

De início, cabe lembrar que a primeira metade da década de oitenta foi marcada pela modificação da malha urbana e cotidiano da cidade, mediada pela questão da

⁹⁸ MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; Mayol, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

⁹⁹ LE GOFF, op. cit., 2013.

moradia, à medida que as pessoas recém-chegadas na capital almejavam estabelecer um endereço fixo, conseguir um emprego, continuar os estudos, acessar o serviço médico hospitalar. No entanto, o que se desejava/necessitava não foi a realidade encontrada por essas pessoas, uma vez que a própria capital não desfrutava de estrutura capaz de atender a uma demanda sem precedentes, por se tratar de uma cidade com pouco mais de cem anos.

Com isso, os sujeitos buscaram alternativas para ter o acesso, sobretudo, à moradia, pois o que se espera da conduta do poder público é a promoção das condições necessárias para o uso dos direitos básicos do ser cidadão. Diante da falta de melhores opções, a saída encontrada foi ocupar terrenos ociosos para a construção de casebres improvisados, em geral feitos de barro e cobertos de palha, resultado em grande parte da ausência de condição financeira para assumir as mensalidades dos conjuntos habitacionais.

Essa conjuntura associa-se a outros fatores, dentre os quais o desemprego da população, de modo que, em pesquisa realizada junto aos periódicos da década em estudo, foi recorrente encontrar notícias sobre o contexto social da cidade, que evidenciava a crise no abastecimento de gêneros alimentícios, a ausência do gás, longas filas para a inscrição nos programas habitacionais, enfim, constituiu-se em período de inúmeros desafios à população mais vulnerável social e economicamente da cidade, como pode ser exemplificado pela seguinte matéria jornalística:

O desemprego no primeiro semestre em Teresina atingiu 50% registrou pesquisa sobre a reprodução da força de trabalho, realizado pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro). O levantamento foi realizado nas zonas norte, sul e leste com entrevista a 300 domicílios, envolvendo 1.818 pessoas. A maior taxa de desemprego foi verificada na zona sul. Das 733 pessoas pesquisadas, apenas 320 tinham ocupação formal ou informal. A pesquisa revela que os desempregados não tinham empregos formais anteriores. A grande maioria são de migrantes que não estavam ainda no mercado formal de empregos da cidade. No setor informal, o segmento que mais empregou foi o de prestações de serviços domésticos, como empresas de limpezas, asseio e de vigilância.¹⁰⁰

O fragmento do texto jornalístico informa várias questões já abordadas nesta pesquisa. No entanto, o que nos chamou atenção foi a alta taxa de desempregados, visto

¹⁰⁰ DESEMPREGO aumentou ...**O Dia**, 09 out.1986, p.02.

que metade da população teresinense se encontrava sem uma ocupação, fosse ela formal ou informal. A reportagem mostra, ainda, que a maior parte das pessoas sem emprego estavam na zona sul, uma vez que era a área da cidade que crescia mais rapidamente. Ademais, o trecho ainda destaca a forte presença da informalidade, caracterizada na prestação de serviços, marca da economia da cidade, confirmando que as consequências da forte migração ainda eram sentidas nos anos oitenta.

Nesse sentido, fica perceptível a dificuldade do sujeito não assalariado de atingir o sonho de possuir uma casa própria. Certamente existem outros meios, mas que demandam riscos, riscos esses assumidos pelos sujeitos que resolveram ocupar o terreno que se tornaria a Vila da Paz. Nesta perspectiva, Teresina, durante a década de oitenta, passou por um expressivo processo de favelização, formada, sobretudo, por sujeitos economicamente vulneráveis posto que [...] “é necessário também informar que o crescimento populacional da cidade, bem como a incapacidade do Estado e do mercado em criar a quantidade de empregos e moradias demandadas pelos novos moradores da cidade agravaram os problemas sociais de Teresina”¹⁰¹.

Assim, percebeu-se que a responsabilidade não somente recaiu sobre os fatores já elencados para o redesenho do cenário urbano, mas também que, quando o ente estatal resolve não assumir o seu papel em gerir os recursos conforme as necessidades da maioria, é a população menos favorecida que se torna a mais prejudicada. Nessa continuidade, é relevante atentar que a questão da moradia é um elemento recorrente a nível nacional, não apenas no contexto teresinense, e tal elemento atravessa a história do Estado, de modo que é importante compreender que o acesso à habitação não se resume apenas a ter um telhado sobre a cabeça, mas que esta seja dotada do conjunto de características ligadas ao saneamento básico, serviços urbanos, educação e saúde¹⁰².

No entanto, esses fatores demoram a ser colocados em prática, especialmente se tratando de uma ocupação que ganhou contornos de favela, pois esta forma de morar em Teresina, muitas vezes, ocorria em áreas alagadiças, próximo a encostas de morros, próximo a linhas férreas. Contudo, as habitações em terrenos ocupados não se limitavam a determinados espaços, visto que na zona leste da cidade houve também a incidência dessa maneira de morar, confirmando a expansão da cidade, que cresceu para todos os rumos possíveis. Assim:

¹⁰¹ NASCIMENTO, op. cit., 2011, p. 13-14.

¹⁰² LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília. Câmara dos Deputados. 2001.

Até mesmo em bairros de regiões nobres, como o Bairro Jóquei Clube, passou-se a conviver com ruas inteiras compostas por casas de taipa contrastando com as mansões. As classes médias sentiam-se incomodadas com tal situação e não raramente recorriam à imprensa escrita para tornar pública a insatisfação, exigindo das autoridades providências para o fato¹⁰³.

Analisando a passagem acima, é possível notar que a prática de ocupar espaços para construir abrigos, na região transformada para ser o reduto da classe mais abastada, incomodava bastante esse grupo. Considerando que os casebres construídos destoavam do cenário que se queria construir no novo espaço, não raro recorriam ao poder público, por meio da imprensa, para externar a vontade de manter as pessoas em condição vulnerável o mais distante possível, atribuindo sentido e cor à segregação espacial, legitimada pela retirada das favelas dos arredores da zona leste para outras partes da cidade.

Diante disso, a questão do direito à moradia deflagrou a frágil e deficitária ação do poder público em assistir à população em uma necessidade de cunho básico, na medida em que a casa se torna, muitas vezes, um elemento que disponibiliza certa segurança, no que diz respeito ao viver cidadão. Além disso, o acesso ao lar digno confere a ideia de ascensão social, pois segundo Maria Sílvia Barros Lorenzetti,

A moradia pode ser considerada uma necessidade básica, como a alimentação e a vestimenta, um bem de raiz que tem a particularidade de necessitar da terra como suporte. No Brasil, o acesso à moradia confunde-se, tradicionalmente, com o acesso à propriedade, considerada importante do ponto de vista da segurança familiar (a casa própria deixa as pessoas menos vulneráveis em caso de desemprego, por exemplo) e também como símbolo de ascensão social.¹⁰⁴

Nesse sentido, percebe-se que o acesso à moradia desvela também o direito à cidade, termo cunhado por Henri Lefebvre, que relaciona a expressão a uma utopia, a ser conquistada pelas lutas populares, contra a lógica capitalista de produção da cidade,

¹⁰³ MONTE, op. cit., 2017, p. 85.

¹⁰⁴ LORENZETTI, op. cit., 2001. p.3.

que reveste o espaço urbano em moeda de troca, contrariando a ideia do uso social da terra¹⁰⁵.

Conseqüentemente, o poder público é incumbido de gerir a organização do espaço urbano, para que o sujeito, enquanto cidadão, possa gozar dos direitos sociais assegurados pela constituição. Nesse ínterim, o alcance à habitação é capitaneado direta ou indiretamente pelo Estado, que assume o papel de provedor das políticas públicas. Desse modo, o governo busca promover ações para colocar em prática essas atribuições coletivas, dentre as quais a construção dos conjuntos habitacionais que, no entanto, exigia a comprovação de renda das pessoas que buscavam ser assistidas pelos programas.

Reforçando essa ideia, é relevante mencionar que, até meados da década de oitenta, ainda se vivenciava o contexto da ditadura civil militar, que, além de conter repressivamente qualquer liberdade de expressão, não se reconhecia como sistema altamente repressor, valendo-se em grande escala de um discurso otimista de crescimento, em todos os setores da sociedade, ao passo que o desenvolvimento econômico favoreceu a uma elite brasileira em detrimento dos menos favorecidos, sendo, ainda, permeado por um alto grau de corrupção¹⁰⁶. Além disso, a época foi marcada pelo acirramento da violência sobre quem ousasse contrariar qualquer ideia ou medida defendida e guardada de forma veemente pelo sistema.

Em meio aos discursos otimistas de crescimento, vivenciado durante esses anos, não se poderia deixar de enfatizar a questão da habitação. Entretanto, as ações que se desenvolveram não conseguiram atender de forma satisfatória o acesso à moradia, sobretudo para a população pobre, resultado do entendimento que toma a casa popular como objeto de valor a ser vendido, mas que esbarra em um público com pouca ou nenhuma condição financeira, agravando situações e demandas de significativa parcela da população já bastante fragilizada¹⁰⁷.

Com efeito, em consonância com a política de habitação implantada durante os governos militares, é criado o Banco Nacional de Habitação – BNH, destinado a financiar projetos habitacionais, voltados para atender a demanda da população de baixa renda que, conforme observa Façanha,

¹⁰⁵ TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, 87: 139-165, 2012. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/25005> > Acesso em 22 jan.2019.

¹⁰⁶ CARVALHO, op. cit., 2018.

¹⁰⁷ LORENZETTI. op. cit., 2001.

No âmbito federal, vale destacar a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, priorizando, naquele contexto, a habitação como a mais importante política pública. Tal política promoveu a construção de inúmeros conjuntos habitacionais, produzindo o espraiamento da malha urbana.¹⁰⁸

No Piauí a atuação do banco foi expressiva, financiando várias obras para a construção de casas populares. No Estado, uma das obras de maior destaque durante o tempo de duração do banco, foi a construção do conjunto habitacional Itararé, localizado na zona sudeste de Teresina, que posteriormente teve a sua nomenclatura modificada para Dirceu Arcoverde¹⁰⁹.

Assim, o conjunto habitacional foi construído com o objetivo principal de receber os sujeitos que se estabeleceram em moradias irregulares na “zona nobre da cidade” e também os que podiam arcar com as mensalidades, colocando em prática a segregação espacial, pois, para a construção do conjunto de casas, elegeu-se uma região fora do perímetro urbano, distante do centro da cidade, em virtude das poucas vias de acesso e do ineficiente sistema de transporte público.

Nessa perspectiva, o estado, ancorado nos discursos autoritários, assumiu o papel de provedor ao acesso a moradia, legitimado em grande medida pela política habitacional, configurado pelos financiamentos do BNH. O Estado, contudo, adotou variadas posturas, pois, ao mesmo tempo em que retirou a população favelada, ele promoveu a “modernização autoritária” e a “higienização de espaços”, conceitos postulados por Nicolau Sevcenko, no contexto das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, na primeira metade do século XX.

Assim, durante a década de setenta, a saída encontrada para colocar em prática essa modernização e a higienização foi construir conjuntos habitacionais distantes do centro administrativo da cidade, bem como da parte rica da capital, e remanejar as pessoas para os novos espaços, os quais, em sua grande maioria, eram marcados pela falta de estrutura¹¹⁰. Essa estratégia se tornou característica da administração pública, empurrar a população carente para áreas da cidade que não dispõem dos mínimos serviços básicos, custando-lhes recursos financeiros para dotar o novo espaço da estrutura necessária. Com isso, observa-se uma linearidade na gestão pública no trato da questão da moradia popular, visto que:

¹⁰⁸ FAÇANHA, op. cit., 2003, p. 2.

¹⁰⁹ FONTINELES; SOUSA NETO, op. cit., 2017.

¹¹⁰ LORENZETTI, op. cit., 2001.

[...] a gestão de Firmino Filho não seguiu experiências mais recentes que, baseando-se nas críticas ao modelo promovido pelo BNH, vêm buscando, segundo Cardoso (2001), priorizar o assentamento ou a construção de conjuntos habitacionais em áreas mais centrais e dotadas de infraestrutura, aproveitando-se os vazios urbanos. Segundo o autor, o maior custo dos terrenos é compensado pela redução do investimento em infraestrutura e transporte. Ao contrário, Firmino Filho adotou a estratégia de aquisição de terras em áreas destituídas de infraestrutura urbana e distantes de regiões mais urbanizadas, promovendo, assim, a segregação socioespacial das famílias assentadas e a valorização de imóveis particulares em seu entorno, reproduzindo formas tradicionais de gestão da moradia popular. Nesse sentido, a articulação entre ações de enfrentamento do problema fundiário e do déficit habitacional, elemento fundamental de qualquer política de moradia bem-sucedida (Cymbalista, 2005), não teve, em Teresina, um efeito impactante, que atenuasse a crise urbana, sobretudo no que respeita à ocupação e ao uso do solo urbano.¹¹¹

Por meio da citação, portanto, consegue-se identificar os pontos de contatos entre as várias gestões pelas quais o poder público passou, privilegiando e reforçando ainda mais a especulação imobiliária, posto que, segundo Bartira Araújo da Silva Viana:

A inexistência de políticas públicas que pudessem determinar a orientação do acelerado crescimento urbano fez com que na década de 1970 se consolidassem as contradições na ocupação da terra, com o surgimento de grandes vazios urbanos, pedaços de terra sujeitos à especulação imobiliária, paralelamente à formação de grandes aglomerados populacionais sem dispor de infraestrutura, a exemplo das favelas.¹¹²

Analisando a passagem, evidencia-se que a prática da especulação imobiliária ganhou espaço no contexto teresinense por falta de uma enérgica fiscalização. Mais do que isso, a prática percorreu uma via de mão dupla, tendo em vista que, ao mesmo tempo que beneficiava os proprietários fundiários, também se impulsionava a ocupação de terras distantes do centro da cidade, caracterizando o processo de favelização de Teresina.

A população, que saiu do interior e procurou melhores condições de vida na “cidade grande”, sobretudo a aquisição de residência, teve que enfrentar diversos fatores

¹¹¹ RODRIGUES, Edmundo Ximenes Neto. LIMA, Antônia Jesuíta de. Governo local e movimentos sociais por moradia: dilemas da gestão urbana. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 6 n. 1. p. 105-125. jan./jun. 2007. p.113.

¹¹² VIANA, Bartira Araújo da Silva. **O sentido da cidade**: entre a evolução urbana e o processo de verticalização. Carta Cepro, v.23, n. 1, 2005, p. 3.

que impediam ou dificultavam a realização do sonho da casa própria. Dentre os entraves ao acesso à moradia, podem-se destacar: o desemprego, a política habitacional excludente, a especulação imobiliária, as reformulações do espaço urbano pautado no discurso autoritário e higienista, entre outros, elementos que se procurou elencar ao longo da narrativa.

Por esse ângulo, a política habitacional desenvolvida pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, que tinha dentre seus objetivos conceder empréstimos ao governo do estado para a construção de conjuntos habitacionais, por meio da Companhia de Habitação do estado, COHAB-PI, foi responsável por organizar a inscrição das pessoas interessadas em possuir a casa própria, e tinha, como primeira exigência, a comprovação de renda como critério para participar do cadastro¹¹³.

Nesse sentido, os conjuntos habitacionais foram construídos para atender as pessoas de baixa renda, mas que conseguissem atestar renda, de modo que a imposição revela uma situação totalmente contraditória, além de, teoricamente, os conjuntos também serviriam para atender os sujeitos que foram retirados das favelas localizadas nas áreas ricas. Estes, muitas vezes, ficaram inadimplentes e foram levados a abandonarem os conjuntos e formar novas favelas¹¹⁴. Percebe-se então, o descompasso das políticas públicas voltadas para o setor habitacional, visto que, se na teoria se propagavam determinadas ideias inclusivas, na prática se produziam situações excludentes.

Nesse caso, os sujeitos, colocados a margem dessa política, empreenderam meios para conseguir um lar e estabelecer de vez endereço fixo na cidade, e a forma encontrada foi ocupar e ou invadir terras que estavam ou não sendo utilizadas, construindo novas maneiras de morar, dentre elas a favela, subvertendo assim a estratégia imposta pelo poder público, colocando em prática táticas de resistência para atender uma demanda de primeira necessidade.

Para tanto, vale destacar que a ação de ocupar determinados vazios urbanos se faz presente desde meados da década de setenta, e continua nos anos oitenta, de modo que, na sessão seguinte, procura-se enfatizar como se constituíram as lutas por moradia, consubstanciada pelo processo de favelização ocorrido em Teresina, pautado, sobretudo pelo expressivo crescimento da cidade.

¹¹³ FONTINELES, SOUSA NETO, op. cit., 2017.

¹¹⁴ FONTINELES, SOUSA NETO, op. cit., 2017.

2.5 Tempos de “guerra”: os (re) arranjos da cidade na busca por moradia

A cidade está em constante transformação, seja pelo poder público ou pelos sujeitos que todos os dias criam e recriam o espaço urbano conforme a sua necessidade, questão defendida por Sandra Jatahy Pesavento¹¹⁵, que promoveu discussões relevantes para pensar a urbe, já que a imagem produzida é coletivamente do real criado, resultando em variadas concepções de outras cidades tecidas pelos sujeitos que nelas vivem. Nessa sequência, a cidade articula vários modelos, quais sejam, a cidade do trabalho, do estudo, do lazer, e da saúde, entre outros, pincelados especialmente por seus habitantes, obedecendo aos ideais das transformações, pautados sobre a égide do discurso modernizador que acompanha a história de Teresina. Atendendo a lógica modernizadora, buscou-se ao máximo empurrar a população empobrecida para fora dos espaços centrais como uma forma de negar qualquer imagem que contrariasse o discurso oficial de prosperidade propagado no período¹¹⁶.

Nesse sentido, o objetivo da seção é analisar como se deram as táticas da população economicamente vulnerável para subverter as estratégias¹¹⁷ da cidade em excluí-los, remanescentes de um período assinalado pelo sistema repressor, arriscando a liberdade, e, principalmente, a vida, para o retorno e consolidação dos direitos sociais, dentre eles a moradia digna, mas que lhes foi renegado por não se encaixarem na lógica capitalista da política habitacional, procurando a população meios para alcançar o direito de possuir um teto sobre a cabeça. Para tanto, a prática de ocupar os espaços vazios foi a ação eleita para a realização do desejo de dispor de uma casa, pois isso implicou na construção do cenário urbano marcado por favelas, termo que deve ser compreendido como um local de morada, mesmo que contrariando as mínimas condições para o viver digno.

¹¹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.27, n.53, p.11-23, jun. 2007.

¹¹⁶ FONTINELES, SOUSA NETO, op. cit., 2017.

¹¹⁷ Táticas e estratégias são compreendidos como conceitos postulados por Michel de Certeau, em *A Invenção do Cotidiano*, no qual as estratégias versam sobre a relação de forças produzidas exclusivamente por um sujeito que detém algum tipo de poder, enquanto que as táticas se referem a ações “desvianistas”, produzindo resultados imprevisíveis, diferentes, portanto, da estratégia que objetiva produzir, mapear e impor as táticas. Cf. PEREIRA. Mateus Henrique de Faria SARTI.; Flavia Medeiros. A leitura Entre Táticas e Estratégias? Consumo Cultural e Práticas Epistolares. **História da Educação**, v. 14, n. 31, maio/ago. 2010.

A princípio, é fundamental compreender o processo de favelização ocorrido em Teresina desde meados da década de setenta, mas que também foi realçado na década de oitenta, oportunidade em que se destacam os estudos da pesquisadora Antonia Jesuíta de Lima, que menciona que:

Em decorrência do aumento do fluxo migratório campo-cidade e do aprofundamento dessa problemática, o processo de favelamento inicia-se, em meados da década de 1970, com pequenos núcleos, localizados em diversos pontos, predominantemente nas zonas Centro, Sul e Norte, que aparecem de forma espontânea, constituídos por migrantes recém-chegados a Teresina ou por famílias já expulsas de outras áreas da cidade, em razão das políticas voltadas para a infraestrutura, em especial a construção de ruas e avenidas.¹¹⁸

Assim, é por esse ângulo que se entende a prática de ocupar determinados espaços vazios e formar pequenos núcleos denominados de favela, pelo fato da não existência de nenhum tipo de estrutura, composta por pessoas economicamente vulneráveis, que, para conseguirem permanecer no local, precisam primeiro lutar pela posse da terra e, ao conquistarem o direito, continuam com a luta para dotar o lugar dos serviços de abastecimento de água, fornecimento de energia, abertura das ruas, implantação de escolas, e posto médico, entre outros serviços. Essas questões estavam presentes no contexto de criação da Vila da Paz e foram relevantes para compreender o protagonismo assumido pelos primeiros moradores daquela comunidade.

Nesse sentido, é relevante compreender o quadro social no qual Teresina se encontrava, e que foi responsável pelo rápido alastramento da favelização no espaço urbano, considerando as pesquisas realizadas pela Carta Cepro sobre o mapeamento da pobreza na “Grande Teresina”, destacando alguns fatores determinantes, entre os quais;

O desemprego X subemprego; a política salarial praticada no país, caracterizada pelo decrescente poder aquisitivo; os elevados preços e reajustes dos alugueis bem acima dos salários da grande maioria da população e a política habitacional praticada no Brasil, totalmente desarticulada da sua realidade socioeconômica, marginalizando milhares de sem-teto assalariados.¹¹⁹

¹¹⁸ LIMA, op. cit., 2010, p. 44.

¹¹⁹ MATOS, Maria de Fátima Aquino. **Localização e Caracterização da Pobreza Urbana na Grande Pobreza**, Carta Cepro, Teresina. v.16, 1995, p. 24.

O fato foi que a soma de todas essas questões contribuiu diretamente para o agravamento da problemática da moradia, visto que a população, que se enquadrava nesses quesitos, empreendeu a ocupação ou a invasão de áreas desocupadas. Para tanto, o fator financeiro contribuiu diretamente para a tessitura desse cenário, como se observou em pesquisa realizada pelo Censo de Vilas e Favelas, no mapeamento da população economicamente ativa.

Quadro 03 - População Economicamente Ativa, População Desocupada,

População em Idade Ativa por Zona.

ZONA	PEA*	%	P.DES	%	PIA	%
LESTE	8.359	13,52	8.219	13,29	16.578	26,81
SUDESTE	4.716	7,63	6.360	10,29	11.076	17,92
SUL	7.325	11,85	9.130	14,76	16.455	26,61
NORTE	6.365	10,29	8.332	13,48	14.697	23,77
CENTRO	1.525	2,47	1.496	2,42	3.021	4,89
TOTAL	28.290	45,76	33.537	54,24	61.837	100,00

FONTE: Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação Geral Perfil de Teresina 1992. Secretária Municipal de Trabalho e de Assistência Social Censo de Vilas/ Favelas de Teresina - 1993. Pesquisa Direta set/95 – mai/96.

Observa-se no quadro que o maior índice de pessoas desocupadas se deu nas zonas sul e norte, 14,76% e 13,48% respectivamente, refletindo a insuficiência do mercado em absorver a demanda por trabalho, estando essa população se sujeita a uma vivência marcada por necessidade, além de estar à margem do acesso a serviços essenciais, a exemplo da moradia. Os números também representam a quantidade de pessoas que habitam nas referidas regiões.

Dessa maneira, é importante compreender que esses dados nos possibilita melhor compreender a configuração histórica dos anos oitenta, pois o período foi basilar para o acirramento das lutas dos movimentos reivindicatórios, sobretudo, para o plano habitacional, questão que se estabeleceu como um dos principais pontos de investimento dos governos militares, com o objetivo de construir uma imagem paralela para a população carente na tentativa de se esquivar da alegoria de ditadura. Em grande medida, a agenda habitacional foi tributária da abertura política, caracterizada pela redemocratização do sistema político, dado que:

Os movimentos reivindicatórios eclodiram na segunda metade da década de 1980, com o fim do regime civil-militar. A abertura política

permitiu o retorno dos sindicatos, das associações de moradores, dos movimentos dos sem-terra e dos sem-teto entre outros que passaram a se organizar e se mobilizar em torno de suas reivindicações.¹²⁰

Percebeu-se, a partir do trecho, que o fim dos anos oitenta foi assinalado pelo marco da atuação dos movimentos reivindicatórios, tendo como principal pauta o acesso à moradia, sendo relevante destacar a atuação dos movimentos sociais urbanos (MSUs)¹²¹. Tais movimentos assumiram o papel de agente intermediador entre as demandas populares e o poder público, na tentativa de criar meios para o diálogo entre a massa populacional, que ficou à margem da política habitacional, e o Estado, provedor maior da aquisição da casa própria.

Deste modo, os movimentos sociais urbanos tiveram significativa importância no contexto teresinense, no que se refere ao apoio disponibilizado à resistência e a luta das pessoas para permanecer nas áreas ocupadas, bem como intermediários políticos, considerando que:

Entende-se que o estudo dos MSUs, concebidos como práticas sociais que remetem a carência e reivindicações coletivas urbanas, não deve reduzir-se a uma relação mecânica entre carência/ exclusão de benefícios e antagonismo com o Estado, nem à simples compreensão dos processos vividos internamente. Deve passar, sobretudo, pela compreensão do seu significado, do papel e das relações que estabelecem como distintos sujeitos, no contexto da sociedade, e entre eles e o Estado, seu principal interlocutor político.¹²²

Nesse contexto, em Teresina, os movimentos, em meados da década de oitenta, ganharam relevância no contexto da cidade com o processo de favelização, isso em decorrência da redemocratização no país, sendo este um dos elementos que contribuiu para que os grupos sociais excluídos colaborassem para uma maior intervenção no tecido urbano. Para tanto, nesse período se percebeu o estabelecimento da relação entre os movimentos de luta em defesa da moradia e os grupos sociais excluídos, considerando que, a partir da cristalização dessa relação, as ocupações de terras se realizaram de forma organizada, marcada por uma atuação mais articulada, resultado do

¹²⁰ MONTE, Regianny Lima. **Cidade segregada** - o espaço dos sem espaços: o processo de ocupações irregulares em Teresina na década de 1990 - o caso vila irmã Dulce. Brasília. In: *Contra os Preconceitos: História e Democracia*, 2017, Brasília. Anais [XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH]. Brasília: 2017.

¹²¹ LIMA, op. cit., 2010.

¹²² LIMA, op. cit., 2010. p. 21.

apoio dos movimentos sociais urbanos, organizações não governamentais, associações de moradores, lideranças políticas, entre outros, com realce para a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC)¹²³ e a Federação de Associações de Moradores do Estado do Piauí (FAMEPI). Nesse contexto, os movimentos de luta em defesa da moradia ganharam destaque¹²⁴.

O papel assumido por esses movimentos foi de fundamental importância no contexto da Vila da Paz, que, além do apoio da FAMCC, contou com o apoio do Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC), que orientava os moradores na luta para consolidar a ocupação em local de moradia, disponibilizando apoio jurídico no episódio de reintegração de posse. Portanto, no que concerne ao processo referente ao pedido para reaver a posse do terreno, impetrado por um dos sujeitos que se julgava proprietário, observou-se que, no dia 27 de novembro de 1986, a advogada Loisimar Miranda, representando o CEPAC, assinou um pedido de vistas do processo para, assim, acompanhar e defender os interesses dos moradores.

O crescimento da cidade, a partir das várias ocupações que ocorriam no espaço da capital, caracterizou o processo da favelização realizado durante os anos oitenta, haja vista que essa maneira de morar ganhou destaque especialmente entre as zonas norte e sul. Entretanto, no esteio dessa expansão, a zona leste também se desenvolveu, mas é oportuno esclarecer que durante a década de oitenta a zona leste abrangia também a atual zona sudeste, sendo esta desmembrada somente com o Segundo Plano Estrutural de Teresina – II PET¹²⁵.

A zona leste, inicialmente ocupada pela população empobrecida com suas maneiras de morar, em casas construídas de barro e cobertas de palha, foi alvo da prática já cristalizada da higienização dos espaços, para dar lugar as construções dos imóveis do grupo que detinha considerável poder aquisitivo, transformando a área em

¹²³ Essas instituições tiveram como principal tempo de atuação a década de oitenta, tendo como objetivo principal a defesa dos direitos dos menos favorecidos na luta pela moradia, e assumido a postura de porta vozes desses seguimentos sociais junto aos entes governamentais “articulando as lutas comunitárias nas periferias das principais cidades do Estado, na direção do processo constituinte e da luta contra a de assistência e exclusão das populações periféricas”. “A Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí – FAMCC surgiu em 1986, em razão principalmente da criação das Associações de Moradores em Teresina, Parnaíba e Picos-PI e pelos conflitos nas áreas de ocupação de terra que já começavam, cujo número crescia na capital, Teresina. A FAMCC também participou ativamente da fundação da CMP e integrou várias articulações nacionais à época”. Cf. MEDEIROS, Lucineide Barros. **A Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí – FAMCC** e o “Orçamento Popular de Teresina” – OPT, Revelando a Natureza de Classe do Estado e Práticas Sócio-Políticas Emergentes no Processo de Educação Política Teresina, PI. (Dissertação de Mestrado) 2004, p.12 e 44.

¹²⁴ FAÇANHA, op. cit., 2003.

¹²⁵ FAÇANHA, op. cit., 2003.

espaço valorizado com vistas a conferir a característica de “bairro sofisticado”¹²⁶. Tal ideia foi construída pelo fato da zona continuar a ser alvo de investimentos por parte das administrações públicas, dado a influência que os moradores conseguem exercer por meio das relações políticas e econômicas que interferem diretamente na distribuição dos recursos aplicados nos espaços da cidade. Dessa forma, a imagem tecida sobre a zona “nobre”, foi reforçada pelos melhoramentos urbanísticos produzidos naquele espaço.

No bairro Jockey isso fica bem evidente nos investimentos, seja em loteamentos, como o já citado loteamento de terras destinados aos sócios do Jockey Clube, seja em condomínios financiados, a exemplo dos conjuntos Cidade Jardim, Residencial Horto e Portal do Jockey, lançados no início da década de 1980. Paralelo à materialização das moradias ocorreu a transformação da área, com a abertura de vias, calçamentos e construção de estabelecimentos que vinham atender às necessidades dos moradores no Jockey, como boutiques como a Renove, academias, restaurantes e pequenos shopping center’s, como o Jockey Center, pizzarias, escolas particulares, como o Andreas e o Objetivo, além de agências bancárias.¹²⁷

O que se observou foi a movimentação na criação de um bairro inteiramente independente do centro da cidade, ou poderíamos nos arriscar a mencionar o início de uma nova cidade em vias de nascimento no espaço da outra. De modo que, enquanto uma parte da cidade foi eleita para receber grande parte dos investimentos, as demais foram preteridas, restando-lhes poucas iniciativas, como a zona norte, que, em meados da década de 1980, teve a construção do viaduto Paulo Ferraz, uma medida para substituir a ponte de madeira que fazia a ligação ao bairro Mafuá ao centro, em decorrência do corte realizado para a fixação dos trilhos da linha férrea¹²⁸. Assim, percebe-se a disparidade dos investimentos entre as zonas da cidade, pois entre os decênios de setenta e oitenta aquela região é considerada a mais carente da cidade, posto que:

Acrescenta-se que a zona Norte é a mais pobre da cidade, situação agravada, nos períodos chuvosos, com as enchentes dos rios Parnaíba e Poti. Já a Sul, com o avanço do processo de urbanização, foi confirmando a tendência aglutinadora de populações de baixa renda, embora ali as denominadas ocupações irregulares se encontrem em

¹²⁶ FONTINELES, SOUSA NETO, op.cit., 2017. p.51.

¹²⁷ ARAÚJO, op. cit., 2009. p.98.

¹²⁸ LIMA, Francisca Lidiane de Sousa. **Rupturas, permanências e vivências cotidianas: o bairro Mafuá de 1970 a 1990**. Teresina: Universidade Federal do Piauí. [Dissertação], 2006. p.37.

menor quantidade, devido ao reduzido estoque de terras públicas na área.¹²⁹

Certamente, as duas zonas se confirmaram como espaço formado, principalmente, pela população de baixa renda, como mencionado anteriormente. No entanto, ao contrário da zona sul, na região norte, a prefeitura detinha maior número de terras, visto que, no contexto das ocupações, o poder público tinha a possibilidade de fazer a doação dos lotes de terras para a população construir suas casas. Quanto à zona sul, a Igreja católica assumiu um papel de destaque, pois, no episódio da favela Amizade, cedeu o terreno para as famílias da invasão, localizada nas proximidades do conjunto habitacional Parque Piauí. Nesse episódio, as famílias ali instaladas não conseguiram o direito de permanecer naquele lugar, sendo removidas para o terreno doado pela Arquidiocese de Teresina, sendo o conflito solucionado com a criação da Vila São Francisco¹³⁰.

É relevante destacar que, com o processo de favelização do espaço urbano da cidade, o poder público encaminhou medidas para mapear o crescente número de favelas existentes na capital entre os anos de 1993, 1996 e 1999, e, para isso, lançou o Censo de Vilas e favelas visando:

Mostrar os aspectos que conformam os vários tipos de carências dessas áreas de modo a subsidiar o planejamento de ações voltadas para o atendimento às demandas comunitárias por infraestrutura, bens e serviços sociais, nos setores de habitação, saneamento básico e urbanização.¹³¹

Ancorado no discurso de auxiliar no desenvolvimento de medidas para o melhoramento das precárias condições de vida nas favelas, o censo foi responsável por retratar o cenário das maneiras de morar entre finais dos anos oitenta e início dos noventa e, dentre as ações subsidiadas pelo mapeamento, destaca-se aqui o projeto Vila-Bairro, que teve, como uma das suas características, a retirada da nomenclatura favela para vila, nome novo para antigos problemas, questão que abordar-se-á mais adiante. Neste contexto, é válido visualizar o frenético processo de favelização apresentado no quadro a seguir.

¹²⁹ LIMA, op. cit., 2010. p.46.

¹³⁰ LIMA, op. cit., 2010.

¹³¹ TERESINA, Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social. **Censos das Vilas e Favelas de Teresina**. Teresina: PMT, 1993. p.09.

Quadro 05- Expansão de vilas/favelas de Teresina 1991-1993-1996

ZONAS	QUANTIDADE DE ÁREAS			% DE CRESCIMENTO POR ZONA	
	1991	1993	1996	91/93	93/96
LESTE	14	51	48	264,29	-5,88
SUDESTE	06	28	28	366,67	0,00
SUL	18	39	48	116,67	23,08
NORTE	15	17	20	13,33	17,65
CENTRO	03	06	05	100,00	-16,67
TOTAL	56	141	149	151,79	5,67

FONTE: Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação Geral Perfil de Teresina 1992. Secretária Municipal de Trabalho e de Assistência Social Censo de Vilas/ Favelas de Teresina - 1993 Pesquisa Direta set/95 – mai/96.

Diante dos números evidenciados no quadro, observou-se que a zona sul se destacou na quantidade de áreas de vilas e favelas, embora em 1993 tenha ficado atrás da zona leste, que possuía doze áreas a mais que a zona que mais crescia, em relação ao ano de 1996 as duas regiões se mantiveram empatadas. Mas é importante observar que, no fator crescimento por zona, ocorreu um decréscimo na parte leste da cidade, enquanto as zonas sul e norte cresceram 23,08% e 17,65 respectivamente.

No entanto, a mesma pesquisa que apontou a diminuição no crescimento da zona leste identificou a favela/vila com o maior número de domicílios cadastrados, a Vila Bandeirantes, apontada com 1.550 casas registradas nessa zona, caracterizada segundo análises do censo de 1996, ficando à frente da Santa Maria da Codipi com 1.335 casas cadastradas, localizada na zona norte, e da Vila da Paz, com 1.294 domicílios cadastrados, localizada na zona sul¹³². Essa última nos interessa de modo particular, caracterizada como nosso objeto de estudo, em que analisar-se-á a sua configuração histórica e os agentes que foram fundamentais para a consolidação, dentre os quais a ação do padre Pedro Balzi, representando a Igreja Católica.

Nesta temática, destaca-se a importante atuação e o papel da Igreja Católica não apenas como agente participativo e regulador de tensões, mas também como força reivindicatória no tocante aos direitos por estrutura. Assim, essa atuação se dava desde a década de setenta, quando o tecido cidadão foi construído de maneira segregada, a julgar pelo afastamento da população empobrecida para os arredores da cidade, estimulando que a Igreja aumentasse as ações no amparo a população, sobretudo na

¹³² TERESINA, Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social. **Censos das Vilas e Favelas de Teresina**. Teresina: PMT, 1996. p. 43-45-44.

zona sul e nos anos oitenta, como relembra Antônio Cardoso Façanha ao destacar que, “ao mesmo tempo surgiam novos atores sociais que atuavam como mediadores das alianças e dos conflitos entre os agentes produtores no espaço. Vale destacar na zona Sul a forte influência da Igreja Católica”¹³³.

Desse modo, é significativo abrir um paralelo para analisar a atuação da Igreja Católica enquanto parte importante de um movimento que lutava a favor dos menos favorecidos, sobretudo na esfera social e no caso em estudo, a luta por moradia. A atenção dispensada pela Igreja contribui de forma efetiva com o movimento de renovação por qual essa instituição passou, à medida que buscou uma maior aproximação com os pobres, encontrando, na Teologia da Libertação, uma forma de promover ações que visavam amenizar os fatores que atingem a maior parte da população¹³⁴.

A Teologia da Libertação se trata de um movimento nascido em meio aos ideais cristãos que surgiu na América Latina, após o Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, ganhando destaque entre as décadas de setenta e oitenta, período do agravamento da questão social no Brasil, contando com Frei Beto e com Leonardo Boff¹³⁵ como dois importantes estudiosos sobre o movimento no país.

Acerca do movimento, Leonardo Boff aponta que a Teologia da Libertação:

Não é outra coisa que a reflexão de uma Igreja que tomou a sério a opção preferencial e solidária para com os pobres e oprimidos. Por isso entendem, sem demasiadas explicações, esta teologia os pobres e os que se jogam pelo direito atropelado e pela justiça negada às grandes majorias de nosso Continente.¹³⁶

Assim, percebeu-se que, em meio a ineficiência da justiça social no atendimento as demandas dos mais pobres, a Igreja Católica compreendeu que deveria se renovar e

¹³³ FAÇANHA. op. cit., 2003, p.4.

¹³⁴ BOFF, Leonardo. **E A IGREJA SE FEZ POVO**. São Paulo: Editora Vozes, 1986.

¹³⁵ Carlos Alberto Libânio Christo, ou Frei Beto, é escritor, teólogo e religioso, que, em 1965, passa a fazer parte da ordem religiosa católica dos dominicanos, destaca-se na produção de textos que analisam temas referentes a religião, dentre os quais a teologia da libertação, também é atuante no cenário político, visto que entre os anos de 2003 e 2004 foi assessor especial do presidente da República, e desde 2007 é membro do conselho consultivo da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Leonardo Boff, que atende pelo nome de Genézio Darci Boff, é teólogo, escritor e professor universitário brasileiro, destacou-se na defesa da teologia da libertação no país, com a publicação do livro Igreja, Carisma e Poder, o qual lhe rendeu um processo junto à Congregação para a Doutrina da Fé. Boff foi membro da Ordem dos Frades Menores (franciscanos) e atualmente é professor emérito de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹³⁶ BOFF, op. cit., 1986, p. 23.

procurou intervir de modo a amenizar essa situação. Entretanto, é relevante pontuar que nem todos os setores da Igreja Católica apoiaram essa corrente teológica, apenas a parcela que mais se identificava com as condições de vida dos mais vulneráveis, embora seja do conhecimento litúrgico de todo e qualquer sacerdote que o evangelho prega o auxílio aos menos favorecidos visando a redução das desigualdades, como expresso em passagem do evangelista Lucas, Capítulo Seis, Versículo Vinte, no qual Jesus fala aos discípulos “Bem-aventurados vós, os pobres, porquanto a vós pertence o Reino de Deus”.

Dessa forma, enfatizou-se a atuação da Igreja Católica no conjunto habitacional Parque Piauí, onde, diante das dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores, como a falta d’água, saúde, e transportes, estes decidiram se aproximar da recém-criada Igreja de São João Evangelista, instaurada no ano de 1969, sob a administração Arquidiocesana de Dom Avelar Brandão Vilela (1956-1971)¹³⁷. Observa-se, então, que o papel desempenhado pela Igreja, em conjunto com a ação dos moradores, contribuiu para a construção do engajamento da população, pois:

As carências do bairro, a participação de um agente pastoral institucionalizado e a consciência crítica da realidade propiciou aos moradores do Conjunto Habitacional Parque Piauí um posicionamento diferenciado diante dos problemas sociais, se comparado aos outros bairros da capital de Teresina à época.¹³⁸

A relação estabelecida entre o bairro e a instituição Igreja, pois esta assumiu o papel de incentivadora da consciência crítica, na luta por melhores condições de vida naquele lugar, de modo que desde a década de sessenta já se desenvolvia pequenas atividades que assistiam à população por intermédio da Ação Social Arquidiocesana (ASA) disponibilizando cursos e serviços sociais. Para exemplificar esse cenário, retorna-se às décadas de sessenta e setenta para uma salutar compreensão e, nessa perspectiva, destaca-se que:

No final da década de 1960 e começo dos anos de 1970, desenvolveram-se algumas experiências em bairros, caracterizadas por atividades grupais e pela ligação com as ações da Igreja Católica. No

¹³⁷ LACERDA, Benilton Torres. **O ALTAR POLITIZADO: O bairro Parque Piauí – Teresina – PI e a ação da igreja católica na organização dos movimentos populares (1968-1985)**. Teresina: UFPI. (Dissertação de mestrado) 2013.

¹³⁸ LACERDA, op. cit., 2013, p.11.

conjunto dessas práticas, constata-se iniciativas concretas de reivindicações, ao poder público, por serviços e equipamentos coletivos, em geral com a intermediação da Igreja Católica ou do agente partidário.¹³⁹

O apoio da Igreja Católica, disponibilizado à população de menor poder aquisitivo, principalmente no que se refere às ocupações/invasões, que tiveram o cotidiano marcado pelo o medo do despejo, além da falta dos serviços básicos de abastecimento d'água e fornecimento de energia, também foi evidenciado pela imprensa escrita, especialmente pelos periódicos veiculados na época. No caso específico, os padres repudiavam a ação de despejos, enfatizando a fala do papa João Paulo II, em visita ao Brasil na década de oitenta:

Os padres Pedro Maione, Luís e Mateus O. Solena, membros da Comissão Diocesana dos Movimentos Populares da Arquidiocese de Teresina, juntamente com outros participantes de pastorais, protestaram contra o despejo de várias famílias no bairro Ilhotas, por uma dezena de militares armados, acompanhados de um oficial de justiça, considerando o ato como um desrespeito aos direitos humanos. Uma carta aberta à população teresinense e para o conhecimento das autoridades foi redigida, após uma reunião de todos os padres no palácio do Arcebispo Dom José Freire Falcão, que está viajando. [...] “Que as palavras do Papa incentivem a solidariedade de todos os cristãos com o povo sofredor da Ilhota, pressionado das autoridades, a fim de garantir a todas as famílias o direito à moradia”, finalizou a carta, que será lida nas Igrejas da capital.¹⁴⁰

A passagem salienta o modo como a Igreja Católica prestava apoio à população carente, à medida que se utilizava da investidura que lhes cabia para criticar as medidas tomadas para conter o processo de favelização, bem como compreendia a religião como forma para mobilização em defesa dos direitos sociais dessas pessoas.

Nesse seguimento, a atuação se dava também na zona norte, principalmente nos bairros Matadouro e Vila Operária, contudo de forma menos expressiva em comparação a zona sul, isso porque, na região norte, a presença do poder público estava mais acentuada por meio dos programas de assistência social, como, por exemplo, com a existência de cursos profissionalizantes, assistência à infância e à velhice, e projetos de melhoria habitacional¹⁴¹.

¹³⁹ LIMA, op. cit., 2010, p. 51.

¹⁴⁰ DESPEJO de famílias é repudiado. **O Dia**, Teresina, 24 set. 1980.

¹⁴¹ LIMA, op. cit., 2010.

Teresina, sem dúvidas, se expandiu para todas as regiões desde a década de setenta, mas foi na década de oitenta que a zona sul cresceu, sobretudo pela construção de vários conjuntos habitacionais, como foi o caso do Parque Piauí, construído no final dos anos sessenta e ampliado no final dos anos setenta, marcando assim o início da utilização da área. Essa zona foi considerada como fora do perímetro urbano em virtude da distância da área para o centro, assim como a incapacidade no atendimento do transporte público, no entanto era naquela direção que a cidade crescia vertiginosamente, uma vez que:

A zona Sul permaneceu ao lado da Leste como opção para a construção de grandes conjuntos habitacionais. Entre as obras, destacam-se, na zona Sul, os Conjuntos Promorar – Angelim I (4.696 unid.), Morada Nova I, II, III (2.172), João Emílio Falcão (996), Tancredo Neves (756) e Bela Vista II (683), ficando, na Leste¹⁴², Itararé II (4.254) e Renascença I, II, III (2.350). Esses, juntos, representam 66,7% das unidades construídas na década.¹⁴³

Assim, com a criação desses conjuntos habitacionais, juntamente com a implantação do distrito industrial, do terminal rodoviário Lucídio Portella e com a construção da ponte que liga a zona sul a zona sudeste, a região sul ganhou contornos de urbanização, atraindo a atenção da população vulnerável economicamente, de modo que se tornou alvo do foco da favelização ocorrido, principalmente, na década de oitenta.

Com isso, a zona sul ganhou visibilidade com a implantação de obras de grande porte, contribuindo diretamente para o crescimento da cidade. No entanto, esse crescimento adquiriu aspectos desordenados, pela favelização ocorrida nas proximidades dos conjuntos habitacionais. Uma das primeiras favelas a ganhar notoriedade no cenário urbano teresinense, entre meados dos anos setenta e início de oitenta, foi a favela COHEBE, localizada no terreno cuja propriedade era da CHESF, que se destacou como:

A primeira favela a requerer a atenção do poder público, em Teresina, foi a COHEBE, situada em área de jurisdição da CHESF, com os habitantes começando a ali se alojar em 1974, formando o núcleo

¹⁴² Até o ano de 1988, a zona sudeste era integrada a zona leste, somente com o segundo PET, que se criou a zona sudeste de Teresina.

¹⁴³ LIMA, 2010. p. 38.

original, que, em 1975, tinha mais de 150 famílias (PIAUÍ, 1975) e, em 1980, 987.¹⁴⁴

Paralelo a esse episódio, desde a década de setenta, o espaço urbano de Teresina possuía focos de favelas, mas foi a COHEBE que de fato ganhou destaque, justamente pela proeminente resistência das pessoas que ali procuraram fixar moradia, bem como pela ação intervencionista do poder público, posto que a situação foi resolvida com a remoção de parte das pessoas para o conjunto Itararé e as que se recusaram a ir, alegando a distância, foram encaminhadas para o conjunto habitacional Promorar, implantado na zona sul¹⁴⁵.

Assim, o acontecimento da favela COHEBE foi apenas o despontar inicial para o surgimento de outras favelas, especialmente na zona sul durante os anos oitenta. No entanto, é importante destacar que a vivência nessas circunstâncias, foi marcada por uma via de mão dupla, haja vista que, ao mesmo tempo em que se lutava para conseguir o direito à habitação, também se convivia com o medo do despejo, pela ação de reintegração de posse dos proprietários dos terrenos ocupados. Desta forma, Lima destaca que:

A experiência dessas ocupações instituiu um novo caráter e um novo momento na história das lutas pela moradia, em Teresina, por emergirem de uma ação organizada. Além disso, conferiam um novo significado à conquista dos direitos de cidadania, pois essas novas práticas caracterizam-se pela afirmação do direito de agente sociais de interpelarem o poder público para o reconhecimento de suas demandas e lutas sociais.¹⁴⁶

Dessa maneira, as ocupações que surgiram nesse contexto, apoiadas pelos MSUs, foram perpassadas por essas ideias, buscando constantemente chamar atenção do poder público para o atendimento de suas necessidades. No entanto, a primeira administração de Alberto Silva foi dedicada, principalmente, em dotar a cidade de grandes obras, como foi o caso da construção da ponte Presidente Médici, iniciada a obra em 1974, e concluída nos anos oitenta, inaugurada com a presença do então presidente João Batista Figueiredo:

¹⁴⁴ LIMA, 2010. p. 44.

¹⁴⁵ MONTE, op. cit., 2017.

¹⁴⁶ LIMA, op. cit., 2010. p. 45.

Entre as obras que serão inauguradas hoje pelo presidente João Baptista de Figueiredo estão as duas pontes sobre o rio Poty: uma ligando a zona norte de Teresina à zona leste outra ligando a zona sul a leste. A ponte II, no contorno rodoviário de Teresina, ligando a zona sul ao conjunto Dirceu Arcoverde tem 362 metros de extensão em uma largura de 14.80 metros, com pistas de rolamento e ciclovias, tendo sido investido Cr\$ 111 milhões na sua construção, recursos conseguidos junto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagens.¹⁴⁷

A partir da reportagem, é possível perceber uma política que preconizava a construção de grandes obras, no intuito de seguir os discursos de modernização e colocar Teresina sempre à frente. Dessa maneira, essa prática impunha um certo modelo à paisagem urbana da cidade. Contudo, a lógica dessa paisagem é modificada, quando surgem agentes que não condizem com o modelo, ou seja, assim como ocorria nas áreas próximas aos conjuntos habitacionais, as obras também eram alvos dos sujeitos que não tinham acesso à moradia, e alguns deles se alojavam debaixo das pontes, tendo sido a ponte Presidente Médici alvo dessa prática. Também é relevante destacar que a construção da ponte possibilitou o “desafogamento” do trânsito de carros e caminhões em viagem, que deixavam de trafegar pelo centro da cidade, especialmente pela avenida Miguel Rosa, antiga avenida Perimetral, influenciando diretamente em um novo impulso imobiliário para a região.

Outra obra que também foi ponto de morada daqueles que não conseguiam um teto na capital foi o terminal rodoviário Lucídio Portella, construído na área do entroncamento rodoviário de duas principais vias, a BR 343 e a 316, no local escolhido por técnicos do Departamento Nacional de Estrada e Rodagem para a construção do prédio que seria a nova rodoviária de Teresina. E assim, antes das obras serem concluídas, o espaço se transformou em abrigo para os sujeitos que não possuíam condições de se manterem na cidade, uma vez que já vinham do interior desprovidos de recursos financeiros:

Pelo menos cinco famílias, com crianças desnutridas, vivem em condições sub-humanas debaixo de teto da futura rodoviária de Teresina¹⁴⁸, aproveitando a oportunidade enquanto a sua construção

¹⁴⁷ OBRAS a serem inauguradas. **O Dia**, Teresina. p. 3, 17 out. 1980.

¹⁴⁸ O espaço ocupado da futura rodoviária mencionada no trecho jornalístico se refere ao antigo galpão situado nas proximidades do balão do bairro tabuleta. A estrutura, construída para sediar a mais nova rodoviária da cidade, foi condenada por indicação dos técnicos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens sob a alegação de que seria um risco para os passageiros e outras dificuldades que poderia culminar com prejuízos para o tráfego de veículos na BR- 316, dado que o local está

não recomeça. O relato dessas pessoas é quase sempre o mesmo da maioria de favelados. “Não temos condições de pagar aluguel de casa e por isso moramos nesse local”. [...] Alguns dos moradores da rodoviária são exemplos reais de lavradores que buscam a capital pra encontrar melhores condições de vida, mas acabam enfrentando mais sofrimento, porque logo que chegam sentem o maior problema: falta de casa para morar. Para não ficar andando no meio das ruas as famílias procuram qualquer maneira para não ficar no meio da rua. As saídas mais escolhidas são as pontes, entre as quais a do rio Poti, e a rodoviária ao lado da BR-316, onde próximo já existe uma favela com pelo menos 100 casebres nos terrenos da CHESF.¹⁴⁹

A matéria jornalística realça a problemática da falta de moradias, chamando atenção da sociedade para os sujeitos que se viam obrigados a morar em locais improvisados, como debaixo de pontes ou em obras abandonadas, visto que a ausência do teto sobre a cabeça fere gravemente os direitos e garantias individuais assegurado por lei, e reforçados pela chamada Constituição Cidadã, promulgada em 1988, depois da redemocratização do país, que é considerada por valorizar os direitos sociais, sendo a sétima constituição do país e a sexta da república, e responsável por consolidar a transição de um regime autoritário para um governo democrático. Para tanto, a ação reivindicatória da população, associada aos movimentos sociais urbanos na luta pela consolidação dos direitos sociais, dentre eles o acesso à moradia, marcou os anos finais do sistema político vigente, de tal modo que,

A enorme expansão da população urbana causara grande deterioração nas condições de vida, de vez que as administrações municipais não conseguiram expandir os serviços na mesma rapidez. O que os movimentos pediram eram medidas elementares, como o asfaltamento de ruas, redes de água e de esgoto, energia elétrica, transporte público, segurança, serviços de saúde. Os movimentos de favelados reclamavam ainda a legalização da posse de seus lotes.¹⁵⁰

Por meio do fragmento, evidencia-se o importante adensamento populacional como um dos principais fatores para o processo de favelização do espaço urbano, já que o poder público não conseguiu acompanhar de maneira satisfatória tal crescimento.

localizado no entroncamento das BR's 316 e 343. Após a mudança para o local da atual rodoviária, o galpão seria transformado num centro de esportes. Com o passar dos anos se transformou no pavilhão de feiras e eventos, e, atualmente, foi transformado no Piauí Center Moda, que abriga o conjunto de lojas que tem como principal produto comercializado confecções femininas e masculinas, que são vendidas em atacado.

¹⁴⁹ RODOVIÁRIA, o abrigo para quem não tem casa. **O Dia**, Teresina, p. 14/15 set. 1980.

¹⁵⁰ CARVALHO, op. cit., 2018, p.188.

Diante disso, o trecho exemplifica o contexto da Vila da Paz, marcado pelas lutas empreendidas pelos primeiros moradores para a implantação dos serviços básicos, questão que será discutida no capítulo seguinte.

Ainda nesse sentido, na década de oitenta, as ocupações tiveram como pontos de partida a favela COHEBE, haja vista que essa ocupação serviu como exemplo para as demais, seja pela sua organização e tempo de duração, e as favelas Risoleta Neves e Tancredo Neves, localizadas depois da ponte Presidente Médici, nas proximidades do conjunto habitacional Dirceu Arcoverde, que se destacaram pela atenção causada nos entes governamentais, ambas na zona sul¹⁵¹. Essas ocupações caracterizaram, assim, o expressivo crescimento dessa parte da cidade, bem como denunciavam a ineficiência do poder público na disponibilização de políticas públicas referente ao acesso à moradia, que de fato assistissem à população carente. Mas na zona norte também houve a ocupação do terreno na Avenida Duque de Caxias, causada pelas enchentes do rio Parnaíba. Logo depois de inúmeros conflitos com os proprietários do terreno, as famílias conseguiram o direito de permanecer no local, intermediado pelo poder público¹⁵².

Vale pontuar que as ocupações, que emergiram até 1985, não conseguiram permanecer no lugar, mesmo diante da forte resistência oferecida pelos sujeitos que estavam nessas áreas, pois:

Mesmo reconhecendo o direito à moradia e estabelecendo a interlocução como os movimentos de favelados, o Estado usou de determinados mecanismos e estratégias para ocupar as áreas requeridas pelos seus “proprietários legais” (particulares e, às vezes o próprio Estado, via governo estadual ou municipal).¹⁵³

Com efeito, verificou-se que o poder público adotou a postura contrária, embora cabendo a este a responsabilidade de intermediar as condições necessárias para que os cidadãos possam dispor do acesso à moradia. Entretanto, a situação se modificou, pois, no ano seguinte, já se vivia, mesmo que timidamente, o retorno ao sistema democrático trouxe a escolha direta dos gestores públicos, e, nesta nova configuração, as favelas se fortaleceram, pois, naquele momento, os políticos entendiam aquele lugar como uma

¹⁵¹ Menciona-se que a localização das favelas Risoleta Neves e Tancredo Neve se deram na zona sul, porque somente no ano de 1988 foi criada a zona sudeste de Teresina com o segundo PET.

¹⁵² LIMA, op. cit., 2010.

¹⁵³ LIMA, op. cit., 2010, p. 61.

forma de angariar votos. Ou seja, o poder público a partir dessa nova conjuntura política, consentia o direito desses sujeitos permanecerem nessas áreas, para que nas urnas essa ação fosse retribuída.

No final da década de oitenta, Teresina teve a sua história marcada pelo intenso processo de favelização, e as pessoas sem teto não mediam espaços para a construção de novas favelas, de modo que os periódicos da época retratavam a situação no cenário urbano, sendo “cada vez maior o número de retirantes que se abriga debaixo da ponte sobre o rio Poti, fazendo crescer a poucos metros da Assembleia Legislativa e do Centro de Convenções de Teresina”.¹⁵⁴ Assim, a imprensa enfatizava o contexto social da cidade, primando por manchetes que apresentavam as condições e as ações das pessoas que não possuíam lugar de morar: “Os sem-casa vão as ruas reivindicar a moradia”; “Favelados fazem passeata pelo o direito a um teto”; “Comunidade protesta contra os despejos”; “Terras são invadidas no Ilhotas”¹⁵⁵; entre outras.

Imagem 01: TERRAS SÃO INVADIDAS NO ILHOTAS



Fonte: TERRAS SÃO... **Correio do Piauí**, Teresina, maio. 1987, p. 5.

A partir da imagem é possível notar parte das condições vivenciadas nas ocupações, nas quais as casas eram feitas de barro e cobertas com palha. Observa-se,

¹⁵⁴ FAVELA sob a ponte do Poti está crescendo. **O DIA**, Teresina, set. 1986, p. 2, 28-29.

¹⁵⁵ OS SEM-CASA VÃO... **Correio do Piauí**, Teresina, set. 1987, p.5.

FAVELADOS FAZEM... **Correio do Piauí**, Teresina, set. 1987, p.5.

COMUNIDADE PROTESTA.... **Correio do Piauí**, Teresina, jul. 1987, p.4.

TERRAS SÃO... **Correio do Piauí**, Teresina, maio. 1987, p.5.

também, a presença de muitas crianças, o que refletia o número de famílias com mais de um filho, bem como a necessidade por uma casa que abrigasse toda a família, situação expressa por registro fotográfico, que parece produzido de maneira proposital, considerando a pose feita pelos meninos e meninas do terreno ocupado no bairro Ilhotas, segundo a matéria.

O número de favelas no espaço da capital evidenciou o agravamento da questão habitacional, procurou-se nesta seção expor os fatores que culminaram no acentuado processo de favelização que estigmatizou Teresina nos anos oitenta, sendo importante mais uma vez lembrar que esse processo se iniciou desde a década anterior.

De maneira análoga a essas ocupações, a favela Vila da Paz surgiu com um movimento de ocupação iniciado na segunda metade dos anos oitenta, localizada em um terreno em frente ao terminal rodoviário Lucídio Portella. Essa, por sua vez, nos interessa de modo particular, pois configura-se como nosso objeto de estudo, de modo que procurou-se analisar os processos que contribuíram para a construção da Vila da Paz, suas transformações e o protagonismo assumido pelos primeiros moradores associado à pessoa do padre suíço Pedro Balzi, de modo que refletimos como esses elementos se relacionavam com a cidade nos primeiros anos da ocupação, especialmente com os entes públicos, ressaltando os significados conferidos ao lugar, bem como os desafios enfrentados e as relações de parcerias firmadas com as entidades de base no auxílio e no engajamento na luta por moradia no contexto teresinense dos anos oitenta.

Nessa perspectiva, seguindo a lógica que ocorria nas demais ocupações, os sujeitos que formaram a Vila da Paz, em seu cotidiano, também vivenciaram o medo do despejo, a falta d'água, a inexistência de estrutura, como é noticiado pela imprensa escrita e que será discutida no capítulo seguinte.

3 Quando nasce a Vila da Paz: Uma história de Luta e Resistência

A trajetória histórica da Vila da Paz começou a ser construída no ano de 1986, quando um grupo de pessoas ocupou um terreno particular localizado nas proximidades da BR-343, avenida Presidente Getúlio Vargas, em uma área acidentada e recortada por um enorme grotão¹⁵⁶. Para o estudo da área ocupada, tornou-se necessário realçar seus espaços enquanto elementos de análise histórica que, localizada na região sul da Capital, era marcada pela falta de infraestrutura para receber seus novos habitantes.

No entanto, com o passar dos anos e com a continuidade ou o surgimento de novas demandas, o espaço da Vila vem sofrendo significativas mudanças com o processo de urbanização pela qual essa comunidade vem passando, ocasionando a visível transformação espacial do lugar, resultado de intensas e tensas reivindicações conduzidas por seus moradores e que teve seus contornos traçados por meio do protagonismo destes, legitimado, sobretudo pelas lutas e resistência no início da invasão.

Assim, pontua-se que o objetivo do capítulo é analisar a ocupação da Vila da Paz, investigando como se constituiu o protagonismo dos seus primeiros moradores, consubstanciado pelas lutas e manifestações na implantação dos serviços básicos. Para as transformações urbanas ocorridas no espaço, para tanto, volta-se para a apresentação do contexto histórico do objeto de estudo, bem como as ações tomadas tanto por seus moradores quanto pelas autoridades responsáveis para dotar o local de infraestrutura e, assim, torná-lo habitável.

Nesse percurso de análise, quanto ao apoio metodológico e documental, adotou-se a metodologia da História Oral associada ao estudo bibliográfico e a análise das fontes hemerográficas, além do processo de reintegração de posse da área ocupada, postos em diálogo com os pesquisadores Roberto Lobato Corrêa, Lucineide Barros Medeiros, Ângela Oliveira Viera, Antonio Cardoso Façanha, Sandra Jatahy Pesavento¹⁵⁷, entre outros que nos auxiliaram para a construção da narrativa.

¹⁵⁶ Grande cavidade, depressão geológica profunda, que se forma pela ação da água da chuva, situada entre relevos fortemente desnivelado.

¹⁵⁷ CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.; MEDEIROS, Lucineide Barros. **A Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí – FAMCC e o “Orçamento Popular de Teresina” – OPT, Revelando a Natureza de Classe do Estado e Práticas Sócio-Políticas Emergentes no Processo de Educação Política Teresina, PI**. (Dissertação de Mestrado) 2004.; VIERA, Ângela Oliveira.; FAÇANHA, Antonio Cardoso. **Ocupação Vila Irmã Dulce: Uma Experiência na Luta Urbana de Teresina (PI)**. In: A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação, 2015, Presidente Prudente. Anais [XI- Encontro Nacional da

Inicialmente, cabe-nos esclarecer o nome que foi dado a ocupação que ocorreu entre os dias 26, 27, 28 e 29 de setembro do ano de 1986 ao terreno denominado de Catarina, encravado Data Covas, no município de Teresina, com 81 hectares, dentre os quais o poder público a nível estadual já havia desapropriado uma área de 16 hectares, 99 ares e 11 centiares¹⁵⁸ para a construção do prédio que se tornaria a rodoviária da capital, além de outra parte desapropriada para loteamento da Vila São José da Costa Rica, pois, segundo relatos dos primeiros moradores, um dos fatores para entrada na área restante foi que a região não havia comportado o número de pessoas que não possuía casa própria.

Para complementar a apresentação do objeto de estudo, é necessário esclarecer a diferença entre os termos ocupação/invasão e vila/favela, tendo em vista que a utilização de determinados binômios é carregado de preconceito, sendo os sujeitos envolvidos nessa conjuntura muitas vezes classificados de forma pejorativa, por aqueles que desconhecem a real necessidade de famílias que lutam por uma casa. A ocupação difere da invasão justamente pelo uso dado a terra, visto que “o termo “invasão” significa tomar algo que esteja sendo utilizado de forma adequada por seu proprietário, e “ocupação” diz respeito estar de posse de uma área que não esteja adequadamente utilizada, ou seja, não está assumindo sua função social”¹⁵⁹. Assim, compreende-se que a Vila da Paz atende ao que pontua o termo ocupação, pois o terreno estava abandonado e, conseqüentemente, não atendia a legislação sobre o uso da terra.

O nome dado a Vila, ainda segundo relatos dos moradores, se deu em virtude de sua ocupação coincidir com o reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Ano Internacional da Paz, em alusão ao quadragésimo aniversário da organização. No entanto, a iniciativa foi proposta pela primeira vez durante a conferência do conselho econômico e social em novembro de 1981, sendo instituído o dia 21 de setembro para fazer menção à iniciativa.

A Vila da Paz, como outras favelas, teve o seu nome modificado, numa ação da Prefeitura Municipal de Teresina, ao lançar, no ano de 1997, o projeto Vila-Bairro, programa cujo objetivo geral era consolidar as vilas em verdadeiros bairros com o padrão mínimo de urbanização. Entre as ações, a que mais se destacou foi a alteração do

ANPEGE]. Presidente Prudente: 2015. p. 2428-2439.; PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo. vol.17. n. 53, julho de 2007.

¹⁵⁸ TODA VERDADE... **O Dia**. 18 Fev, 1987, p.03.

¹⁵⁹ VIERA; FAÇANHA, op. cit., 2015, p. 2431.

nome favela para vila, medida já iniciada com o Censo de Vilas e Favelas, mas legitimada pelo programa Vila-Bairro. Dessa maneira, compreende-se a trajetória do nome da favela mais expressiva da zona sul nos anos finais da década de oitenta.

Outro fato também se associa ao nome dado à ocupação, a partir do qual o nome Vila da Paz seria uma homenagem a uma das primeiras lideranças que desenvolveu um importante trabalho na comunidade, sobretudo, nos anos iniciais da favela, cujo nome era Maria da Paz. Sobre isso, o senhor José Félix de Paula relata: “ela ajudou a organizar a documentação, cadastramento, ela era uma menina muito inteligente, muito esforçada, apesar de ser doente, era muito esforçada”¹⁶⁰. O morador reconheceu o engajamento na organização na parte burocrática, por se tratar de uma pessoa com carisma popular, além de possuir poder de persuasão no relacionamento com as autoridades públicas.

A favela era considerada violenta, servindo de lugar para o esconderijo de roubos, taxada inicialmente de Vila do Facão, tanto por essa questão quanto pelo fato da divisão dos terrenos, visto que, iniciados os trabalhos de capina dos matos, era necessário logo demarcar a área, para não correr o risco de perder o terreno para outra pessoa, fatos lembrados pela moradora Antonia Rodrigues do Nascimento Barros:

E o que que acontecia com esse terreno aqui?! Era chamada a mata do negão porque aqui se escondia todos os roubos a gente encontrou muita bicicleta, pedaço de bicicleta, porque eles roubavam e escondia aqui certo?! [...]Quando eu cheguei aqui, o primeiro terreno que eu peguei foi ali bem aqui quase em frente da rodoviária, você vai aqui e tem aquelas casas ali dos tratores, tem outra casa passa a Rua 11, pois aquela casa bem ali foi eu que rocei, só que hoje não é a pessoa que me tomou não (risos) já é outra família, quando eu cheguei, no outro dia já tinha uma casa armada, aí eu fiquei meu Deus, aí eu rocei outro aqui, no outro dia... Porque eu não tinha com o que fazer, e eu não ia ficar aqui com os meus quatro filhos pequenos, a Mônica tinha dois anos, aqui a noite todinha sem nenhuma proteção nem nada, nada, eu voltava pra essa casa de aluguel lá no Paraguai. Roci, no terceiro foi que eu dei uma de valente e botei pra fora.¹⁶¹

¹⁶⁰ FÉLIX DE PAULA, José. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência do entrevistado. Teresina, 09 ago. 2016. Morador participante da ocupação da Vila da Paz, atualmente tem a idade de 79 anos, aposentado, exerceu a profissão de policial militar, é casado, teve três filhos, e participou ativamente da associação dos moradores da Vila.

¹⁶¹ BARROS, Antonia Rodrigues do Nascimento. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, nas instalações da Fundação Nossa Senhora da Paz, Teresina. 09 de out. 2018. Moradora participante da ocupação da Vila da Paz, tem 50 anos, é presidente da fundação Nossa Senhora da Paz, é viúva desde 1992, teve quatro filhos, presidiu a associação de moradores da Vila da Paz por três mandatos.

O relato da moradora evidencia muitas questões que envolveram o contexto histórico da ocupação, que inicialmente nomeou o lugar como Mata do Negão, mas o nome se referia a vizinha Vila Costa Rica, onde o terreno era todo cercado e vigiado por um morador, visando evitar que outras pessoas pudessem adentrar na área, diferente do terreno que ocorreu a Vila da Paz, que estava abandonado pelos supostos proprietários, sendo mencionado, na fala da entrevistada, o fato de os primeiros ocupantes encontrarem objetos que, segundo ela, seriam oriundos de roubo. O trecho ainda chama atenção ao protagonismo dos primeiros moradores, sobretudo ao feminino, pois as mulheres assumiram papéis que evidenciaram a sua força e persistência na luta para conseguir um teto para a família.

Ainda sobre o relato da moradora, nota-se o destaque dado à falta de condições de permanecer no terreno que foi roçado por ela, por não possuir condições financeiras para construir ao menos uma casa de barro e cobri-la de palha, pois morava de aluguel, que, segundo a mesma, estava atrasado, e o proprietário constantemente a ameaçava de despejo. Essa foi uma das muitas situações que acometeu diversas famílias no contexto do anos oitenta, pois a entrevistada era mãe solteira, com quatro filhos e desempregada, que não se sentia assistida pela política habitacional. Desta forma, os sujeitos que estavam inseridos nessas mesmas situações enxergaram na ocupação da Vila da Paz a oportunidade de possuírem um teto sobre a cabeça.

Entender o próprio fenômeno sócio urbano que vivenciavam, e como forma de enfrentar “as calúnias lançadas contra a ocupação da Vila da Paz”¹⁶², os próprios moradores, apoiados pela Associação de Moradores dos Três Andares e pelo Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC, em 18 de janeiro de 1987, realizaram pesquisa sobre a ocupação, de forma a traçar um perfil do que estava se tornando a Vila e o perfil de seus moradores. Como resultado, a pesquisa apontou que havia 209 casas construídas com famílias residindo e 605 casas em construção. A pesquisa aprofunda mais o estudo ao pontuar que existiam 209 famílias totalizando 1.126 pessoas, das quais 371 são pais, mães e alguns poucos casais ainda sem filhos. As demais 755 pessoas são filhos, sendo que destes (84,24%) eram menores de idade.

A pesquisa nos possibilitou destacar que o número de filhos por famílias era entre quatro a cinco, dada a grande quantidade de pessoas menores de idade nos anos iniciais da comunidade. Além disso, as 209 casas já eram ocupadas por 1.126

¹⁶² VILA da Paz um povo em... **O Dia**. fev. 1987, página principal.

moradores, e as demais 605 famílias estavam construindo suas moradias na ocupação, que deveria, em breve, triplicar o número total de moradores.

O estudo destacou, ainda, a naturalidade dos sujeitos, revelando que a maioria era originária do interior do Estado, reforçando a noção sobre migração anteriormente discutida, posto que 48,8% dos chefes de família já residentes nasceram no interior do Piauí, 27,75% em Teresina e 23,44% em outros estados. Sobre a última moradia, 81,81% já se encontrava em Teresina devido aos efeitos da migração campo cidade, vagando pelas ruas, bairros e galpões, enfrentando a falta de moradia e sem condições de pagar aluguel.

Sobre o trabalho, a pesquisa ressaltou a construção civil no mercado formal como a atividade que mais empregou os chefes de família, cerca de 20,57%; em seguida os trabalhadores rurais, com 8,61%; os desempregados, 7,65%; aposentados 5,75%; motoristas, 3,34%; e militares, 2,87%. Percebe-se, então, que até mesmo servidores do Estado enfrentavam a problemática da moradia, dado a amplitude que a situação alcançou, atingindo até mesmo as pessoas que podiam comprovar renda e participar da política habitacional na busca pela casa própria. Sobre as etapas de tal política, um morador observa que:

Tinha que pagar e a gente tinha que ir para o sorteio, pra pelo menos a pessoa ser sorteado. Eu pelo menos me inscrevi ainda no Conjunto Renascença e não fui contemplado. Naquele tempo também, quando tinha um conjunto pra ser entregue, o pessoal tinha muita influência política. Aqueles deputados tinha muita influência política pra arranjar pra pessoas deles. Aí era difícil a pessoa ser sorteado.¹⁶³

O relato do morador, que era policial militar, destaca a dificuldade das etapas para se obter uma casa, pois, mesmo comprovando renda, os inscritos ainda tinham que participar de sorteio e contar com a sorte, sorte essa que, segundo a fala do habitante, ainda passava pelo crivo da influência política, o que reforça a compreensão de como, por vezes, as relações sociais são perpassadas por conchavos políticos que transformam serviços e instituições públicas em verdadeiras moedas de troca.

Sobre as formas de trabalho, a pesquisa informou que, no mercado informal e no subemprego se destacaram: biscateiros e ambulantes, 8,61%; domésticas, 6,22%; lavradores, 3,82%; e lavador de carro, 2,87%. No que tange aos salários, o estudo realçou que todos os são de fome e subsistência, posto que 31,57% das famílias têm

¹⁶³ FÉLIX DE PAULA, op. cit., 2018.

renda mensal inferior a um salário mínimo, 53,5% chegam à renda de um salário mínimo, apenas 11,96% se situam na faixa de um a dois salários mínimos, e somente 0,95% das famílias têm renda superior a dois salários mínimos.

Todas essas informações nos evidenciam as condições das pessoas que ocuparam a Vila da Paz, à medida que a pesquisa foi precisa em apontar, sobretudo, a questão econômica do grupo que ali insistia para alcançar o sonho da casa própria. Além disso, é válido pontuar os fatores que levaram as pessoas a se sujeitar a morar de maneira improvisada, entre os quais se pode destacar: o desemprego e o subemprego, a política salarial decrescente, ocasionando o baixo poder aquisitivo, elevado reajuste dos alugueis, política habitacional desarticulada da realidade socioeconômica, marginalizando os sem teto assalariados¹⁶⁴. Todos esses elementos foram observados no contexto da Vila da Paz, pois no local estavam também pessoas que possuíam emprego formal com a carteira assinada, e mesmo assim não foram assistidos pelas políticas de habitação, considerando que essa era uma das exigências.

Consequentemente, delinear o contexto histórico desse lugar em parte nos foi possível por meio do uso da metodologia da História Oral, que se torna ainda mais relevante pela necessidade de investigar as memórias dos primeiros moradores de forma a ajudar a traçar as trajetórias tomadas por esses, na perspectiva apontada por Pesavento, ao observar que:

Entram em cena, assim, os recursos de uma história oral, recuperando depoimentos e relatos de memória, que retraçam uma experiência do vivido e do possível de ser recuperado pela reminiscência, transmitido no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado. Fala-se e conta-se, então, dos mortos, dos lugares que não mais existem, de sociabilidades e ritos já desaparecidos, de formas de falar desusadas, de valores desatualizados. Traz-se ao momento do agora, de certa forma, o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existe. Essa é, sem dúvida alguma, uma história de fragmentos, de composição em mosaico. Pouco fiável, dirão alguns, pois aquele que rememora não apenas reconta o que viveu a cada momento evocativo, como lida com o gap inegável existente entre o tempo do vivido e o tempo da narrativa. A história oral de uma cidade é tecida e retecida continuamente. O depoente, no caso, é o senhor do tempo, refazendo o que diz sobre o passado da cidade em cada vez que discorre sobre ele.¹⁶⁵

¹⁶⁴ MATOS, op. cit., 1995.

¹⁶⁵ PESAVENTO, op. cit., 2007, p. 20.

Analisar os fragmentos do mosaico de uma cidade que não existe mais, perscrutada por meio das memórias de sobreviventes de um outro tempo, representa um dos caminhos a percorrer para colocar em evidência o protagonismo assumido por estes no desejo de tecer o espaço que lhes fora relegado, conforme às suas necessidades.

Nesse sentido, a luta e a resistência dos primeiros moradores da Vila da Paz se fizeram presente desde muito cedo, visto que inicialmente tiveram que conviver em meio a péssimas condições de moradia, amedrontados com a ideia de despejo, posto que o terreno invadido era de propriedade particular, alegado pelo então juiz Cícero Leôncio Pereira Ferraz, residente em Fortaleza e inventariante herdeiro de sua esposa Maria Alice Alves Cavalcanti Ferraz, pois, segundo informações presente nos autos do processo de reintegração de posse, o terreno era mantido sob a posse de Maria Alice desde o ano de 1976.

Dessa maneira, os moradores viram o seu pesadelo acontecer pouco depois de transcorridos quatro meses da ocupação, quando a justiça interferiu a favor do sujeito que se julgava proprietário do terreno, visto que o terreno era alvo de demanda judicial na ação de litígio, considerando que foi uma das alegações utilizadas pelo poder público para decretar a desapropriação da área, em notícia veiculada no periódico da época. O advogado que representava a outra parte no processo de litígio escreveu uma nota em que tecia vários argumentos sobre a situação do terreno que abrigava a favela Vila da Paz, entre as quais é preciso ressaltar as seguintes:

- 1- São proprietários de toda a área objeto de decreto em referência Gilda Arcanjo de Meneses Batista, Gilma Arcanjo de Meneses do Carmo e Gasilda Meneses do Carmo, filhas e herdeiras legítimas de Júlio Arcanjo do Carmo e de Francisca Emília Meneses do Carmo, cujo título originário de propriedade do imóvel designava uma área de 171 hectares, 15 ares e 76 centiares.
- 2- Concluído o inventário de seus genitores em 1986, foi passado às herdeiras o competente Formal de Partilha, que levaram a registro no Cartório do 1º Ofício desta capital.
- 3- De posse dos respectivos títulos de propriedade requereram, junto à justiça federal (a União é um dos confinantes), a demarcação da área, resultando provado que a área remanescente era de 91 hectares, 54 ares e 76 centiares ¹⁶⁶.

Pelas declarações do advogado, nota-se a sua preocupação ao destacar que as pessoas citadas na nota eram de fato as herdeiras legítimas do terreno, baseando o seu

¹⁶⁶ TODA a verdade Sobre... **O Dia**. 18 fev.1987, p.03.

argumento na posse do título de propriedade, bem como nos chama atenção que a ação de litígio estava sob julgamento na instância federal, nos levando a crer que o imbróglio já datava de algum tempo. Além disso, é nos dado a noção da extensão do terreno, reforçando o número de pessoas que adentraram na Vila, apontados na pesquisa. O fato de o representante legal utilizar, na sua narrativa, a expressão herdeiras legítimas, coloca em suspeição a condição do proponente da ação de reintegração de posse, visto que, se Cícero Ferraz era o cônjuge de uma das supostas herdeiras do terreno, isso o colocava em posição inferior em relação às ditas herdeiras legítimas.

A grande questão dessa disputa judicial levanta o questionamento sobre o porquê de tamanho interesse pela área, o que nos leva a supor os seguintes elementos: tratava-se de uma região próxima ao rio Poti, as margens da avenida Getúlio Vargas e BR-343, e em frente ao Terminal Rodoviário Governador Lucídio Portella, localizada no entroncamento rodoviário das BR's 343 e 316, situada na zona sul, região que mais crescia na cidade, próximo também a um dos maiores conjuntos habitacionais da cidade. Todas essas questões nos fomenta o entendimento sobre o interesse e a briga judicial estabelecida entre os sujeitos que se julgavam donos do terreno, porquanto, historicamente, a posse de grandes extensões de terra é sinônimo de ganhos financeiros, além de ser alvo da especulação imobiliária.

O resultado do litígio nos é vedado a conhecer, tendo em vista as possibilidades e limites das fontes pesquisadas, mas compreende-se que os primeiros ocupantes mostraram sua força e resistência percorrendo o caminho para afirmar o seu protagonismo, de modo que, independente de quem era o proprietário legal, aqueles que detinham a posse do terreno e lhe deram destinação, os moradores da Vila assumiram o seu papel para colocar em prática a função social do solo, transformando a outrora ocupação em local de moradia.

Nesse sentido, os primeiros moradores, ao serem instigados a lembrar os anos iniciais na comunidade, mencionaram a situação que se encontrava o terreno, haja vista que, em análise das fontes orais, nota-se como a memória conserva certas informações¹⁶⁷, o que nos possibilita compreender a inexistência de benfeitorias e o total abandono da área, ocupada apenas por “muito mato”¹⁶⁸.

No entanto, a postura assumida pelo proponente do processo de reintegração de posse foi outra, a de subjugar aqueles personagens, caracterizados nos autos do processo

¹⁶⁷ LE GOFF, op. cit., 2013.

¹⁶⁸ FÉLIX DE PAULA, op. cit., 2016.

de invasores, defendendo, nos argumentos utilizados, que o terreno estava sendo utilizado. Com isso, tentaram transformar e criminalizar o que seria a ocupação da Vila da Paz em invasão, tendo esse ato encontrado também legitimidade nos discursos da imprensa escrita que, em suas matérias, não hesitava em denominar de invasão o movimento pelo acesso à moradia.

Sobre a diferenciação entre os termos vila e favela, ressalta-se que a urbanização é o principal ponto que marca distinção entre as duas maneiras de morar, uma vez que:

Vila: área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto sem obedecer às exigências feitas pela lei de parcelamento do solo, mas possível de ser regularizada, saneada e urbanizada. **Favela:** área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto geralmente localizada em áreas de risco iminente (alagamento/desmoronamento) ou em leito de vias públicas (ruas e/ou avenidas) sujeitas quase sempre a remoção.¹⁶⁹

Os conceitos, apresentados no fragmento produzido pelo poder público no Censo de Vilas e Favelas dos anos 2000, evidenciam a forçada tentativa de distanciamento entre o que viria a ser Vila e Favela. Nessa ação, a administração municipal procurou afasta-se do estereótipo carregado pelo conceito favela, visando se livrar da marca de cidade favelada para preservar a imagem de cidade moderna. Por outro lado, a Vila da Paz enquadrou-se nos dois conceitos, dado que a ocupação ocorreu em área de risco, decorrente do grotão que corta toda a extensão do terreno, e muitas famílias construíram suas casas nas encostas dos morros e sobre partes alagadas, o que causa, em tempo chuvoso, a invasão de algumas casas pelas águas, em virtude da falta de escoamento e pelo aumento no volume do rio Poti. No entanto, considera-se a comunidade como Vila, pois o seu espaço passou a ser regularizado, saneado e urbanizado por medidas realizadas de maneira deficitárias, que somente foram realizadas após duas décadas de existência.

O que se observou com o uso de tais termos foi que, muitas ocupações ocorridas no espaço da capital evitaram ser associadas ao termo “favela” por considerá-lo mais pejorativo do que “vila”, como relembra a moradora Antonia Barros, a destacar que:

[...] então assim, o que que acontece, não foi fácil a conquista do terreno, porque a gente teve muita ajuda, muitos parceiros, mas também tivemos muita resistência, o preconceito é muito grande, “Ah

¹⁶⁹ VIERA; FAÇANHA, op. cit., 2015. p. 2431. (grifo nosso).

aqueles favelados estão invadindo o terreno dos outros, não sei o que”, a gente ouvia muito isso, mas ouvia também muito apoio, palavras de apoio, carinho, por exemplo, a associação dos Três Andares que a presidente era a Maria do Carmo.¹⁷⁰

A fala da moradora põe em evidência a difícil condição de ter que viver sob o julgamento feito aos sujeitos que buscavam o direito à moradia, alcançado por meio da ocupação de terras de cunho particular, mas também chama atenção para o apoio encontrado na figura de pessoas e organizações, entre as quais ela cita a associação de moradores do bairro vizinho e sua presidente, entre outros que serão apresentados ao longo da narrativa, de modo que o papel assumido por elas na consolidação da Vila da Paz foi de fundamental importância.

Nesse sentido, buscou-se apresentar o objeto de estudo, para assim construir uma análise situada no tempo e no espaço, de modo que se possa compreender a configuração histórica do lugar que causou relevante clamor na sociedade teresinense, bem como atraiu a atenção do poder público, representado, sobretudo, na luta por moradia, ao passo que na seção seguinte se discutirá o déficit habitacional no cenário urbano, questão chave para entender o redesenho dos espaços da cidade.

3.1 “Quando a minha casa era de palha e papelão já era minha casa”: da moradia sonhada à Vila erguida

A realização do sonho da casa própria passa por critérios, que por vezes torna a concretização do sonho mais distante ou mesmo inviável, e um dos fatores que muito limita e dificulta o acesso à moradia está diretamente ligado à questão econômica dos sujeitos que estão ou estiveram na busca pelo alcance desse bem, pois o lar é entendido como segurança, e que, segundo Gaston Bachelard: “na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conceitos de continuidade [...] Ela mantém o homem através das tempestades da vida”¹⁷¹.

O fato de possuir um teto sobre a cabeça é um dos argumentos que incentiva o sujeito a constituir família. No entanto, às vezes se vivencia o processo inverso

¹⁷⁰ BARROS, op. cit., 2018.

¹⁷¹ BACHELARD, 1996 apud FONTINELES; SOUSA NETO, 2017, p. 35.

associado à falta de estabilidade financeira gerada pelo contexto social, econômico e, sobretudo, político, visto que o cenário da capital do Piauí não se manteve imune ao que acontecia no restante do país. Em 1986 o cenário era de recessão na economia, resultado direto do momento de transição pelo qual a nação passava, com a mudança na forma de governar, que saía do regime autoritário para retornar a democracia, e a questão social era o reflexo dos rearranjos na economia e da mudança na política. Nesse sentido, procurou-se discutir a questão do déficit habitacional, ressaltando os meios empreendidos pelos sujeitos na busca pelo acesso à casa própria e o papel dos movimentos sociais no contexto das lutas por moradia.

Assim, toma-se de exemplo os sujeitos que ocuparam a Vila da Paz, inseridos em contexto de subempregos ou mesmo desempregados, como destacado anteriormente, sem as devidas condições de participar da política de financiamento habitacional, de modo que o meio encontrado para a realização do sonho da casa própria foi a ocupação de um terreno, que, por estar abandonado, não apresentava as mínimas condições de moradia, acontecimento esse que é destacado no relato de um dos primeiros moradores daquela área, o senhor José Félix de Paula, que relembra:

Foi no mesmo ano, a ocupação se deu em toda área da Vila da Paz, que formam 43 hectares de chão, foi ocupada tudo no mesmo tempo, num espaço de três a quatro dias foi toda ocupada, foi desbravada toda a mata, eu limpei o terreno aqui, num espaço de dois dias, dois dias e meio, aqui era pequeno, eu limpei todinho, ai encaminhei os trabalhos de cercado, levantar o barraco, que a tendência aqui era pra ocupar a área pra não, porque o que justificaria morar é a questão da moradia pra não deixar..., digamos porque muitas vezes as pessoas marcava terreno limpava, e por uma questão de tempo, ou questão socioeconômica, as vezes a pessoa tratava um dia ou dois, quando chegava outro já tinha tomado de conta. E eu me passei pra dentro do terreno praticamente dentro dos matos.¹⁷²

Nessa passagem, o entrevistado evidencia os limites ao acesso à moradia na cidade, pois, em Teresina, em períodos anteriores, e mesmo durante o período em estudo, as políticas públicas de moradia popular não atendiam parcela significativa da população, incapazes de arcar com os custos com o financiamento habitacional, excluindo as famílias que não conseguiam comprovar renda, considerando que o principal critério para fazer o cadastramento junto a Companhia de Habitação do Piauí –

¹⁷² FÉLIX DE PAULA, op. cit., 2016.

COHAB-PI, era possuir um emprego com a carteira assinada, análise socioeconômica, além de sorteios¹⁷³.

Dessa forma, as políticas habitacionais, incentivadas no contexto dos governos Civil-Militar, reforçando a ideia do poder público como promotor de direitos sociais, visava desviar a atenção da população de outros problemas que afetavam o cenário nacional, adotando a estratégia de estimular tais políticas, por meio da atuação do Banco Nacional de Habitação – BNH, que disponibilizava empréstimos aos governos estaduais e estes encaminhavam às companhias de habitação para a construção de conjuntos de casas.

Entretanto, para ser beneficiário dessas políticas, era fundamental comprovar uma renda fixa para, somente assim, assumir o compromisso de pagar as prestações das casas. No entanto, essa era uma realidade distante aos moradores da Vila da Paz, pois, das 1.126 pessoas em condição economicamente ativas, quando da realização de pesquisa em janeiro de 1987, apenas 31,78% possuía carteira assinada, menos da metade daquela população e, na contramão dessa realidade, a política habitacional focava suas ações, em Teresina, em famílias que residiam em favelas, em locais inapropriados e, sobretudo, em zonas de maior potencial imobiliário, de onde eram retiradas as famílias e remanejadas para novos conjuntos habitacionais, localizados fora do perímetro urbano, a exemplo do que aconteceu, anos antes, com o conjunto habitacional Dirceu Arcoverde¹⁷⁴.

Mesmo existindo a possibilidade de financiamento habitacional de casas populares, contudo, restava ainda uma grande parcela da população que se encontrava a margem dessas políticas sociais. Logo, a maneira encontrada pelos excluídos da limitada política habitacional do Estado foi a ocupação de terrenos ociosos para construir suas casas sem a condição do pagamento de prestações, estabelecendo, assim, de maneira resistente, o direito à cidade que era negado a esses segmentos da sociedade.

As pessoas que não eram beneficiadas por essas medidas, procuraram outros meios para alcançar o sonho da casa própria. No caso em análise, a forma escolhida foi a ocupação de um terreno que não oferecia as condições de infraestrutura. Tal falta de estrutura, entretanto, permitiu também a criação de novas formas de sociabilidades, pois, a partir da necessidade de fazerem parte da cidade, nasceu um sentimento de união e de luta entre sujeitos, estimulando as reivindicações de melhorias para a Vila, com

¹⁷³ FONTINELES; SOUSA NETO, op. cit., 2017, p.79.

¹⁷⁴ FONTINELES; SOUSA NETO, op. cit., 2017.

passeatas e manifestações promovidas pelos moradores, destacados nos depoimentos feitos por habitantes mais antigos da comunidade.

As sociabilidades construídas representam indicativo da união desses primeiros moradores, tornando-os protagonistas nas conquistas alcançadas, a exemplo do próprio direito de permanecer naquele local e conseguirem obter a moradia. Assim, com poucos meses de ocupação dos espaços, seus primeiros moradores já exerciam seu poder de pressão coletivo sobre as autoridades públicas, caracterizada pelo desejo de ali permanecer e de resistirem, por meio de suas táticas, ao desejo de expulsá-las. Essa condição pode ser observada no relato da senhora Maria da Cruz Viana da Silva, também uma das primeiras moradoras da Vila:

Quando nós chegamos aqui só era mato, mato, não tinha mais nada só mato, roçamos os matos, fizemos as casas, casinhas velhas de palha, não tinha água não tinha luz, não tinha quitanda, não tinha nada. Aí ficamos, ficamos aqui, acho que não passou um mês que estava da invasão, que nós chegamos a polícia chegou, acho que foi um mês ou dois meses por aí, não, mas, foi mais. Porque quando chegaram aqui as casas já estavam feitas. Quando a polícia chegou aqui mermã, derrubou tudo, derramou água, os meninozinhos velhos da Kátia chorando, a Kátia chorando com vontade de ir embora. Aí se juntaram todo mundo, foram pra frente da rodoviária, aí o Wall Ferraz ia chegando de Brasília eu acho, se juntou uma comitiva de gente pra ir lá, um bocado, um caminhãozinho aí, eu não fui não, eu fiquei, e lá ele disse que não ia negociar com aquela baderna todinha, porque todo mundo estava gritando, que todo mundo com medo de perder suas casas, aí tirou algumas pessoas para falar com ele lá, aí ele mandou dizer para o povo que ficou aqui, que era pra todo mundo ficar sossegado que ninguém ia sair não, que ele ia comprar, não sei se comprou, ainda hoje o pessoal fala nisso¹⁷⁵.

O depoimento da moradora revela muito sobre a unidade que se estabeleceu entre os primeiros moradores da Vila, pois, quando aconteceu uma das primeiras ações de retirada das famílias daquele espaço, imediatamente as pessoas se reuniram e foram receber o prefeito, que, segundo o relato da moradora, se assustou com o grande volume de gente que o esperava para pedir que intervisse em favor daquele povo que não tinha onde morar. Nesse gesto, fica patente o desejo dos moradores e o significado assumido pelo direito de possuir a casa própria, que carrega consigo a forma encontrada da busca

¹⁷⁵ SILVA. Maria da Cruz Viana da. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência da entrevistada. Teresina, 02 maio. 2017. Moradora e participante da ocupação da Vila da Paz. Tem a idade de 50 anos, dona de casa, casada, teve quatro filhos, vivenciou o início da ocupação, as lutas por melhorias e o momento da reintegração de posse do terreno.

de um direito entendido como justo, assegurado por lei e, naquele instante, personificado por meio do Estado.

No entanto, contrariando a postura atribuída ao poder público, de garantir o acesso aos direitos básicos aos indivíduos, o Estado, por meio do poder Judiciário, no caso da Vila da Paz, interviu a favor de Cícero Ferraz, um dos supostos proprietários do terreno, quando deferiu o pedido de reintegração de posse, pondo de lado as suas atribuições legais em relação aos menos favorecidos.

A posição, tomada pelo prefeito, de decretar a ação de desapropriação da terra, marcou de maneira significativa a memória desses moradores que conviveram com o pesadelo do despejo. E foi justamente esse medo o elemento aglutinador que mobilizou essa população a exercer a pressão sobre a autoridade municipal para que este acolhesse a demanda popular da sonhada casa própria.

Nessa perspectiva, a postura imediatista adotada pelo prefeito Wall Ferraz, que se assustou diante do grande número de pessoas que foram recebê-lo para que esse apoiasse os cidadãos na luta pela moradia, não foi condizente com o desejo dos moradores. Naquele momento, ele se recusou a dialogar com os manifestantes, e, segundo relatos sobre o acontecimento, falou umas grosserias e logo classificou os sujeitos que ali estavam de aproveitadores.

Entretanto, como compreender a ação dos personagens envolvidos nessa conjuntura? Primeiro, faz-se necessário analisar a posição tomada pelo representante do poder executivo, tendo em vista o discurso que se construiu acerca da sua personalidade e da forma de administrar, e a característica de ser zangado lhe foi atribuída, às vezes encoberta pelo tratamento dispensado as causas sociais, sobretudo pela marca empreendida em suas administrações, que se destacou pelos vários títulos de aforamento que concedera às inúmeras ocupações e ou invasões de terras que emergiram no espaço da cidade em meio aos anos de 1980.

Nesse sentido, o modo de administrar do prefeito foi realçado no seu discurso de posse, em que deixava exposto a sua atenção à causa dos mais humildes, especialmente na questão habitacional, ao frisar que:

[...] Grandes edificações são necessárias. Asfalto também. Praças e jardins são imprescindíveis. Tudo será inútil, porém, se ao lado dos suntuosos edifícios vivem famílias no maior grau de miséria. De nada valerá o asfalto se ao longo dele se amontoam casebres abrigando a mais extremada pobreza. As praças e jardins não terão sentido se os usuários, corroídos pelas mais crônicas carências, não sabem como

utilizá-los convenientemente. Consequência da minha opção pelo social, saneamento básico, habitação, transporte, educação, alimentação, saúde, são itens que merecerão atenção máxima do meu governo (CASTRO, 2009, p. 78)¹⁷⁶.

O discurso em tom poético proferido pelo então prefeito eleito destaca a sua preocupação em dotar a cidade de obras que se fazem essenciais para o pleno desenvolvimento da cidade, contudo de nada adiantaria se a maior parte da população não fosse atingida pelos seus benefícios, mergulhados em suas carências, sobretudo, na falta de moradia, o bem (re) significado como proteção durante as tempestades da vida.

Movidos pela necessidade de alcançar a sua segurança frente as intempéries do viver citadino e conhecedores do papel assumido e desenvolvido pela autoridade municipal, os moradores colocaram em destaque o protagonismo que lhes cabia e foram em busca do direito de permanecer no terreno e, assim, alcançar o sonho da casa própria. Para isso, resolveram recepcionar o prefeito no aeroporto como mencionado anteriormente. Agora, embarcar-se-á em um exercício de imaginação levando em consideração o relato da moradora Maria da Cruz, que, relembra, “se juntou uma comitiva de gente pra ir lá, um bocado, um caminhãozão”. A situação ocorrida no dia 13 de fevereiro de 1987, em meio à execução da ordem de despejo, inúmeras pessoas tomaram um lugar em cima de um caminhão e saíram em manifestação pelas ruas da cidade, partindo do ponto de referência do Terminal Rodoviário, localizado na zona sul, até ao aeroporto na zona norte, e, durante esse trajeto, conseguiram dar visibilidade ao que ocorria em uma determinada parte da cidade, sendo essa ação elementar para fazer nascer e fortalecer o protagonismo conferido aos primeiros moradores.

Quando o prefeito taxou os manifestantes de aproveitadores, provavelmente se referia as entidades de luta pela moradia, simbolizadas na figura da associação de moradores do bairro Três Andares, na Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários – FAMCC e no Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC, que na época eram classificados como incentivadores das ocupações e de reforçar a “indústria de favelas”¹⁷⁷ na capital. No entanto, as duas entidades voltavam as suas ações para o apoio às lutas por moradia, tendo em vista que a FAMCC se consolidou no contexto de criação da Vila da Paz, posto que:

¹⁷⁶ FERRAZ, Wall. apud NASCIMENTO, op. cit., 2017, p. 07.

¹⁷⁷ INDÚSTRIA da favela... **O Dia**, 07/08 set. 1980, p. 05.

A Federação das Associações de Moradores e Conselhos comunitários do Piauí – FAMCC-PI, fundada em 07 de dezembro/86, é uma entidade democrática, autônoma, de natureza civil, sem fins lucrativos e com sede e foro em Teresina, Capital do Estado do Piauí, que visa defender os interesses, direitos e reivindicações dos moradores de bairros e vilas deste Estado, coordenado as entidades e ela filiadas – Art. 1º do Estatuto da FAMCC.¹⁷⁸

A passagem, além de mencionar a fundação da entidade, chama atenção para o objetivo da Federação na defesa dos direitos dos moradores de vila e bairro, mas, além disso, observou-se que o ano de 1986 foi importante porque marcou o retorno dos movimentos sociais, em virtude da redemocratização do país, de modo que esses podiam expor e lutar pelas causas dos menos favorecidos, pois a entidade, desde a sua criação, se fez presente em vários episódios de ocupação, dentre os quais pode-se destacar a criação da Vila da Paz (1986), Vila Alto da Ressurreição (1996), e Vila Irmã Dulce (1998).

A FAMCC, que surgiu no mesmo ano da ocupação da Vila da Paz, enxergou a possibilidade no contexto da comunidade para forja-se enquanto entidade que organizava as lutas em diversas ocupações espalhadas pelo espaço da cidade de Teresina, e a metodologia desenvolvida por ela foi testada e aprovada, pois os resultados alcançados na Vila foram reproduzidos em situações em diversas partes da cidade, conseguindo essa entidade imprimir uma marca na sua atuação no que tange ao apoio nas lutas por moradia.

De modo semelhante à FAMCC, e reunindo várias organizações, o CEPAC atuou no contexto das ocupações que se deram em Teresina, mas suas ações eram mais direcionada ao suporte e assessoria do movimento popular, no aspecto da concepção teórica e na organização de uma metodologia de trabalho, levando em consideração a formação política dos militantes e reflexão sobre a intervenção cotidiana¹⁷⁹. Além destes, disponibilizavam apoio jurídico, fatos observados na ocupação da Vila da Paz, na qual a entidade assessorou na pesquisa realizada no início da comunidade, bem como empregou a advogada Loisimar Miranda para representar os moradores diante do processo de reintegração de posse.

Assim, o papel assumido por essas entidades na orientação e organização dos moradores frente às demandas que surgiam no cenário das ocupações ou invasões

¹⁷⁸ MEDEIROS, op. cit., 2004, p.65.

¹⁷⁹ MEDEIROS, op. cit., 2004, p.61.

constitui-se como elemento amalgamador, tendo em conta que, no contexto de criação da Vila da Paz, os locais escolhidos para a realização das reuniões se dava nas proximidades da Associação de Moradores dos Três Andares ou no alto de um morro na Vila São José da Costa Rica, locais onde a FAMCC atuou significativamente, pois, nessas assembleias, os sujeitos colocavam em discussão as suas necessidades e as entidades se revestiam de porta voz junto ao poder público, o que pode ser exemplificado por meio de uma carta escrita e assinada por várias entidades, dentre elas a FAMCC e CEPAC, esclarecendo os fatores do déficit habitacional, denunciando o tratamento das autoridades frente a problemática e expondo suas reivindicações, mencionando que:

É diante desta situação que estamos pedindo o apoio de toda a população à justa luta dos sem teto. E conclamamos as autoridades responsáveis a fazerem a opção pela justiça social, democratizando os bens necessários à vida, para que todos tenham acesso aos mesmos. É por isto que fazemos as seguintes reivindicações aos governos Estadual e Municipal: DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS DE CONFLITO; COMPRA DE TERRENOS PARA FUTUROS ASSENTAMENTOS; ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL PARA O NOSSO MUNICÍPIO; PROIBIÇÃO DA REPRESSÃO NAS OCUPAÇÕES; COLOCAR OS DIREITOS HUMANOS ACIMA DOS INTERESSES DOS ESPECULADORES.¹⁸⁰

O trecho realça o cenário de favelização ocorrido na cidade em fins dos anos oitenta e início de noventa, considerando a luta dos sem teto na busca por terra para assim poder ter moradia. O texto ainda chama atenção das autoridades responsáveis para a tomada de posição diante da questão da especulação imobiliária, significada na posse e manutenção de grandes extensões de terras dispostos em locais de alto valor comercial, e destaca em letras garrafais as demandas dos sujeitos que foram forçados a viverem nas condições por vezes sub-humanas das ocupações e invasões, ressaltando a criação de uma política habitacional que de fato assista a população do município, visto que a então praticada pelo governo do Estado não englobava todas as famílias que necessitavam de casas. Por fim, expôs a vontade de se apartar da ação dos especuladores, que apenas procuravam fazer, da luta dos moradores, um degrau para alcançar uma posição política.

¹⁸⁰ Carta Aberta Aos Teresinenses: **A cidade é o povo e o povo exige moradia**. Teresina, 12 Ago. 1987.

Retomando a análise sobre o episódio da recepção do gestor municipal por moradores da Vila da Paz, um segundo aspecto, necessário de ponderação, representa a opinião da população da cidade sobre a ocupação, tendo em vista que a ação dos moradores desencadeou interpretações diversas, próximo a dois anos de eleições municipais, pondo em relevo a situação do clamor popular, que se instalou no entorno daquela comunidade, como a possibilidade de angariar votos para manutenção da sua administração.

Assim, no pleito eleitoral de 1989, o candidato do mesmo partido do então prefeito, Heráclito Fortes, foi eleito com o apoio de Raimundo Wall Ferraz e pela legenda do PMDB, a mesma de Wall Ferraz, que em 1993 retorna ao cargo de gestor municipal, mas já filiado ao PSDB, permanecendo nesse até a morte¹⁸¹, em vinte dois de março de 1995. Nesse sentido, a ideia de angariar votos não apenas foi cogitada pelo próprio chefe do poder municipal, mas também pelos moradores, como é destacado pelo relato do senhor Félix de Paula:

Aí foi uma comissão para receber ele no aeroporto, quando chegaram lá, quando ele desceu o pessoal cercaram. Aí ele era assim meio grosseiro, disse umas grosserias que só tinha aproveitadores e tal. *Mas depois, com raciocínio, aproximando a política*, aí ele quando deu cinco horas da tarde. Chegaram dois secretários dele dizendo que ele tinha mandado dizer que daquela hora em diante ele decretava a desapropriação da terra.¹⁸²

A partir do fragmento é possível compreender que parte da população detinha a consciência do momento vivenciado, haja vista a organização das manifestações realizadas para a solução das demandas daquela parcela que estava a margem das políticas habitacionais.

Nesse sentido, é por meio do êxito alcançado por essa primeira ação reivindicatória, que se desdobraram as demais vitórias, como foi o caso do acesso água e a energia, como pode ser observado na passagem a seguir:

Um grande grupo de moradores da favela Vila da Paz, na zona Norte da cidade, fez ontem uma manifestação pública em Teresina, conduzindo latas, pratos e panelas vazias, com muito ruído para chamar a atenção de toda a comunidade, procurando, dessa maneira,

¹⁸¹ NASCIMENTO, op. cit., 2017.

¹⁸² FÉLIX DE PAULA, op. cit., 2018.

denunciar as péssimas condições em que vivem. A manifestação começou em frente ao prédio da Agespisa, onde os favelados exibiam principalmente latas, protestando contra o não cumprimento da promessa de implantação da rede de esgotos e água canalizada para todos.¹⁸³

A partir do trecho jornalístico é possível perceber o elemento aglutinador que se desenvolveu no entorno daquela comunidade, uma vez que o cotidiano desses sujeitos era marcado essencialmente pela luta de qualquer estrutura que lhe possibilitasse um viver digno. Assim, a maneira encontrada para amenizar as faltas era demonstrar a toda a sociedade a sua insatisfação, bem como, de maneira implícita, evidenciar a sua pressão política. Deste modo, a forma adotada foi sair em manifestação até o prédio da Agespisa.

A fotografia a seguir estampa os ocupantes com baldes e latas fazendo barulho, com o intuito de chamar a atenção das autoridades responsáveis pelo fornecimento de água, na qual se nota a presença de muitas mulheres e crianças com trajés condizentes ao seu poder aquisitivo.

Imagem 02: OCUPANTES DA VILA DA PAZ FAZENDO MANIFESTAÇÃO EM FRENTE AO PRÉDIO DA AGESPISA



Fonte: Apareceu na Imprensa, Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC, imagem retirada do jornal O Dia, 07 jul. 1987. Acervo Memorial Padre Pedro Balzi.

Sobre o episódio a moradora Antonia Rodrigues relembra que:

¹⁸³ VILA DA PAZ... *Correio do Piauí*, 07 jul. 1987, p.05.

[..]Mas foi debaixo de manifestação nós fomos à Agespisa era interessante, eu lembro as crianças todas sujas de poeira (risos) menino buchudo de verme, menino tudo, nós levamos todo mundo, esses meninos quando chegaram na Agespisa tinha umas piscinas de água que jorravam uma água assim (gesto com a mão) esses meninos se banhavam (risos) deixaram toda suja e as mulheres com panelas na mão batendo e tudo e tudo e tudo, vieram botar água.¹⁸⁴

A noção de força coletiva já se encontrava presente nas ações dos moradores, o que também é lembrado no fragmento anterior, denotando que, nos primórdios da comunidade, estabeleceu-se toda uma relação de proximidade entre os moradores, condição que se entende semelhante aos enlaces destacados nos estudos de Benilton Torres de Lacerda, sobre o início do Conjunto Habitacional Parque Piauí em Teresina no fim dos anos setenta, ao observar que:

No bairro, inúmeras vezes, as relações pessoais precedem ao novo lugar de morada, sendo que outras vezes os laços de vizinhança são fomentados logo no início da construção da moradia, pois a ocupação da área é feita em parceria de espontaneidade recíproca, e, muitas vezes, por troca de serviços e favores, tecendo uma relação de cumplicidade que vai se costurando no dia a dia.¹⁸⁵

Em sua luta pela permanência nos espaços da ocupação, os primeiros moradores da Vila tiveram que enfrentar algumas acusações levianas de agentes da prefeitura de Teresina, a exemplo do que foi denunciado pela fala da presidente da associação de moradores do bairro Três Andares, a senhora Maria do Carmo Silva, em matéria do jornal *O Dia*, ao destacar que: “não adianta a prefeitura dizer que a maioria das famílias é composta de aproveitadores, pois pessoas com outros interesses não tentariam viver em um local, como mostra a situação precária de existência dos moradores”¹⁸⁶. Essa foi a postura inicial adotada pelo poder público, em desclassificar os sujeitos que participaram da ocupação e que não possuíam um teto próprio, na tentativa de mascarar as reais condições das políticas habitacionais no município, que não conseguiam responder adequadamente às demandas da população.

A postura, tomada pelas autoridades responsáveis, muito recaiu na relação que se estabeleceu entre os ocupantes e as entidades que organizavam as manifestações na

¹⁸⁴ BARROS, op. cit., 2018.

¹⁸⁵ LACERDA, op. cit., 2013, p.12.

¹⁸⁶ FAVELADOS da Vila da Paz... *O Dia*, 21 jan. 1987, p. 07.

comunidade, pois, como dito anteriormente, existia a possibilidade de os sujeitos enxergarem naquela luta a ascensão política, bem como não se pode negar a chance da existência de pessoas que possuíam moradia e tinham interesse apenas em comercializar uma possível área conseguida. No entanto, os limites das fontes consultadas não permitem identificar ocupantes com essa intenção. Por outro lado, a possível existência não permite que as autoridades públicas, estas também responsáveis pelo acesso à moradia para população mais vulnerável da cidade, classifiquem de aproveitadores todo um coletivo de pessoas desamparadas por essas mesmas autoridades.

Nesta mesma passagem, ficam ainda expressas as condições dos espaços encontrados por esses primeiros moradores, tidas como de “situação precária”, o que caracteriza, segundo a entrevistada da matéria, a boa-fé daqueles que promoveram a ocupação do local, motivados pela necessidade de acesso à moradia e não a benefícios outros que o local pudesse promover aos ocupantes.

O que as fontes permitem afirmar é que aquela população, responsável pela ocupação da região, não possuía recursos para adquirir a casa própria, estimulando a ação de ocupar uma área sem as condições de infraestrutura, denunciando a extrema necessidade desta e os limites do Estado em promover políticas de acesso à moradia.

Do mesmo modo, verifica-se, a insuficiência das medidas governamentais com viés habitacional, resultando em uma cidade cujo crescimento se deu de maneira desordenado e permeado de um número significativo de ocupações de terras, o que denota o descompasso da cidade em acompanhar seu crescimento e em oferecer infraestrutura mínima para uma parcela de seus moradores.

A precariedade do local ocupado, por sua vez, também é lembrada por outros moradores, a exemplo da senhora Maria da Cruz Viana da Silva, que, em citação anterior, já frisava que: “quando nós chegamos aqui só era mato, mato, não tinha mais nada só mato”¹⁸⁷, denunciando, assim, a completa ausência de aparelhos urbanísticos que pudessem ser aproveitados pelos ocupantes, e mesmo indicando que a região não se integrava ao conjunto urbano da cidade, reforçando ainda que a Vila da Paz resultou de uma ocupação, e não de uma invasão, como quis impor um dos supostos proprietários do terreno, tendo em vista as condições de abandono que se encontrava a área, requerida em ação de reintegração de posse.

¹⁸⁷ SILVA, op. cit., 2017.

Foi nesse contexto que as famílias unidas procuraram se organizar para rechaçar o despejo do terreno no ano de 1987, impetrado por Cícero Leôncio Pereira Ferraz, magistrado, residente e domiciliado em Fortaleza, posto que o juiz Ozires Neves da 5ª vara cível do Tribunal de Justiça do Piauí determinou o dia 05 de janeiro de 1987 para a execução da ordem. Contudo, os ocupantes não atenderam a decisão judicial, o que implicou no pedido do oficial de justiça alegando falta de segurança e solicitando um contingente de cem policiais do batalhão de choque para nova data, no dia 13 de fevereiro do mesmo ano.

Sobre o episódio das tentativas de execução da ordem de despejo dos moradores da Vila da Paz, e em contraponto aos estudos de José de Sousa Martins, entende-se que,

Não raro, o dramático momento da chegada do oficial de justiça e da polícia para despejar a família do posseiro e demolir sua precária casa e a cerca, onde houver, é o primeiro contato com as instituições do país e, na imensa maioria dos casos, é o primeiro contato com a instituição da justiça e com a lei. A lei e a justiça lhe chegam para assegurar direitos de outrem e para privá-lo, portanto, dos direitos que supunha ter.¹⁸⁸

A situação foi exatamente essa descrita no trecho, quando os ocupantes da Vila se viram diante dos policiais e do oficial de justiça quando iniciaram a ação de despejo, considerando que muitos ali estavam à margem do acesso à moradia, um bem tido como essencial, e o que se esperar do acesso a uma justiça que historicamente privilegia o interesse de poucos em detrimento da maioria. Além disso, dispensam prerrogativa aos seus pares, posto que, no caso em questão, o requerente da posse também exercia cargo no poder judiciário no vizinho estado do Ceará, na cidade de Fortaleza, aliado ao fato de, segundo o relato da moradora Antonia Rodrigues, este ser primo do prefeito de Teresina, ao lembrar que, “aqui o dono era o Cícero Ferraz primo de Wall Ferraz entendeu? E o que que acontecia com esse terreno aqui?! [...] esse terreno estava todo em litígio o dono estava com todos os tributos atrasados foi por isso que a gente conquistou mais rápido o terreno”¹⁸⁹. Dessa forma, entende a moradora, o suposto proprietário poderia ter usado a sua influência para conseguir o parecer favorável e manter a posse do terreno.

¹⁸⁸ MARTINS, op. cit., 1998, p. 676.

¹⁸⁹ BARROS, op. cit., 2018.

Diante dessa situação, os ocupantes que ali residiam se uniram para resistir e continuar naquele local, pois, como destacado na imprensa local, “Há vários meses a comunidade vem se mobilizando para que o governo desapropriar a área. No último dia 3 de dezembro [de 1986] houve uma passeata com mais de 500 pessoas para pressionar o juiz a rever a sua decisão”¹⁹⁰. Contudo, os moradores não tiveram êxito com a mobilização, e o medo e receio de serem expulsos daquela localidade tornava-se cada vez mais presente.

Nessa oportunidade, os moradores procuraram apoio também junto à Secretaria Municipal do Interior e Assuntos Especiais, presidida pelo advogado Acilino Ribeiro, que desenvolveu importantes ações no contexto de ocupação da Vila da Paz, não somente na condição de secretário da prefeitura, mas de apoio e orientação aos moradores na criação da associação de moradores da Vila, bastante atuante em seus anos iniciais. Diferente do contexto atual a associação da comunidade perdeu representatividade, dado que o cenário se modificou, justamente pela ação reivindicatória dos primeiros moradores, para o alcance, junto ao poder público, das melhorias para o lugar.

O papel desenvolvido pelas associações foi combalido pelo sentido dado por parte dos presidentes, transformando-a em uma espécie de degrau a carreira política, fato observado pelo senhor Félix de Paula, participante ativo da associação da Vila da Paz, ao destacar que:

Aí, geralmente aquele líder que se apresenta como líder tem um interesse político. Aí a associação não funciona porque digamos. Aqui hoje não se consegue praticamente mais nada. Porque depois que chegou uma certa infraestrutura; água, luz, calçamento, asfalto, comércio essas coisas todas, aí o pessoal se acomoda. Quando não tem o pessoal convoca uma reunião vem todo mundo. Mas hoje em dia digamos se anuncia uma assembleia geral hoje ou amanhã, aparecem só três ou quatro pessoas.¹⁹¹

O relato do morador realça a pouca participação dos moradores nas ações da associação, especialmente depois de conseguido os serviços essenciais para o espaço da Vila, o que destaca o comodismo. Além do mais, ainda segundo o morador, muitos sujeitos que iniciaram a ocupação não residem mais na comunidade. Assim, para acompanhar as associações, dado o seu poder de manifestação em específicos

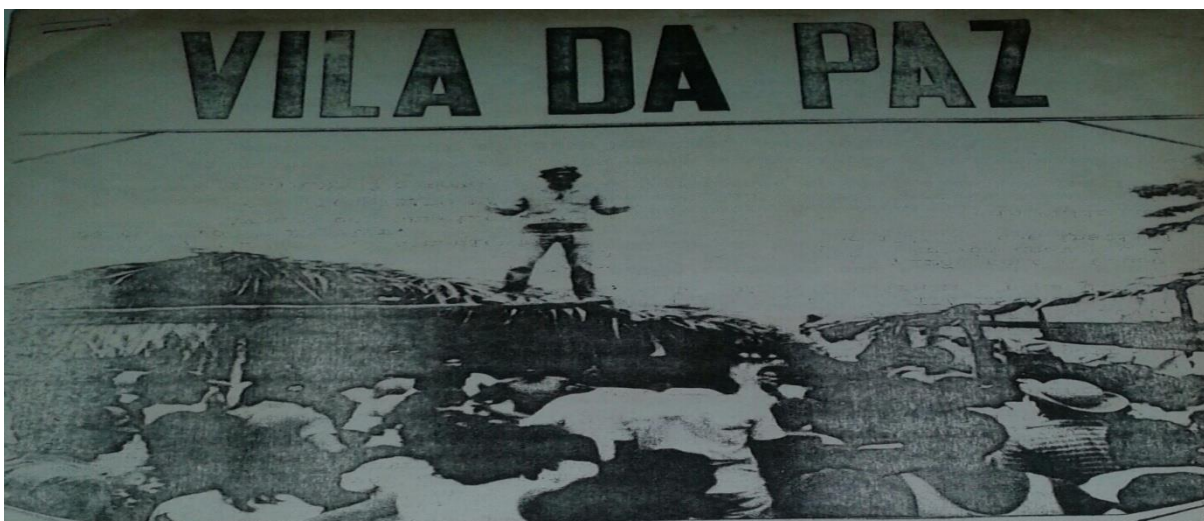
¹⁹⁰ TUMULTO e prisão na tentativa... **O Dia**, 13 fev. 1987, p. 07.

¹⁹¹ FÉLIX DE PAULA, op. cit., 2018.

momentos, a administração municipal lança o Orçamento Popular, em que a comunidade elege as demandas e a prefeitura dá os encaminhamentos para atendê-las.

A presença de Acilino Ribeiro nos anos iniciais da criação da Vila construiu-se de forma relevante, tendo em vista a sua postura na organização e no incentivo aos moradores, pois os entrevistados destacaram a participação de Acilino no apoio e orientação dos primeiros moradores para resistirem e lutarem na busca pela moradia, tendo este exposto suas ideias numa espécie de carta aos moradores da Vila, momento este capturado pelo registro fotográfico a seguir, no qual se pode compreender como se construiu a representatividade acerca da figura do sujeito.

**Imagem 03: ACELINO RIBEIRO DISCURSANDO NO INÍCIO DA OCUPAÇÃO
DA VILA DA PAZ**



Fonte: Memorial Padre Pedro Balzi.

Uma fotografia, fragmento de um dado tempo cristalizado *ad aeternum* e eivado de interesses e consequências, é passiva de diversas interpretações que influenciam na construção da memória dos sujeitos, o que não foi diferente acerca de Acilino Ribeiro no contexto de criação da comunidade. Na imagem, observa-se Acilino discursando para os muitos moradores que o registro conseguiu capturar, em cima de uma casa coberta de palha, o que informa bastante sobre o seu engajamento na luta pela conquista e consolidação da Vila, bem como percebe-se ainda a atenção com a qual os moradores assistiam o discurso proferido por ele, que escolheu o lugar mais alto de modo que se pressupõe a presença de um grande número de pessoas, mas esse engajamento também poderia ser visto como uma forma de oportunismo político. Na ocasião ele falou ao

povo, nomeando o texto escrito por si mesmo de “Manifesto aos bravos companheiros de luta da Vila da Paz”, no qual menciona que:

Após tantos dias de luta e de momentos difíceis, a vitória foi uma conquista dos que hoje formam a comunidade da Vila da Paz. Sem ter para ir nem onde morar, cada família lutou como pode e venceu. Juntos acima de tudo, a vitória dos moradores da Vila da Paz foi uma conquista dos que acreditavam na força do povo e na solidariedade humana. [...] Será através da Associação, do Grupo de Jovens, Clube de Mães, Grupos de Idosos e outras entidades que devem surgir que faremos da Vila da Paz uma grande comunidade, solidária e unida. Por isto é que por este manifesto peço a todos os companheiros que comigo lutaram, que fortaleçam as entidades participando de suas Reuniões e Assembleias. Na luta é onde o povo tem VOZ E VEZ.¹⁹²

No trecho exposto, Acilino chamou atenção para as formas de organização, e conclamou a participação dos moradores para fortalecer as entidades, uma vez que não se pode desconsiderar a atuação dessas no contexto de criação da Vila da Paz e de muitas outras vilas ou favelas na zona sul, no fim dos anos oitenta e início dos noventa. Desta forma, a representatividade das entidades foi destacada no Censo de Vilas e Favelas do ano de 1996, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 06 - FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NAS VILAS/FAVELAS

ZONAS	QT. ÁREAS	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO															
		Ass. Morad.		Cons. Comum.		Com. Morad.		Clube Mães		Gr. Jovens		Gr. Esportivo		Gr. Idosos		Gr. Religioso	
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Leste	48	12	25,00	2	4,17	3	6,25	3	6,25	6	12,50	7	14,58	0	0,00	2	4,17
Sudeste	28	20	71,43	0	0,00	1	3,57	1	3,57	1	3,67	2	7,14	1	3,57	0	0,00
Sul	48	42	87,50	6	12,50	1	2,08	8	16,67	8	16,67	5	10,42	3	6,25	2	4,17
Norte	20	14	70,00	1	5,00	0	0,00	4	20,00	2	10,00	2	10,00	1	5,00	0	0,00
Centro	05	4	80,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	40,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	149	92	61,75	9	6,04	5	3,36	16	10,74	17	11,41	18	12,08	5	3,36	4	2,68

FONTE: Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social. Censo das Vilas e Favelas de Teresina. Pesquisa Direta set/95 – mai/96.

Analisando os números apontados na tabela, observou-se que a zona sul se destacou no número das formas de organizações, com 87,5% na quantidade de associações de moradores, seguido pelo grupo de mães, de jovens e idosos, sendo que nas três últimas formas chama atenção para a forte presença da Igreja Católica nos bairros, vilas e favelas da zona que mais crescia no final dos anos oitenta.

¹⁹² RIBERIRO, Acilino. **Manifesto aos bravos companheiros de luta da Vila da Paz**, 1987.

Nessa perspectiva, na ação de despejo dos ocupantes da Vila da Paz, os moradores puderam contar com o apoio da Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí – FAMCC e ao Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC.

Sobre o episódio da tentativa de execução de despejo dos moradores da Vila da Paz, a imprensa local destacava:

A operação de despejo foi suspensa, após negociações dos advogados com o comando da tropa. Hoje à tarde, a comissão de negociação composta pelos advogados Losimar Miranda (Cepac), Edilson Farias e o secretário municipal do interior e assuntos especiais, Acilino Ribeiro, além da líder da comunidade, Maria do Carmo Silva, vai se reunir com representantes do governo para tentar uma solução para o problema.¹⁹³

Esses eventos marcaram de forma profunda as memórias dos moradores envolvidos, tornando-se oportuno destacar as formas nas quais estes significaram os momentos de resistência pelo acesso ao direito à moradia, a exemplo do que relembra o senhor Félix de Paula, ao destacar que, “Houve um pedido de reintegração da posse, então quando a justiça autorizou a reintegração da posse, aí houve uma luta muito forte do povo resistindo pra não sair”¹⁹⁴.

Uma das ações de resistência se configurou, segundo pesquisa aos jornais da época, por meio de mobilização até o tribunal de justiça a fim de que o juiz que deferiu o pedido voltasse atrás na sua decisão a favor da população. Além desse expediente, os moradores valeram-se mesmo de táticas de rebeldia pacífica, de forma a evitar o confronto direto com as forças policiais, como também destacado pelo morador:

Não, não foi violenta porque, como se diz a polícia não veio com... A justiça, os oficiais de justiça e um grande contingente de policial. Mas não houve assim violência de espancaram ninguém não, por que nós... quando os oficiais de justiça, eles vieram de maneira até educada, mandando que o pessoal saísse das casas, saíssem e tirassem os objetos das casas, aí eles tiravam as cadeiras, mesas e botavam no meio da rua e desocupassem as casas. Mas nessas alturas um pessoal se reuniu, teve algumas pessoas que orientou, que quando eles entrassem em uma casa que tirassem os objetos cadeira mesa, botava na rua, aí eles iam pra outra casa vizinha, o pessoal se reunia todinho e botava dentro das casas de novo. Aí o pessoal começou a resistir. Aí

¹⁹³ TUMULTO, op. cit., 1987.

¹⁹⁴ FÉLIX DE PAULA, op. cit., 2016.

começou a chegar aquelas entidades de base, como a Famcc o Cepac, e tudo era entidade que organizava lutas, aí houve essa resistência. Aí quando chegou um certo momento, que eles acharam que o negócio estava muito “inflamado”, eles pediram reforço, aí chegou muito reforço da polícia militar que chegou até a congestionar aquela área da rodoviária, que digamos congestionar o trânsito. Mas o pessoal continuou resistindo.¹⁹⁵

No depoimento do morador, sobressai-se a consciência de suas fragilidades frente à autoridade do Estado, materializado no evento pela presença do oficial de justiça e da polícia, mas também suas táticas de resistência não violenta e de importantes aliados em sua luta, a exemplo da FAMCC e do CEPAC, como já mencionado, que desenvolveram importantes papéis na organização da luta pelo acesso à moradia na comunidade, sobretudo nesse momento de tensão entre os ocupantes e a força policial, orientando para o não enfrentamento.

Por outro lado, a imagem pacífica da tentativa de despejo não era compartilhada por todos, pois, como destacado por periódico à época, a ação de desapropriação promoveu ações violentas durante a tentativa de reapropriação de posse, como se pode perceber no fragmento a seguir:

Ânimos exaltados, duas pessoas presas e vários casos de desmaio foi o resultado da ação das policias civil e militar na Vila da Paz, numa tentativa de executar a ordem de despejo das famílias que construíram a favela. A confusão começou por volta das 9 horas, policiais armados, alguns deles de escopetas, tentou expulsar do terreno as 800 famílias que hoje ocupam a área”. De acordo com a líder da comunidade, Maria do Carmo Silva, a violência poderia ter sido contida caso os policiais não tivessem invadido as casas obrigando a retirada dos moradores. A população resistiu a ação da polícia sob as palavras de ordem como “O povo Unido Jamais será Vencido”.¹⁹⁶

O texto jornalístico noticiou por outro ângulo, o que o entrevistado, anteriormente considerou como não violento, ao passo que a ação de despejo contra os ocupantes da Vila gerou diferentes interpretações e também atritos significativos, uma vez que a violência pode ser entendida de variadas formas, não somente o fato de a força policial ter invadido a casa dos ocupantes e obrigá-los a sair de um lugar construído com todo o esforço possível. Deixa ainda visível a importância da área

¹⁹⁵ FÉLIX DE PAULA, op. cit., 2016.

¹⁹⁶ TUMULTO, op. cit., 1987.

ocupada para aquelas pessoas, que, mesmo sobre a ameaça do constrangimento físico, resistiram à força do Estado, motivados pelo sonho da moradia ou pelo desespero de não ter para onde ir.

As imagens a seguir mostram a presença dos policiais e a ação dos ocupantes na retirada dos poucos moveis que possuíam.

Imagem 04: A AÇÃO POLICIAL NA REINTEGRAÇÃO DE POSSE



Fonte: Os moradores da Vila da Paz... **O Dia**, 14 fev.1987, p.03.

Imagem 05: MORADORES NA RETIRADA DOS MÓVEIS E OBJETOS



Fonte: Tumulto e Prisão... **O Dia**, 13 de fev.1987, p. 07.

As imagens permitem observar as condições do terreno, no qual as casas foram construídas em cima de pequenos morros. Percebe-se ainda a presença de algumas crianças que observavam atentamente a ação das pessoas tirando as coisas de dentro das casas, pois a memória também se constrói diante de situações traumáticas e que a todo momento são (re) significadas a luz do presente, condição esta notada no relato da moradora Maria da Cruz Silva, que compara a ação de despejo às situações de conflito no Estado do Rio de Janeiro. Segundo esta destaca, sobre a ação dos policiais:

Eu achei violenta, porque se a gente dissesse alguma coisa eles batiam na gente, porque eles chegaram derramando tudo que achavam pela frente, querendo derrubar as casas, aí só porque o pessoal, quando eles entraram, quando eles começaram agir desse jeito, o pessoal da associação estavam logo aqui, aí veio esse homem que era vereador, não sei, eu sei que ele alguma coisa aí da política, aí foram chamado muitos canais de televisão também, aí minha filha tava igual o Rio de Janeiro, pegando fogo. Aí eles não bateram no povo, mas foram muito truculentos. Estou te dizendo, meninozinho chorando, panelazinha no fogo na lenha. A gente ia buscar água longe e eles ainda derramavam, eles derramaram os tambores da casa da Kátia todinho cheio d'água, minha filha o bicho era ignorante pra danar, e não era pouco não era muito, muito, era de cavalo, de carro porque carro não entrava muito,

porque não tinha muita rua, mas era montado nos cavalos, passava e metia o pé assim [gesto com o pé].¹⁹⁷

A partir do relato da moradora, é possível atentar para o contexto da ocupação, bem como a condição dos ocupantes que cozinhavam a lenha, pondo em visibilidade a situação social que se vivia e evidenciando a falta do poder aquisitivo daquela população, que estava inserida no cenário de uma cidade de médio porte, onde o maior empregador é o poder público, e que passava pelo momento de transição no sistema político que se refletia no setor econômico, visto que Teresina passou por uma crise de abastecimento, com a escassez dos principais gêneros alimentícios.

A fala da entrevistada ainda deixa claro a atitude truculenta dos policiais, que trataram de derramar os reservatórios de água, que eram conseguidos com esforço, pois os ocupantes iam buscar água no rio Poti, na Vila Costa Rica, no Conjunto Júlia Maione ou mesmo na grota onde os moradores encontraram ou escavaram pequenos minadores.

Os policiais estavam seguindo as ordens do juiz Aldemar Soares Lima da 4ª vara civil em exercício na 5ª, que determinou ao oficial de justiça que, na execução da reintegração de posse, fosse efetivada a destruição de construções ou plantações feitas no terreno, deixando evidente a decisão final da total retirada dos ocupantes do terreno que se tornaria a Vila da Paz.

A partir dos relatos dos moradores, surge um ponto interessante a ser destacado: a questão de como os diferentes sujeitos encaram e interpretam os mesmos acontecimentos. Para o senhor Félix, a ação da polícia não foi violenta, enquanto que para a senhora Maria da Cruz, foi violenta, de modo que é importante compreender o quanto um determinado acontecimento assume diferentes interpretações. Entende-se que os sujeitos não têm ou podem não ter concepções iguais sobre os eventos, mas que essas diferenças ou semelhanças constituem-se em importantes elementos de discussão, possíveis de serem percebidas por meio das análises construídas a partir do uso da metodologia da História Oral.

Transcorridas poucas horas do início do movimento de despejo e de luta pela permanência naquela localidade, o prefeito da capital, sob o efeito da opinião pública e pela pressão exercida pelo grande número de manifestantes que foram recebê-lo, volta atrás da decisão de não negociar com os ocupantes, e decretou a desapropriação da terra em favor dos moradores da Vila, como se pode observar em periódico da época:

¹⁹⁷ SILVA, op. cit., 2017.

O prefeito Wall Ferraz assinou ontem à tarde decreto desapropriando a área em que se formou a “Vila da Paz”, nas imediações da rodoviária de Teresina, e na próxima segunda-feira entra com uma petição na justiça requerendo a sustação da liminar que concede a ação de despejo na favela. “A prefeitura envidará todos os esforços no sentido de que aqueles que não tenham teto não sejam expulsos do local em que se encontram”, garantiu Wall Ferraz, assegurando, ainda, que lutará até o último instante para que o ato da justiça seja suspenso e as famílias necessitadas de moradias não sejam despejadas.¹⁹⁸

No fragmento, é possível observar que o despejo dos moradores da Vila era um movimento dado como certo, matéria vencida nos tribunais, mas que ganha novo capítulo com a interferência do poder municipal que, personificado na figura do prefeito da capital, assume-se como defensor das “famílias necessitadas de moradia”. Desta forma, no dia 16 de fevereiro de 1987, a prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, determina o decreto lei nº 917, de 13 de fevereiro do mesmo ano, desapropriando toda área para as 814 famílias que ocupavam o terreno.

A ação do poder municipal sobre o decreto lei foi baseada no art. 5º, letra i e art. 6º, do Decreto-lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com uma nova redação dada pela lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, razão pela qual o poder judiciário é vedado a apreciar o mérito da desapropriação por utilidade pública. Além disso, o prefeito teceu vários argumentos para a desapropriação, dentre os quais pode-se destacar: o litígio que envolvia o terreno, a competência de o poder público municipal planejar a ocupação do solo urbano, a existência de mais de 800 famílias, e a extrema necessidade de solucionar a problemática dos posseiros do terreno. Dessa maneira, a autoridade municipal desapropriou o terreno correspondente a 41, 50, 44 ha (quarenta e um hectares, cinquenta ares e quarenta e quatro centiares).

Assim, ocorre a desapropriação, com a conseqüente indenização, que foi oferecida no valor de Cz\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados) sob alegação de que o terreno não estava registrado na Prefeitura Municipal de Teresina, além de justificar o preço por se tratar de uma área de difícil recuperação, tendo em vista a existência de imensas crateras. Com esta decisão, o prefeito estava dando seguimento a uma atribuição de sua pasta no tocante ao uso do solo do município e das formas de acesso à moradia de seus munícipes. Por outro lado, o evento permitiu ao prefeito capitalizar

¹⁹⁸ WALL desapropria toda a área...**O Dia**, 14 fev. 1987, p. 03.

importantes dividendos políticos entre os moradores da região e que se refletiu em eleições posteriores.

É possível, ainda, notar que o prefeito tinha o conhecimento do déficit habitacional que vivia a capital, e que por isso resolveu assegurar a permanência das famílias naquele local, atendendo um anseio imediato, evitando que o problema migrasse para outras áreas da cidade e protelando a necessidade de intervenções imediatas no tecido urbano da cidade, mesmo sem a menor infraestrutura na região, que por muito tempo permaneceu da mesma forma, integrando de forma artificial e improvisada os primeiros moradores da Vila da Paz à cidade de Teresina.

3.2 E a Vila se transforma

Conquistado o direito à terra, mediada por esforços dos moradores e conveniências políticas, muito ainda teria que ser conquistado no que se refere ao acesso a aparelhos urbanísticos que pudessem integrar seus moradores ao restante da cidade e oferecer-lhes o mínimo de comodidade no espaço recém conquistado. Essas novas conquistas, no entanto, têm tardado a chegar ou têm chegado de forma vagarosa aos seus moradores, fruto, por um lado, da topografia acidentada da região, por outro, do pequeno empenho político em resolver os desafios enfrentados pelos moradores da Vila.

Todavia, deve-se ressaltar que, com a desapropriação da área e a regularização dos lotes que compunham a Vila, seus moradores puderam dar início a outras conquistas, pessoais e coletivas, como o acesso ao direito sucessório sobre os lotes conquistados e a financiamentos bancários, importantes à melhoria das moradias. Em paralelo, aparelhos e serviços públicos começaram, mesmo que timidamente, a compor a paisagem urbanística da Vila, beneficiando seus primeiros moradores. Nesse sentido, na seção procurou-se analisar de que forma o poder público foi interpelado para dotar a Vila de estrutura e aprimorar a já existente, e como se deu a ação do mesmo no espaço e de que modo os moradores foram pensados no desenvolvimento de tais ações.

Dessa forma, tão logo garantida a posse dos lotes, repetidas e novas reivindicações foram postas em marcha, na procura de sanar as lacunas deixadas por um nascimento não planejado, mas necessárias a consolidação da Vila da Paz como parte

integrante dos espaços urbanos da Capital e que encontrou na mobilização e ação coletiva de seus moradores os fundamentos da organização e distribuição dos espaços da Vila. Os próprios grotões, córregos d'água que percorrem todo o interior da Vila, foram transformados, pela reivindicação de seus moradores, em local de caminhadas e trânsito de pedestres, demarcado pelo uso por parte da organização espacial do local e lhe ressignificando valor, ao ser transformado como local de prática de exercício e de construção de novas sociabilidades, mesmo ainda com a permanência dos esgotos a céu aberto, como se observa na imagem.

Imagem 06: VISTA DE PARTE DA URBANIZAÇÃO DO GROTÃO DA VILA



Fonte: Foto de Vitor Eduardo Sampaio dos Santos, acervo pessoal, 2018.

Neste processo de definição dos espaços da Vila, o papel da Igreja católica se fez manifesto por meio de seus representantes e, de forma especial, por meio da presença do padre suíço Pedro Balzi, responsável por importante obra de evangelização, idealização e construção de igrejas e escolas na região.

A importância de Padre Pedro Balzi, ainda desconhecido dos moradores e da cidade no início da formação da Vila, já era destacada pela imprensa na época, que dava conta mesmo de episódios de desentendimentos do Padre com traficantes de drogas na região da Vila da Paz, como destacado no fragmento a seguir:

Revoltado porque o padre da paróquia da Vila da Paz, o suíço Pedro Balzi, está evangelizando a comunidade reduzindo o número de viciados em drogas, o traficante Lourenço Ribamar da Silva, mais conhecido por “Legal”, residente na rua do Fio, número 2238, naquele bairro, afirmou que irá matá-lo, mas terminou sendo preso por policiais lotados na delegacia do 13º Distrito e conduzido para a Delegacia.¹⁹⁹

¹⁹⁹ PADRE da Vila da Paz é... **Diário do Povo**, 24 set. 1993, p. 08.

Por meio do fragmento, percebeu-se um outro desafio enfrentado pelos moradores, a presença do consumo de entorpecentes, ampliando o rol de problemas da recém-nascida Vila. Por outro lado, como é apresentado na matéria, o trabalho do Padre em afastar os adolescentes da marginalidade, por meio da educação e da evangelização, salienta a presença de agentes desejosos de ajudar na construção da nova comunidade, na qual a presença do próprio Padre e da Igreja Católica se fizeram importantes para a constituição desse lugar, enquanto espaço de morada. Desta forma, é possível apreender a relevância da Igreja Católica, por meio do trabalho sacerdotal e educacional levado à frente por Padre Pedro Balzi, na conformação da organização espacial e infra estrutural da Vila.

Iniciado o processo de estruturação da Vila, com a chegada dos primeiros aparelhos e serviços públicos, o aprimoramento e novas demandas foram sendo abertas e os contornos e cores da Vila da Paz foram sendo definidas e, em meio a esse processo, o trabalho da Igreja Católica assumiu papel de destaque na mediação entre o Estado e as demandas da comunidade, configurado na pessoa do Padre Pedro Balzi.

A própria presença da Igreja já sinalizava para solução de demandas da comunidade, pois, com a construção de duas grandes escolas na região, uma de Educação Infantil, a Creche Nossa Senhora da Paz, e outra de Ensino Fundamental e profissionalizante, Escola Técnica Popular Nossa Senhora da Paz, estas oportunizaram a abertura de várias vagas de emprego, beneficiando pessoas da comunidade e permitindo a circulação de renda. Somado a isso, destaca-se que as escolas ofereciam cursos profissionalizantes à comunidade, fortalecendo a competitividade de moradores da Vila junto ao mercado de trabalho.

Outra consequência da presença da Igreja, com construção de templos, posto médico e escolas, refere-se à necessidade de que fossem providas a chegada de novos serviços públicos, tais como redes de energia elétrica, telefone, sistemas de água e esgoto sanitário. A Vila demandava por aparelhos e serviços públicos e encontrou na Igreja Católica e na figura do Padre Pedro Balzi importantes elementos promotores e catalisador de ações para chegada destes, pois, como ressalta Josélia Alves de Paula, uma das moradoras da região acerca do trabalho do Padre,

Ele começou a morar aqui com a gente, fundou a paróquia, aqui a paróquia Nossa Senhora da Paz, fundou as Igrejas, fez mesmo a Igreja, comprou vários terrenos aqui, e foi fazendo as obras sociais que são as escolas, as creches, o posto de saúde, toda essa estrutura

que a gente tem aqui hoje foi ele que fez, em convênio com a prefeitura, a prefeitura paga os funcionários, faz a manutenção do material, mas assim tudo foi por ele, tudo foi iniciativa dele. Então a gente tem esse orgulho muito grande de participar dessa história, de ter feito parte dessa história. E além assim do bem material, escolas pra criança, quase 4 mil alunos, entre o ensino infantil até o ensino médio. Além disso, a questão da fé, ele cultivou a gente a participar da Igreja, dos grupos da comunidade.²⁰⁰

Por meio do fragmento, pode-se perceber a importância do Padre sobre para a comunidade, uma vez que este promoveu a construção de todo um conjunto arquitetônico na região que demarca, até os dias de hoje, a espacialidade da Vila, influência esta que, além do religioso, extrapola para seus aspectos sociais e políticos.

No entanto, torna-se necessário destacar que a conformação dos espaços urbanos, a exemplo do que se pôde perceber no presente estudo, se dá por meio do diálogo, muitas vezes tenso, entre os personagens envolvidos, assumindo o Estado papel de destaque como promotor de políticas públicas, como bem destacados nos estudos de Corrêa,

A evolução da favela, isto é, a sua progressiva urbanização até tornar-se um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infraestrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros. Esta urbanização, contudo, desencadeia uma valorização que acaba por expulsar alguns de seus moradores e atrair outros.²⁰¹

A importância do Estado como agente transformador quando provocado pela sociedade civil organizada. Por outro viés, no entanto, denuncia o fato de que nem todos podem ser mantidos no espaço em transformação. No caso em estudo, essa condição pôde ser percebida com o deslocamento de famílias para outras partes da Vila, e mesmo para outras regiões da cidade, para dar lugar as obras de urbanização dos espaços, gerando a desterritorialização de sujeitos, que perderam suas ligações afetivas e profissionais com o espaço construído.

²⁰⁰ PAULA, Josélia Alves de. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**. Teresina 26 jun. 2017, na residência dos pais da entrevistada. Ela é casada tem cinco filhos foi professora na Creche Nossa Senhora da Paz, faz parte do coral da Igreja Nossa Senhora da Paz, e manteve uma relação próxima de amizade com o padre Pedro Balzi.

²⁰¹ CORRÊA, op. cit., 2004, p. 31.

Entendido como mal necessário, resultante do imprevisto de seu nascimento, a Vila expulsou parte de seus próprios filhos para, em discurso, beneficiar uma maioria, gerando traumas, ressentimento e mesmo resistência que, em sentido amplo, ajudam a compor sua história e sua paisagem. Assim, recua-se na temporalidade para discutir uma das primeiras ações que procurou acolher as demandas da comunidade, quando o poder municipal instituiu o projeto Vila-Bairro.

Os espaços da Vila, então, começaram a se transformar, ganhando novos contornos e “um endereço na cidade”²⁰², inserindo-se nas agendas dos poderes do Estado, que inicia, em fins da década de 1990, um conjunto de políticas públicas que afetou o cotidiano e a cartografia da região, no contexto de criação do programa Vila-Bairro, beneficiando parcela dos moradores da Vila da Paz.

O programa previa a melhoria de vilas e favelas da cidade, buscando atingir um padrão mínimo de urbanização, construindo casas, saneamento básico, calçando ruas, entre outras ações. Proposto na primeira gestão do prefeito Firmino da Silveira Soares Filho (1997-2000), que procurou seguir os modos de fazer de Wall Ferraz, o programa, como observado por Lima, foi,

Concebido para ser o marco de sua 1ª gestão, o Projeto Vila-Bairro (criado pelo dec. Nº 3.344 de 7.1.1997) compunha com outras proposições, como a revitalização do centro e o Projeto Lagoas do Norte, um conjunto de propostas de intervenção no espaço urbano, tendo sido essa a iniciativa que se concretizou e a que produziu maior apelo popular por se tratar de uma ação direta, ampla e simultânea em diferentes favelas da cidade, produzindo um forte efeito-demonstração capaz de garantir a continuidade do PSDB na Prefeitura, através da eleição de seu sucessor para o período 2005/2008. A proposta original do projeto Vila-Bairro traz como principal justificativa a necessidade de responder, com ações concretas e eficientes, ao profundo quadro de empobrecimento da população urbana. Focalizando a ação em 155 áreas.²⁰³

Observa-se, pelo fragmento, que a questão dos espaços urbanos da cidade de Teresina despontava como um sério problema a ser enfrentado e reconhecido pelas autoridades municipais que, por meio do Projeto Vila-Bairro, procurava responder à

²⁰² CUNHA, Neiva Vieira da.; MELLO, Marco Antonio da Silva: Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3 - JUL/AGO/SET 2011.

²⁰³ LIMA, Antônia Jesuíta de. **A Atuação de Governos Locais e as Políticas Urbanas no Contexto de Descentralização das Políticas Públicas**. In: II Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania, 2005, São Luís. Anais [II Jornada Internacional de Políticas Públicas]. São Luís: UFMA, 2005, p. 01-10.

demanda, representando o Programa também um símbolo da administração de forma a capitalizar apoio político para continuidade da gestão. Essa condição corrobora, mais uma vez, com Corrêa, que compreende a interferência do Estado no tecido urbano das cidades como resultado das pressões exercidas por seus usuários, ações muitas vezes movidas por interesses eleitoreiros. No entanto, no caso em análise, as intervenções do poder municipal na Vila da Paz se fizeram limitadas, restrita a melhoria de parcela das casas por meio do regime de “mutirão”, no qual a Prefeitura financiava a compra de material para construção de casas com modelo pré-definido e os moradores entravam com sua mão de obra, e a construção de banheiros externos às residências, por meio do mesmo sistema.

A falta de infraestrutura básica para o acolhimento dos moradores da Vila, resultou como consequência do não planejamento do crescimento da cidade, que convulsionava a partir de demandas reprimidas por moradia. Nesse sentido, a reconfiguração dos espaços urbanos na cidade de Teresina, na década de 1980, assume o improvisado como uma de suas marcas, resultando, como destacado nos estudos de Leite, que a “ocupação dos espaços urbanos ocorre de forma rápida e desordenada, não havendo, assim, um planejamento prévio para ocupação do solo urbano, provocando um intenso processo de “periferização” e uma consequente marginalização sócio-espacial”²⁰⁴. A Vila da Paz, objeto da pesquisa realizada, não se desvencilhou à essas características.

Em meio a esse processo de construção e ressignificação do espaço conquistado, os moradores da Vila assumiram o protagonismo das ações, atraindo o olhar dos poderes constituídos e mesmo de agentes da Igreja Católica. Seus moradores interferiram na cartografia da cidade, movidos pelo orgulho do lar conquistado e por diversos outros sentimentos de pertencimento ao novo espaço, e nesse processo de construção, direitos básicos, a exemplo do direito de acesso a água e de comprarem alimentos, figuram entre os desafios enfrentados por seus primeiros moradores, como relembra a senhora Maria da Cruz Silva:

E assim foi aí ficamos, ficamos, aí começou a melhorar, botamos um chafariz aqui, outro acolá. Mas primeiro mesmo nós pegávamos na Costa Rica [bairro próximo], depois da Costa Rica quando nós viemos pegar, nós pegávamos aí na grotta. No fundo daí nessa grotta, aí perto

²⁰⁴ LEITE, Marcos Esdras. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano**: o caso da cidade de Montes. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia [Dissertação], 2006, p. 59.

da Igreja. “E era limpa a água?” era num minador mulher, o minadorzinho, minava água e a gente pegava, pra lavar louça, banhar. Agora pra beber a gente ia pegar na Costa Rica íamos pegar lá no Quatro Rodas [posto de combustíveis], ali bem pertinho do Quatro Rodas, depois vieram e botaram ali bem pertinho onde o Oscar mora. Aí nós íamos lavar roupa lá, se a gente ia comprar alguma coisa, a gente ia na Redenção, ou a gente ia lá no seu Almir [comerciante de conjunto próxima da Vila], o seu Almir já existia, ali por rumo dali. E então a gente ia para o mercado central fazer compra, pra vim com as coisinhas na cabeça nos ônibus. E assim foi melhorando.²⁰⁵

Por meio do fragmento, percebe-se a dificuldade do acesso à água e quais os meios que foram utilizados para o alcance desse bem essencial, e, em meio à narrativa da entrevistada, observa-se, na configuração histórica da Vila, mais uma vez, o protagonismo feminino, pois, segundo o relato oral de duas moradoras, a decisão de participar da ocupação do terreno foi de autoria delas, uma delas chegou a colocar de lado a opinião de oposição do marido e do pai por se tratar, na compreensão deles, de uma ocupação que a qualquer momento poderia ser alvo de despejo, mas que ela resolveu enfrentar mesmo com os riscos da situação, para assim conquistar o sonho de possuir a casa própria. Assim, o protagonismo feminino foi legitimado pelo fato de o poder municipal conceder os títulos de aforamentos no nome das mulheres, assegurando, assim, a estabilidade familiar.

Além disso, o relato chama atenção da extrema inadequação da área ocupada, evidenciada pela falta dos serviços básicos. Para sanar a ausência da água, a moradora menciona que utilizava a água que saía do minadouro, retratado nas imagens a seguir, que permite visualizar a nascente identificada pela empresa responsável pelas obras de urbanização dos grotões. A imagem (a) mostra o minadouro ainda no estágio inicial, enquanto a imagem (b) revela uma nascente misturada às águas dos esgotos que são despejados no grotão, e percorrem o caminho até chegar ao rio Poti, fato que revela a falta de saneamento não somente no espaço da comunidade, mas se trata de uma problemática que atinge toda a cidade.

²⁰⁵ SILVA, op. cit., 2017.

Imagem 07: À ESQUERDA NASCENTE LOCALIZADA POR TRÁS DE RESIDÊNCIA (A). ÁGUA BROTANDO NO SOLO IDENTIFICAÇÃO DO VEIO DE ÁGUA AO LONGO DO VALE (ESQUERDA) E DO VEIO DE ÁGUA DA NASCENTE (DIREITA) (B).



(a)

(b)

Fonte: Projeto Básico do Parque Urbano Linear e Revegetação de Encostas elaborado pela DRZ - Geotecnologia & Consultoria. 2013.

Além disso, a moradora chama atenção para a inexistência do comércio, reflexo da condição financeira dos sujeitos que ocuparam a Vila, bem como da falta de condição para a construção das moradias que, segundo a mesma, foi melhorando e que, como destaca Corrêa, resultam da “resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequado para os outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças”²⁰⁶. Entretanto, pela iniciativa desses primeiros moradores, a cidade passou a mais uma vez se transformar, ganhando novas feições e novas histórias que ainda não se completaram e que ajudam na discussão do que tem se tornado a cidade de Teresina, pois, ainda recorrendo a Corrêa:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes moduladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência

²⁰⁶ CORRÊA, op. cit., 2004, p. 30.

impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade.²⁰⁷

Em sua luta pelo direito à cidade, mediada pelos sonhos e necessidades, os moradores da Vila da Paz assumiram o protagonismo de remodelar uma parcela da cidade e, por meio de suas “táticas do fraco”, como definiu Michel de Certeau²⁰⁸, tornaram-se produtores de sua história e da história da cidade através de suas vivências com o cenário urbano que lhes era possibilitado através do espaço conquistado como local de moradia e de convivência.

Ao longo do presente escrito, procurou-se analisar fragmentos da trajetória histórica da Vila da Paz, destacando os interesses e processos que permitiram sua formação e relação com a cidade, as maneiras como seus moradores experimentaram e sentiram o novo espaço urbano, além de seu protagonismo no diálogo construído com os poderes do Estado e da Igreja Católica.

²⁰⁷ CORRÊA, op. cit., 2004, p. 30.

²⁰⁸ CERTEAU, op. cit., 2004.

4 Um encontro inesperado: padre Pedro Balzi no contexto histórico da Vila da Paz

*“É justo quando um espinho perfura seu coração que você se aperreia por um amigo, um irmão, um conhecido, um parente que sinta o que você sente e lhe estenda a mão”.*²⁰⁹

Quando se está em uma situação desconfortável, busca-se ajuda junto às pessoas que estão em volta, geralmente um conhecido que o venha amparar diante das dificuldades da vida, e que de certa já passou por algo parecido. Às vezes, entretanto, esse auxílio que tanto é preciso surge em meio a um encontro inesperado, em que a mão estendida veio de longe, e tão logo procurou viver nas mesmas condições da recém-ocupação Vila da Paz.

Foi nos versos do poeta que se escolheu apresentar os personagens desse encontro, um, calejado pelos espinhos da vida, e o outro, experiente em amenizar ou transformar as situações difíceis, que se encontraram e resolveram se aproximar, de modo que os ocupantes da Vila da Paz enxergaram no padre Pedro Balzi um amigo que lhes estendeu a mão, no momento mais oportuno.

Nesse sentido, procurou-se analisar a atuação clerical e social do padre Pedro Balzi, buscando tecer uma narrativa que o destacasse no contexto histórico da Vila da Paz, no processo de organização dos espaços e do cotidiano do novo lugar de morada, posto que, na medida em que o seu trabalho se revestia na construção de obras, também forçava o poder público na implantação de certa infraestrutura. Para tanto, entre as fontes utilizadas na tessitura do capítulo, destacaram-se as fontes orais, bibliográficas, hemerográficas, correspondências e fotografias, ao passo que para a análise das fontes buscou-se interlocução teórica com Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Paul Thompson²¹⁰, entre outros.

²⁰⁹ BESSA, Bráulio. **Poesia que transforma**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018, p. 154.

²¹⁰ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Revista dos Tribunais Ltda, 1990.; NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC- SP. 1993.; THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral; 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

O encontro estabelecido entre os dois personagens da configuração histórica da comunidade ocorreu após os ocupantes terem vivenciado o pesadelo da tentativa do despejo. Padre Pedro chegou a Teresina no dia 14 de março de 1987 e no mês de maio se fixa na Vila da Paz, pois, em passagem pela BR 343, observou as condições vivenciadas por aqueles sujeitos, e escolheu aquele lugar recém-criado e marcado pela necessidade para viver os últimos anos de sua vida, desenvolvendo ações no atendimento das demandas da população carente. O momento da sua chegada marcou de forma particular a memória da moradora Josélia Alves de Paula, ao relatar que,

Então ele foi com o bispo, passando ali para área do Dirceu, para escolher, pra ver um lugar pra ficar, e nesse mesmo dia ele viu aqui essa comunidade, como era ali na BR não é, em frente a BR, ele viu e assim [...] se apaixonou por aquela coisa que ele via aqui, aquela gente pobre, aquele povo meio que desamparado. Ele disse para o bispo, que ele gostaria de ficar aqui nessa comunidade, era Dom Miguel na época, aí ele disse, “mas Pedro é tão desconfortável aqui não tem nenhuma casa pronta pra você morar, aí ele disse: não, eu quero ficar é aqui com esse povo, é a esse povo que eu quero servir”, porque realmente o objetivo era dar tudo o que ele tinha pra quem precisava.²¹¹

Por meio do trecho, percebeu-se o contexto refletido aos transeuntes da BR que, no movimento de ida e volta, enxergavam o cenário de pobreza e da falta de infraestrutura, elementos que chamaram a atenção do padre Pedro, haja vista que grande parte do seu sacerdócio foi voltado para amenizar a vida de dificuldades dos mais necessitados. A condição relatada pela moradora, vivenciada pelos primeiros habitantes, é tão extrema que o bispo chega a questionar a escolha de Pedro, destacando a falta de uma casa que suprisse as necessidades básicas de um sujeito.

Ainda sobre a ocasião da chegada do padre Pedro na Vila da Paz, recorre-se ao fragmento do texto escrito por seu irmão e pelo próprio sacerdote, no qual o primeiro relata em linhas gerais o contexto adotado por Pedro e o próprio aborda minimamente a situação que escolheu para viver a sua mais nova missão, ao destacarem:

Em Teresina, capital do Estado do Piauí, na parte norte oriental do Brasil, **Padre Pedro chega no dia 14 de março de 1987**, justamente no terceiro aniversário da morte de sua mãe, coincidência na qual vê um motivo; é necessário esperar o mês de setembro para ter notícias

²¹¹ PAULA. op. cit., 2017.

suas na primeira carta brasileira, na qual não fala de si, mas limita-se a dizer: **“Escrevo-lhes aqui da minha cabana, onde me sinto muito bem e com muita alegria no coração, porque posso viver no meio de pessoas mais necessitadas.”** Sobre a sua nova habitação não diz nada, mas sabemos que se trata de uma das muitas cabanas das favelas, feita de barro e palha, sem nenhum outro conforto além de um teto precário sobre a cabeça.²¹²

A partir da passagem, nos é evidenciado a satisfação de Pedro em poder servir os menos favorecidos, mesmo vivendo debaixo de uma cabana semelhante às demais em várias ocupações nas redondezas. A alegria sinalizada por ele também nos revela sobre a opção que fez ao dedicar o seu sacerdócio à ação missionária, pois é imprescindível, para a construção da narrativa sobre a atuação do padre no contexto de criação da Vila, entender sua posição na organização da instituição Igreja. Dentre as muitas comunidades missionárias ligadas à Igreja Católica, padre Pedro Balzi fazia parte da “Paradiso”, de Bérghamo, na Itália, que pregava a construção de igrejas e estruturas paroquiais do alicerce até o total estabelecimento do prédio, cujo trabalho deveria ser destinado as localidades descristianizadas, os grandes bairros operários, de modo que nesses lugares a ação dos missionários possibilitasse a reconstrução de uma consciência religiosa e moral cristã, além de organizar a vida religiosa, que por vezes se daria em condições hostis²¹³.

Foi levando em consideração essas recomendações que padre Pedro deixou a Bolívia, depois de 22 anos onde já tinha desenvolvido um trabalho social representativo, sobretudo com a construção do hospital Juan XXIII, que era voltado especialmente para o atendimento das vítimas da hanseníase. Para a dar continuidade a sua missão, Pedro aceitou o convite do então Arcebispo de Teresina, Dom Miguel Fenelon Câmara Filho (1984-2001), o qual tomou conhecimento sobre o trabalho do padre através das Irmãs Ursulinas, congregação que já o auxiliava na Bolívia. O bispo tomou, então, as providências para trazer o missionário para o Brasil, processo que se iniciou no final de outubro de 1986 e somente aprovado no dia 07 de março de 1987, refletindo a burocracia do Estado brasileiro, pois, segundo a compreensão do próprio Pedro: “Sempre havia novas dificuldades, novos documentos, novas assinaturas....”²¹⁴.

²¹² BALZI, Giovanni; CARISSONI, Anna (org.). **Construtor de Amor: Padre Pedro Balzi**. Teresina: Halley, 2013, p.115.

²¹³ BALZI; CARISSONI, op. cit., 2013, p.18.

²¹⁴ BALZI, Pedro. **História da Paróquia Santuário Nossa Senhora da Paz**: Gráfica do Povo. 2009, p. 13.

É possível compreender que tais dificuldades ainda eram oriundas da tensa relação estabelecida entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, pois, embora a instituição tenha sido uma das poucas que possuía autonomia política para tecer críticas ao sistema político vigente, havia aquele setor da Igreja, mais popular ou progressista, que assumiu a postura de defesa dos direitos da população menos favorecida, o que nem sempre era bem visto pelo regime ditatorial²¹⁵.

Instalado em Teresina, padre Pedro, em viagem para visitar o Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, local destinado ao desenvolvimento de suas atividades, tendo em vista que o trabalho com os hansenianos absorvia somente uma parte do seu tempo, avista, no trajeto, a Vila, e, como mencionado pela moradora, não pôde deixar de observar a situação em que se encontravam aquelas pessoas, que pode ser exemplificado na imagem a seguir.

Imagem 08: VISTA PARCIAL DO INÍCIO DA OCUPAÇÃO DA VILA DA PAZ



Fonte: Blog Ideias em Expressão. Disponível em: <http://ideiasemexpressao.blogspot.com/2014/01/vila-da-paz-uma-historia-de-luta-pela.html>.

Na imagem, observam-se as condições topográficas do terreno, com a presença de morros, do que se depreende que, na necessidade por uma casa, ignoravam-se as

²¹⁵ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**: trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense. 2004.

condições em que ela era construída, pois, como é possível notar, muitas delas estão situadas em uma parte mais alta, percebendo-se claramente o desnível daquela região. Repara-se, ainda, na presença de muitas crianças, sendo estas uma das preocupações de Pedro, posto que a construção da creche foi a segunda obra realizada por ele no espaço da Vila. Além disso, o registro ainda evidencia o morador no processo de colocar o barro nas paredes da casa, de modo que reforça a condição dos moradores apontada na pesquisa produzida em conjunto com a associação de moradores do bairro Três Andares, os moradores e CEPAC.

Foi este o cenário que chamou a atenção do missionário, que carregava os preceitos da comunidade que representava, e pela qual guardava extremo respeito, questão realçada pela senhora Antonia Rodrigues do Nascimento Barros, que tinha uma relação mais próxima com o sacerdote, e afirma que “padre Pedro era obediente aos superiores ao máximo”. Essa frase nos possibilita a compreensão de como o clérigo conduzia a sua vocação dentro de uma instituição que passava por um processo de reinvenção, buscando aproxima-se dos mais pobres, tema apontado por Scott Mainwaring, que promove uma discussão sobre as transformações da Igreja, das consequências dessas mudanças, e ressalta que:

A transformação da Igreja, especialmente em países como o Brasil, El Salvador e Nicarágua, também coloca em questão a crença de que a religião institucionalizada seja uma força conservadora que sirva de paliativo ao sofrimento das massas de suporte para a dominação das elites.²¹⁶

O trecho aponta para um movimento de transformação, representado pela força conservadora na contenção de conflitos desencadeados pelas condições de sofrimento suportado pelas massas. Esse fato pode ser exemplificado no contexto histórico da Vila da Paz e das demais vilas que se espalharam pelo espaço de Teresina, tendo em vista que a presença e atuação da Igreja nessas comunidades carentes serviu de catalisador no controle das tensões sociais, tendo o poder público compreendido que a instituição, representada na figura do padre, servia ao propósito de contornar, por vezes, essas situações de tensão.

Nessa perspectiva, tomou-se como exemplo o objeto de estudo, a Vila da Paz que, no início de sua ocupação, foi marcada pelo preconceito e violência, dado as

²¹⁶ MAINWARING, op. cit., 2004, p.24.

circunstâncias de, antes da ocupação, a área ter sido, muitas vezes, utilizada como local de esconderijo de roubos e frequentado por pessoas de má conduta, contrastando com a imensa maioria dos moradores da Vila que se erguia. Dessa maneira, quando padre Pedro chegou à comunidade, assumiu o papel de pastor que orientou o rebanho num espaço caracterizado pela necessidade e entrecortado pela violência, condição fortalecida por se tratar de uma autoridade da Igreja, estrangeiro, branco e missionário.

Com isso, o pastor também se revestiu de benfeitor social, buscando ajuda fora do país para transformar a ocupação por meio da sua atuação clerical e incentivando a comunidade a participar, sobretudo envolvendo os jovens nas ações e nos grupos da Igreja. Seu trabalho missionário também privilegiou a questão social, especialmente a educação, organizada de tal forma que, ao mesmo tempo em que se educava se qualificava, sem deixar de lado a formação religiosa. Nas seções que seguem, buscar-se-á analisar sua atuação clerical e a social.

4.1 Um padre no meio do povo: a construção da Paróquia Nossa Senhora da Paz

Aos transeuntes da Avenida Presidente Getúlio Vargas, ora BR-343, é apresentada a espacialidade das obras de cunho religioso e social do padre suíço radicado na Itália, Pedro Balzi, oportunidade para os mais atentos, que todos os dias, no movimento de ida e volta das obrigações comuns ao viver citadino, observam as estruturas que deixam aparente a presença da Igreja Católica Apostólica Romana, além de demarcar uma ação intervencionista no espaço brasileiro, influenciando na forma e o redesenhar deste espaço.²¹⁷

Com a construção dos templos e das obras sociais, padre Pedro imprimiu uma forte marca que modificou a espacialidade da Vila, estabelecendo uma relação de identidade para si que é reconhecida pelos outros, haja vista que:

A característica essencial do território religioso, notadamente no Brasil, é de dinâmica espacial. A ação da Igreja responde aos movimentos demográficos, sociais e econômicos, por meio de

²¹⁷ FILHO, João César Abreu de Oliveira; COSTA, Otávio José Lemos. A Produção Contraditória do Espaço Urbano: A Igreja e os Movimentos Sociais na Cidade do Crato – Ceará. **Revista do Departamento de Geografia**. USP v. 32, 2016, DOI: 10.11606/rdg.v2i0.118970.

adaptações lentas ou bruscas, desejadas ou impostas. A crença, a identidade e o contexto geográfico participam ativamente da definição e da redefinição do território.²¹⁸

Assim, levando em conta a dinâmica espacial destacada no trecho, toma-se de exemplo a transformação causada no contexto da Vila da Paz, tanto no seu aspecto social quanto econômico, dado a construção da paróquia de Nossa Senhora da Paz, que foi responsável pelas Igrejas instaladas em determinado território que ficam sob jurisdição de um pároco. No caso, as localidades que faziam parte da freguesia eram: Vila da Paz, São José da Costa Rica, Redenção, Morada Nova e Parque Rodoviário, que foram desmembrados da paróquia de Cristo Rei, Nossa Senhora das Graças e São João Evangelista.

A ata de instalação da paróquia de Nossa Senhora da Paz menciona o dia 10 de setembro de 1988, dia em que se decretou a construção da primeira obra que transformou o cenário da Vila da Paz, considerando que o espaço era formado pela simplicidade das casas feitas de barro e coberta de palha, como é possível verificar nos registros fotográficos, com vielas e esgotos a céu aberto que corriam para as grotas. Nesse sentido, a obra que primeiro marcou a presença do padre Pedro na comunidade foi também o elemento inicial para a compreensão de que se precisava fazer mais por aquele lugar marcado pela necessidade, que enxergaram na crença e na fé cristã um meio para o consolo das carências de toda natureza que se fazia presente no cotidiano da ocupação.

²¹⁸ CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: Uma Antologia**; Rio de Janeiro. EdUERJ, 2013, p. 107-108. 4

**Imagem 09: OBRAS DA CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE
NOSSA SENHORA DA PAZ**



Fonte: Acervo Memorial padre Pedro Balzi.

Na imagem, é possível notar o tamanho da estrutura que se ergueu para ser a Igreja matriz da paróquia, legitimando os objetivos da comunidade missionária que o padre representava, que pregava a construção de Igrejas e estruturas paroquiais começadas do nada. É ainda possível observar, pelo pouco que a fotografia capturou, o estilo simples dos ambientes construído por padre Pedro.

A rápida construção da Igreja na comunidade diz muito sobre a pessoa do padre Pedro, que, tão logo ao chegar à Vila, não deixava de exercer as funções de seu ofício por falta de um templo capaz de fornecer as condições próprias para a realização dos rituais católicos. No início de sua moradia na Vila, as missas e os primeiros sacramentos foram realizados em uma casa que os moradores, no primeiro encontro com Pedro, a ele cederam²¹⁹.

Para analisar esses primeiros encontros com a comunidade, recorreu-se a fonte oral, reconhecendo sua relevância para o estudo de uma comunidade de poucos registros escritos ou imagéticos de sua trajetória, cotejados em paralelo a outras fontes acessadas. A relevância da oralidade, justifica-se, ainda, por ser a forma possível de acesso as subjetividades das relações estabelecidas entre os moradores, o Padre e a cidade, elemento inerente às relações humanas e que se buscou privilegiar de forma que, a partir

²¹⁹ BALZI, op. cit., 2009.

das narrativas dos personagens envolvidos, testemunhas “dos lugares que não mais existem”²²⁰, possam conferir sentido a narrativa histórica que se apresenta, no sentido oferecido por Paul Thompson, ao destacar que, “A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”²²¹.

Assim, a senhora Antonia relembra sobre o momento da acolhida de Pedro na Vila, ao destacar que:

[...] O prédio da associação era uma casa só coberta de palha, uma casa assim de dez metros de comprimento de palha, quando ele chegou nós cercamos um quartinho dele, três por três, as primeiras missas, foi interessante, não tinha energia nem água nem nada. Aí foi interessante (risos) o sino, sabe o que era o sino? A dona Afonsina em frente... O marido dela tinha uma peça acho que era de carro tipo um disco velho, aí enfiamos uma estaca penduramos essa coisa e o Postiço que era filho da dona Afonsina, pequeno vinha com uma barra de ferro e fazia bam, bam, bam era o sino.²²²

Por meio do relato, percebe-se que, desde o início, a comunidade já contava com a representatividade da associação de moradores, local escolhido para a acolhida do padre, de modo que esses também deram os primeiros encaminhamentos para acomodá-lo em uma das casas, e a que abrigava a sede da associação não fugia a realidade da recém-criada Vila, não possuía abastecimento de água e tão pouco o fornecimento de energia. A moradora ressalta, ainda, que as missas eram realizadas mesmo sem a presença desses serviços, utilizando um meio improvisado para avisar as pessoas o horário dos atos litúrgicos.

O exercício do sacerdócio exige dedicação, esforço, entrega, e abstinência, entre outros elementos que são necessários a um padre desde o momento que ele decide pela profissão, principalmente ao longo do trabalho, pois, na incumbência de suas ações está a busca pela conversão dos fiéis, bem como a animação e o fortalecimento da fé cristã. Nesse sentido, a atuação clerical de Pedro foi marcada pela entrega à vocação, perceptível no desempenho de suas funções, na celebração de missa, na preparação para o batismo, para o casamento, para a primeira eucaristia, entre outros rituais que são comuns ao universo da Igreja católica, quando o padre não escondia a sua personalidade comprometida com a vocação, bem como deixava sobressair a postura conservadora,

²²⁰ PESAVENTO, op. cit., 2007, p.20.

²²¹ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 3ª Ed. p.44.

²²² BARROS, op. cit., 2018.

rígida, elementos que vieram de uma formação sacerdotal ultramontana e que foram mantidas ao longo da vida missionária de Pedro.

As memórias sobre padre Pedro foram confeccionadas a partir das situações vivenciadas num tempo outro, mas vale ressaltar que elas estão em constante processo de atualização, procedimento que assume um caráter complexo, no qual muito se discute a relação que a memória mantém com o passado, procurando diferenciar a tênue fronteira entre os discursos históricos e memoriais. Ao interpelar os sujeitos sobre determinadas reminiscências, elas serão perpassadas por questões inerentes ao presente e a história, ao passo que a construção do conhecimento histórico busca produzir uma narrativa verossímil que encontra na linguagem o principal eixo de sustentação, pois “é no mundo da linguagem que as coisas se passam, na medida em que é a linguagem que constitui os nossos objetos e, mesmo, as nossas figuras de sujeito”.²²³

Para tanto, na construção da figura do sujeito, a história oral participa diretamente, visto que por vezes o sujeito é significado a partir da articulação dos outros, ao passo que a percepção sobre isso é proporcionada pelas fontes orais que nos possibilitam um contato mais íntimo com o passado, principalmente porque lida diretamente com as pessoas vivas. Assim, em meio a reconstruções do sujeito, ao se investigar a atuação do padre enquanto gestor de recursos, uma das muitas faces assumidas por Pedro Balzi, a presidente da fundação Nossa Senhora da Paz destacou que:

[...] como padre vocacionado, vocacionado né, ele foi chamado e ele ouviu o chamado e ele se fez padre por vocação, não pela profissão ou por qualquer outra coisa parecida mais por vocação. Nós brigávamos porque tudo eu concordava com ele, porém não aceitava, mas tinha que concordar porque era a visão dele e ele tinha toda a capacidade, ele concordava, mais tinha coisas que dizia não padre Pedro assim não, mas tinha que aceitar e fazer né?!²²⁴

O relato tece a imagem de um padre que procurou servir de maneira exemplar o que se comprometeu a cumprir, considerando as adversidades de sua própria função. Além disso, as dificuldades também são estendidas a instituição Igreja, que, ao longo

²²³ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Fazer ver o que vemos: Michel Foucault – por uma história diagnóstica do presente. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 3, set. -dez. 2007, p.323.

²²⁴ BARROS, op. cit., 2018.

dos anos, vê o número de padres decrescendo, correndo o risco de ter a sua influência diminuída, dado também a crescente implantação dos templos das religiões protestantes.

Nesse percurso, observou-se a ação tanto do representante da Igreja, como da própria instituição na delimitação de sua espacialidade, pois, em 18 de julho de 1989, a cúria metropolitana nomeou padre Pedro Balzi como pároco²²⁵, e assim inicia a construção das Igrejas nas comunidades adjacentes, a saber, no bairro Morada Nova (1988) na qual, inicialmente, a padroeira era Nossa Senhora da Paz, mas, tornando-se independente no ano de 1997, passa a ser coordenada pelos freis franciscanos e sua padroeira passa a ser a Imaculada Conceição.

Construiu também a Igreja de São José da Costa Rica (1988), comunidade localizada nas redondezas da Vila da Paz, na qual, ao lado da Igreja, também foi construído uma casa para hospedar a Congregação das Irmãs Ursulinas de Somasca, que desenvolvem trabalho no acolhimento as garotas vindas do interior para estudar na capital.

A Igreja do bairro Redenção, que teve a pedra fundamental colocada em 1968, mas cuja construção se completou somente em 1971, segundo as memórias do padre Pedro, a Igreja, que tem como padroeira Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, não suportava mais o número de fiéis que a frequentava, fato responsável pela construção de uma nova sede ao lado da anterior, que foi transformada em centro social. Edificou também a Igreja do Parque Rodoviário, que tem como padroeira Nossa Senhora Maria Auxiliadora, e a Igreja de Nossa Senhora da Guia, na Vila da Guia, comunidade situada nas proximidades do Bairro Dirceu Arcoverde.

Padre Pedro demonstrou, com a edificação de todos esses templos, o desejo e o cuidado para com a implantação e conservação da fé cristã, refletindo também uma das características mais acentuadas sobre a pessoa em questão, o hábito de manter-se em constante oração, que foi destacada pelas pessoas que mantiveram um contato mais próximo com Pedro, como foi o caso de Dom Miguel Fenelon Câmara, que solicitou a presença do sacerdote em Teresina, e que, ao relembrar sobre padre Pedro nas muitas reuniões do clero, mencionou que; “Na capela, observei a sua demorada presença diante do Senhor Sacramentado. Homem de oração, no retiro do clero de Teresina, sem dúvida, era o sacerdote mais retraído e silencioso. Entregava-se à mais profunda comunhão com Deus!”²²⁶

²²⁵ BALZI, op. cit., 2009, p.09.

²²⁶ BALZI; CARISSONI, op. cit., 2013, p. 208.

Sobre a personalidade rigorosa de Pedro na administração dos recursos, e no seu modo da aplicação, também foram destacados no relato de Antonia Rodrigues, a segunda presidente da fundação até os dias atuais. O primeiro presidente foi o próprio padre, mas ela o auxiliava na organização das ações, ressaltando que as medidas tinham que ser tomadas conforme a visão dele, mesmo em desacordo com o ponto de vista dela. O fato muito revela sobre a relação que se estabeleceu entre os dois sujeitos, posto que ambos tiveram que ceder um mais que o outro em seus posicionamentos para a manutenção e duração da relação que se produziu também à custa de trocas.

Ao mesmo tempo em que os dois se serviam também trocavam favores, pois padre Pedro precisaria ser aceito pela comunidade, encontrando na presidente da associação de moradores condições favoráveis para isso. Por outro lado, ela enxergou nas ações do sacerdote uma saída para transformar a Vila da Paz e com isso melhorar a vida dos moradores, por meio do trabalho social que ajudara a construir. Dessa forma, percebe-se que são muitas as memórias formadas sobre o sacerdote, que não somente imprimiu uma marca nos estabelecimentos que produziu, mas também na memória coletiva dos sujeitos.

Vale realçar que a memória coletiva é associada ao campo do vivido, ela carrega uma dimensão afetiva em que pretende conferir sentido a si e ao outro. Além disso, o seu caráter é multifacetado, tendo a possibilidade de assumir o signo do inconsciente, configurando a memória involuntária, ou mesmo o signo do consciente, caracterizando a memória voluntária. Dessa maneira, a memória coletiva é produzida por alguém que procura atender a determinados interesses, posto que segundo Maurice Halbwachs:

A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é, frequentemente, bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo é sempre o mesmo, é preciso que as mudanças sejam aparentes: as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo.²²⁷

²²⁷ HALBWACHS, op. cit.,1990, p.88.

O trecho informa que a memória encontra respaldo dentro do grupo, e indica a importância de se conferir sentido dentro dos quadros sociais que procura acompanhar o curso do tempo, mas que, no transcorrer desse caminho, elege elementos marcadores de sentido e pertencimento a determinados grupos, de modo que os diversos acontecimentos desse procuram meios para forjar uma identidade comum ao grupo, questão observada no contexto de criação da Vila da Paz, na qual ocorreram vários episódios de manifestação, que estas teceram a união dos ocupantes na luta por moradia.

As diversas memórias fabricadas sobre a figura do padre Pedro, corriqueiramente, vão procurar legitimidade nos quadros sociais estabelecidos pelos moradores da Vila da Paz, tendo essa comunidade selecionado características do sacerdote para conferir sentido e pertencimento ao grupo. No entanto, como argumenta Raymond Williams, o significado do termo comunidade também envolve o elemento identitário, tornando-se válido considerar a possibilidade de existirem sujeitos que não deixam de reconhecer a importância das obras sociais, mas também não se identificavam com o modo de ser do padre, com a sua postura mais conservadora, que podia ser percebida com relação às vestimentas dos fiéis.

Não raro, chegava-se ao conhecimento de ocasiões em que o padre Pedro implicava com as roupas dos sujeitos que frequentavam a Igreja²²⁸ e os outros estabelecimentos, fossem as escolas ou o hospital²²⁹, entre outros. Entretanto, a forma de vestir das pessoas pode ser considerado um indicativo da condição sob a qual se está inserido, visto que os indivíduos que ocuparam a Vila da Paz não possuíam condições suficientes para a aquisição de roupa novas, o que ocorria nas datas festivas, dado o contexto de necessidades por qual passava aquela comunidade, uma vez que a pouca renda conseguida por meio de empregos informais era convertida, principalmente, para o sustento da família.

²²⁸ BARROS, op. cit., 2018.

²²⁹ Tanto as escolas como o posto de saúde construído por padre Pedro Balzi, exibia as normas para o acesso aos estabelecimentos, ao passo que especificava o que seria ou não permitido trajar, o que realça a postura mais conservadora do sacerdote.

Imagem 10: PADRE PEDRO COM CRIANÇAS DA COMUNIDADE

Fonte: Acervo Memorial padre Pedro Balzi.

A partir do registro fotográfico produzido pela lente do próprio padre Pedro, que nos primeiros anos da ocupação percorria seu espaço, capturando as imagens de carência vivida pelos moradores, prática esta que chamava atenção das muitas crianças que existiam na Vila, ainda segundo a referida pesquisa citada anteriormente. É possível observar a simplicidade das roupas das crianças, muitas somente com a parte inferior do vestuário, provavelmente garotos, a maioria descalça, contrastando com a figura de Pedro, sendo visível ainda a curiosidade de alguns e a empolgação do maior número, caracterizada nas poses feitas na frente do modelo de casa que predominava na recém criada comunidade, adotada pelo sacerdote.

Recorre-se novamente à fonte oral, por entender que a entrevista se coloca como uma peça fundamental, para conhecer um pouco sobre o exercício do ser padre e como os sujeitos (re)significavam a relação estabelecida entre o clérigo e a comunidade. É válido mencionar também a necessidade das fontes escritas, documentais, mas compartilha-se o ponto de vista de Aspásia Camargo ao ressaltar que:

A limitação do documento é que ele só diz que está escrito, não diz nem mais nem menos. A entrevista não, ela é inesgotável. Pode-se perguntar àquela pessoa tudo o que se quiser, e ela pode responder num sentido mais amplo do que uma pergunta localizada. As interpretações que se pode dar sobre o passado, às vezes até se baseiam em trocas de datas, imprecisão nas coisas,

pode haver erros, mas nós ali definimos que o que nos interessa não é a entrevista como documento absoluto. A entrevista como documento é limitada como qualquer outro documento, e não deve ser interpretada como uma informação absoluta: é um documento parcial e limitado.²³⁰

Em face do exposto, observa-se como a metodologia da história oral é rica, não apenas pelo fato do historiador ter contato direto com as pessoas que vivenciaram os acontecimentos passados, mas, porque ela, nas palavras de Aspásia, é inesgotável, nos possibilita indagar o entrevistado sobre qualquer assunto, mais que isso, ao responder ele tem a oportunidade de esboçar as múltiplas ligações que empreendeu sobre determinado assunto, oferecendo ainda ao pesquisador informações antes desconhecidas.

Nesse sentido, para ilustrar a reação do padre Pedro com relação às vestimentas dos sujeitos que estavam inseridos no contexto religioso, social, ou administrativo, Antonia Rodrigues destacou que,

Um dia eu cheguei aqui... eu vim com uma bermuda bem aqui [gesto apontando para o joelho] grande porque ninguém vinha né.... tinha um rasgado... não era rasgado era só assim uns fiozinhos que anda soltando, ele olhou pra mim e disse “Vá trocar sua roupa, você veio com roupa rasgada”, aí eu, minha nossa senhora, aí eu: vou não e ele vá, aí eu tinha que ir né. Outra vez eu estava lavando meu cabelo... eu nem sabia que o xampu lanolina, dizem que clareia um pouco o cabelo da gente, eu lavava e o meu cabelo estava um pouco mais claro, “Filha você pintou seu cabelo?” pintei não! “Pintou! Não pode pintar!” Mas rapaz eu não pintei, aí foi que as meninas disseram que lanolina.... e outra vez eu tava.... eu nunca usei maquiagem não é por causa de ninguém é porque eu não gosto eu acho lindo as mulheres, as mulheres que usam eu acho perfeito eu nunca usei; nem batom, nem nada, nunca usei forte, aí um dia eu passei um batom que as meninas me deram bem fraquinho porque meu beijo estava fino por conta do calor e tudo, quando ele me viu, ele disse “qual é o teatro que você vai com esse batom....(risos)” eu! Por que? “Filha você nunca usou essas coisas e hoje está usando”. Mulher era incrível, então assim essas coisas pra mim era muito agradável, era muito boa era uma convivência muito [...].²³¹

O relato da presidente da fundação muito nos esclarece sobre o posicionamento do padre Pedro Balzi, sobre como as pessoas, sobretudo as mulheres, não deveriam vestir-se, bem como a vaidade não teria que ser a florada. A situação rememorada pela

²³⁰ CAMARGO, Aspásia. Como a História Oral chegou ao Brasil: entrevista com Aspásia Camargo por Maria Celina d’Araújo. História Oral. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, n. 2, jun. 1999, p. 172.

²³¹ BARROS, op. cit., 2018.

entrevistada chama atenção para o fato das concessões que esta teve que fazer para continuar auxiliando no trabalho, mesmo expondo que a convivência era agradável e muito boa, pois se tratava da realização de um trabalho beneficente que permitiu a implantação de outra realidade para a Vila da Paz. Antonia ainda deixa claro o fato que não se interessa por maquiagem, visto que era uma opção dela, mas pode-se inferir que foi reforçada pelo meio em que estava inserida, na convivência diária com padre Pedro.

O modo adotado pelo sacerdote sobre a maneira de vestir-se, especialmente no trato com os rituais religiosos, já o acompanhava desde sua chegada à Vila, pois Pedro estabeleceu uma forma para a realização dos sacramentos na comunidade, posto que:

As Primeiras Comunhões também foram celebradas na casa de taipa. Não havia ainda uma veste para todos e usaram diferentes vestes emprestadas ou recebidas de outras famílias. Esta Primeira Comunhão foi muito boa. Só havia muita diferença nas vestes, tanto que uma menina muito boa não veio, porque não tinha o vestido branco. Foi o motivo que nos convenceu a procurar um vestido da Comunhão igual para todos, uma linda bata branca, evitando assim separações, faltas e vaidades, que nunca fazem bem.²³²

Padre Pedro conseguiu empregar uma marca para a sua atuação clerical, desde quando chegou à Vila da Paz, fosse a realização dos sacramentos na casa de taipa na qual morava, cedida pelos primeiros moradores, fosse a exigência com as roupas, configurando a sua postura conservadora, rígida, caridosa, missionária, entre outras questões que se somaram ao fato de ser um padre vocacionado para com o sacerdócio. Todos esses elementos foram imprescindíveis para a construção do sujeito Pedro Balzi, mas a questão missionária possibilitou a sua complacência com as causas dos menos favorecidos. Para tanto, na seção seguinte busca-se analisar o seu papel social no contexto da Vila da Paz.

²³² BALZI, op. cit., 2009. p.15.

4.2 A atuação social: construir para transformar

A construção de qualquer estrutura em um dado espaço da cidade é sinal de transformação na paisagem urbana, que a todo momento está em constante processo de mudanças, que são pensadas e realizadas para atender ao desejo de se ter uma cidade idealizada a partir da concepção de quem promove as alterações. É nessa conformidade que se busca estabelecer um novo olhar para área renovada, além de uma nova dinâmica para o lugar, visto que segundo Ana Fani Alessandri Carlos:

Os lugares transformados da cidade produzem nova dinâmica; as ruas redimensionam-se e ganham outro elemento, que tende a eliminar o lúdico, transformando-as em lugar de passagem. O processo de reprodução do espaço urbano vai-se constituindo por meio da eliminação de antigas formas que traziam a marca da sociabilidade – pontos de encontro, o lugar da festa –, tragando os rituais e seus mistérios, eliminando referências, destruindo com isso as bases de apoio da memória social.²³³

Foi uma nova dinâmica que padre Pedro Balzi engendrou com suas obras sociais, na medida em que, para a construção dos estabelecimentos, o espaço da Vila da Paz foi redimensionado para receber a estrutura necessária à transformação da sua realidade, haja vista que a comunidade surgiu de uma ocupação sem nenhum planejamento urbanístico para atender as demandas dos sujeitos que não possuíam condições financeiras para assumir a prestação de uma casa, ou mesmo não se enquadrava nas exigências da política habitacional.

Nesse sentido, os sujeitos que ocuparam a Vila da Paz, foram tecendo o espaço conforme as suas necessidades, pois para a implantação dos serviços básicos muitas casas tiveram que ser removidas, por estarem desalinhadas. Essa foi uma das primeiras mudanças ocorridas no espaço da comunidade, as outras se constituíram a partir da ação do padre Pedro, tendo sido a Igreja a primeira obra a ser construída, como mencionado anteriormente.

Assim, reforçando o que Ana Fani destacou, a ação do padre Pedro, segundo relato de moradores, por vezes se dava na compra de casas ou espaços onde ocorriam festas, ou que eram habitadas por sujeitos tidos como violentos. Nesta perspectiva, de

²³³ CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto. 2001, p.53-54.

modo implícito, instaurando o novo em detrimento do antigo, ele removeu as referências e tentou substituir os elementos da memória social sobre a Vila da Paz, e com isso, fixar características positivas a fim de confeccionar uma nova memória a se desenvolver em cada indivíduo.

Para tanto, Maurice Halbwachs²³⁴ infere que a memória individual existe dentro de um grupo maior, o da memória coletiva, e que a individual encontra respaldo na coletiva, visto que os acontecimentos individuais adquirem sentido e significado porque derivam de ações coletivas, a julgar que a coletiva está a serviço da manutenção de um grupo. Soma-se a isso o fato que a memória individual não contrasta com a coletiva, porque precisa dela para continuar a existir. Nesse sentido, concorda-se com o autor sobre os quadros que essa apresenta de si mesma, haja vista que o sujeito procura apoio de suas memórias mais particulares nas memórias de outros.

Entre as várias memórias que se elevam sobre a atuação social do padre Pedro, evidenciou-se a educação, uma das primeiras preocupações expostas nas cartas que enviava aos amigos, na Itália e também na comunidade europeia, dentre os quais, a fundação Giuseppe Tovini, que foi alvo dos pedidos do sacerdote, tendo sido instituída, segundo Angelo Zammarchi, por Vitororino Chizzolini em 1959. Um dos interesses da fundação em ajudar as obras sociais de padre Pedro, principalmente na construção das escolas, se justificava pelo fato que Giuseppe Antonio Tovini defendia a concepção de que as instituições católicas, especialmente as instituições educacionais, deviam buscar autonomia financeira plena. Conhecedor disso, Pedro encaminhava os pedidos de doações a essa instituição.

É importante esclarecer que grande parte do trabalho social desenvolvido por padre Pedro foi o resultado direto de doações que eram solicitadas, a princípio por meio de cartas, e, posteriormente, com o acesso à internet, os pedidos se davam pelo envio de e-mails. Nas cartas, ele descrevia a situação e solicitava ajuda para a construção dos estabelecimentos necessários para amenizar a condição de vida dos sujeitos que viviam na Vila da Paz, posto que, em uma das inúmeras cartas escritas, destacou que:

E depois, aqui falta de tudo e então é necessário fazer tudo! São necessários: um ambulatório para os doentes, um Centro para o bem de toda a população, especialmente das mulheres, para que possam aprender muitas coisas necessárias para a família: saúde (higiene,

²³⁴ HALBWACHS, op. cit.,1990.

vacinação, pré-natal etc.), costura, alfabetização, culinária etc.[...] uma creche para as muitas crianças que têm a necessidade de tudo.²³⁵

O trecho da carta traz questões pontuais, deixando clara a situação de vulnerabilidade vivida pelos moradores, e realçando a preocupação com as mulheres, porque as enxergava como membro fundamental na família, considerando ainda a construção de uma creche para o acolhimento das crianças, para que, com isso, os pais pudessem procurar um emprego. Nesse sentido, questionada sobre como se dava o acesso a recursos e se havia uma regularidade no repasse das doações, a presidente da fundação informa que:

Não, não havia regularidade era assim: se a gente pensasse em fazer uma obra né, aí a gente mandava pedir, ô vamos fazer obra tal e tudo. Não vinha todo mês, não vinha aquele dinheiro, e a gente...eu reclamava muito disso porque eu sou muito sistemática, eu gosto das minhas coisas todas organizadas e eu dizia padre Pedro como é que a gente vai gastar sem saber o quanto a gente tem né porque não tinha, aí assim vamos fazer agora a escola feminina aí mandavam, olha dezembro, no início que ele chegou aqui era escrevendo na mão, mandava umas 10 mil cartas para os amigos, olha mais ele sofria, isso aqui [gesto apontando para mão] eu acho que ele nem tinha, mais o dedo só de escrever, depois aí teve a datilografia na máquina depois o computador né, mas ele escrevia pra esses....aí assim digamos que ele mandava 2.000 mil cartas digamos que vinha 10% de resposta daquelas cartas, mas nem todas vinham assim 10, 20 mil não, vinha o que a pessoa podia mandar tá entendendo? Aí juntava tudo e a gente ia fazendo, só que tudo como eu disse pra você era..., foi e é muito bem aplicado nas coisas que a gente ia fazer né? Era uma pessoa que era organizada ao máximo no sentido de..., era pra comprar essa cadeira era pra comprar essa cadeira cadê a nota? Cadê tudo?²³⁶

O procedimento descrito na fala da entrevistada exemplifica como se dava o pedido das doações, e como era feito o gerenciamento dos recursos. Evidencia também o constante exercício que padre Pedro fazia para conseguir os recursos para a construção dos estabelecimentos, conforme surgia a necessidade dos moradores da comunidade. Como ela destaca, a construção da escola de ensino fundamental voltada para o atendimento das jovens, mais uma vez ressalta a questão da aplicabilidade, bem como destaca a organização do clérigo na exigência das notas fiscais de todos os materiais comprados, confirmado em pesquisa realizada no Memorial, onde foram

²³⁵ BALZI; CARISSONI, op. cit., 2013, p.117.

²³⁶ BARROS, op. cit., 2018.

verificados muitos recibos de lojas de materiais de construções, os quais informavam transações que variavam entre dois mil a cinco mil reais, para a construção de quadras e o retelhamento da Unidade Básica de Saúde.

Sobre o recebimento de doações, é válido mencionar que essas não são alvos de tributação, dado o contexto religioso, visto que as Igrejas de qualquer culto não sofrem tributação, como disposto pelo artigo 150, inciso VI da Constituição Federal, ano qual a lei veda que a União, aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabeleçam impostos a estas instituições, bem como abrange as rendas e serviços relacionados à sua manutenção e as organizações que administram o funcionamento e garante recursos para outras entidades.

Nesse sentido, dentre os impostos que não incidem sobre as igrejas estão: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de Renda (IR), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Dessa maneira, as doações recebidas por padre Pedro Balzi se enquadravam neste último imposto, sobre isso recorre-se à fala da presidente da fundação ao ser questionada sobre o posicionamento do poder público frente ao repasse das doações.

[...] As Igrejas não pagam certos impostos então são livres, como dinheiro que era repassado vinha em forma de doação não tinha o menor problema era só justificar as doações, por exemplo, veio pra fazer a creche está aqui a creche todas as notas fiscais tudo, tudo, tudo a planta baixa, planta alta, era só isso né não tinha dificuldade não quando vinha em dólar ou euro, aí a gente trocava normalmente pela moeda daqui e pronto a gente nunca teve muito problema não, nunca teve problema até porque vinha em forma de doação e todas as doações eram aplicadas para um determinado fim então a gente nunca teve problema.²³⁷

As doações recebidas para a construção das obras sociais, segundo o relato, eram justificadas com a apresentação das notas fiscais e das plantas das construções, visto que a fundação apresenta a sua prestação de contas junto ao Ministério Público do Piauí, por meio da procuradoria-geral de justiça, na qual o promotor da vigésima quinta promotoria de justiça de Teresina emiti atestado sobre o exercício financeiro da instituição social. Assim, não cabia ao Estado estabelecer qualquer empecilho, pois o

²³⁷ BARROS, op. cit., 2018.

padre Pedro assumiu o papel que concernia ao poder público em ajudar a dotar a cidade da infraestrutura necessária para que os cidadãos possam gozar dos seus direitos.

Para melhor administrar os recursos na forma de doações, padre Pedro criou, em 1992, a Fundação Nossa Senhora da Paz, da qual foi o primeiro presidente, seguido até os dias atuais por Antonia Rodrigues do Nascimento Barros, cujo principal objetivo é “formar bons cristãos”. O campo de atuação da fundação está relacionado diretamente com a formação humana integral, sendo esta a responsável pelo gerenciamento da educação a nível infantil até o médio, estando as escolas inicial e fundamental localizadas na Vila da Paz, e o ensino médio na vizinha comunidade de São José da Costa Rica, e também no Parque Rodoviário há a Creche Maria Auxiliadora, que, de maneira semelhante, foi construída por meio de doações. Sobre esta, a presidente da fundação relatou que:

Um amigo do padre Pedro mandou um dinheiro e nós construímos a creche Maria Auxiliadora no Parque Rodoviário e a casa dos idosos, que não é mais aquela dali era outra bem bonita que a gente fez, teve que desmanchar pra fazer o prédio do abrigo né, mas tudo muito bem aplicado tá, não caiu nada do céu assim joga dinheiro lá ou então vem de dinheiro de bolo, não, os amigos de padre Pedro foi quem ajudaram a construir tudo isso aqui etapa por etapa e comprar essas casas que nós compramos tudo aqui foi comprado.²³⁸

O relato chama atenção para a direção para a qual os recursos eram encaminhados, ressaltando ainda sua aplicabilidade de acordo com as necessidades que surgiam no contexto da Vila, e nas comunidades próximas, sendo as obras realizadas conforme o volume de dinheiro que chegava, o que, segundo ela, não era em grande quantidade, mas foi a base de todas as etapas das construções.

Ainda sobre a fundação, pode-se articular que essa também se originou como uma maneira de acabar com as desavenças entre as duas associações de moradores que existiam na Vila, fato destacado pela imprensa local,

Desde que surgiu, em 1987, a Vila da Paz vem sendo marcada por desentendimentos entre as duas associações de moradores do local. A Vila, que fica em frente ao terminal rodoviário, na zona sul, foi formada a partir de uma grande invasão e abriga hoje cerca de 2.500 famílias. As duas associações que disputam a preferência dos moradores são a Associação Comunitária de Moradores, presidida por

²³⁸ BARROS, op. cit., 2018.

Fátima Alves de Oliveira, e a Associação dos Moradores da Vila da Paz, dirigida por Antônia Rodrigues do Nascimento. “Nós temos realmente linhas de trabalho diferente e procuramos sempre manter a nossa independência, principalmente de partidos políticos” explica Antônia Rodrigues do Nascimento, conhecida no bairro como Toinha.²³⁹

O texto jornalístico expõe muitas informações, e chega a reforçar questões já debatidas ao longo dessa narrativa. O primeiro ponto diz respeito a data em que surgiu a Vila da Paz, que o texto coloca como 1987, quando de fato foi em setembro de 1986; o segundo, refere-se ao discurso construído pelo suposto proprietário do terreno, para quem o movimento de entrada no espaço que se tornaria a Vila se tratava de uma invasão, embora a área estivesse abandonada, além de não se encontrar registrada na Prefeitura; e, terceiro, o papel da mídia na condição de legitimadora da versão oficial. Ainda por meio do fragmento, nota-se a força de representatividade que os moradores adquiriram, empreendendo manifestações para o alcance dos serviços básicos, de modo que sugeriram duas associações.

Além disso, a procura por meios para estabelecer a fronteira entre as ações sociais realizados pelo padre Pedro, representante da Igreja, e a política, pois o posicionamento adotado pela instituição foi motivo da tensa relação estabelecida entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, no contexto da ditadura civil militar²⁴⁰. No entanto, no caso da comunidade, essa ligação foi renovada, à medida em que a presidente da Associação dos Moradores da Vila da Paz, que, a princípio, tentou manter o distanciamento com a questão política, estreitou essa relação na condição de presidente da fundação, quando buscou o convênio com os entes políticos para as escolas, haja vista que a atuação social do padre Pedro construía as instalações, mas era o poder público que assumia a responsabilidade pelo pagamento dos professores e funcionários e a alimentação dos alunos.

Ainda sobre a relação mantida com os entes políticos, a presidente da fundação destacou que, “quando começamos as obras aqui da fundação já foi o Heráclito Fortes que ajudou muito nos calçamentos, nas duas passarelas foi o Heráclito Fortes que fez”²⁴¹. O trecho reforça a ideia que as obras sociais, desenvolvidas por Pedro, forçaram o poder público na implantação das melhorias no espaço da Vila da Paz, bem como

²³⁹ BRIGAS.... **O Dia**. Recorte de jornal presente no acervo do Memorial padre Pedro Balzi.

²⁴⁰ MAINWARING, op. cit., 2004.

²⁴¹ BARROS, op. cit., 2018.

evidencia que a memória é um ato político, na concepção de que o sujeito é influenciado por suas vivências, o seu contexto e condição social.

Dessa maneira, a fundação desenvolveu e desenvolve um papel muito importante no contexto da Vila da Paz, empregando as pessoas da comunidade, nas escolas, local da principal frente de atuação da instituição, visto que:

[...] Hoje nós temos não sei se é a maioria muita gente realmente empregada aqui na fundação a gente priorizou as pessoas da comunidade foi uma briga quando a gente abriu as escolas porque não poderia se botar pessoas sem concurso e nós conseguimos inserir foi uma briga muito grande até contra os vereadores da época que não aceitavam e a briga foi grande e a gente conseguiu inserir essas pessoas na fundação, ela conseguiu empregar muita gente.²⁴²

Na passagem, Antonia destaca a dificuldade para conseguir empregar os moradores, ao considerar que a legislação exige que a contratação seja realizada por meio de concurso público. No caso da fundação, foi estabelecido o vínculo empregatício por meio da contratação do serviço prestado, que, implicitamente, se constituía uma forma de controle social, mas se tornou um meio para a mudança de vida de parte da população da Vila da Paz, dada as condições de desemprego que afligia aqueles sujeitos.

Atualmente, a fundação desenvolve muitos projetos voltados para educação e a prática de esportes, contudo, segundo a presidente, depois do falecimento do padre Pedro, as doações diminuíram, pois são feitos projetos e apresentados ao poder público, que os aprecia, e, se aprovados, repassam a verba, para o desenvolvimento dos projetos junto à comunidade escolar.

A educação, que tanto foi prezada nas ações do padre Pedro Balzi, foi responsável por uma das transformações do espaço da Vila da Paz, com a Creche Nossa Senhora da Paz, construída, em 1991, para receber e ensinar as primeiras lições as muitas crianças que passavam o dia a vagar nas ruas, expostas ao perigo de atravessar a movimentada BR-343 para ir a rodoviária, muitos na condição de pedintes, ou fazendo pequenos serviços de carregador de malas, ou mesmo realizando pequenos furtos. Como destacado por jornal da época, “é grande a quantidade de crianças que estão sem escola e vivem nas proximidades da Rodoviária praticando pequenos furtos ou carregando

²⁴² BARROS, op. cit., 2018.

volumes para passageiros”²⁴³. Essa situação preocupava Pedro, que logo buscou ajuda fora do país para a construção da creche.

Diante do grande número de alunos que saía da creche e que não conseguia vaga na única escola primária construída na comunidade, a unidade de ensino Professor Alcides Lebre, inaugurada em 1988, com uma pequena extensão, formada por apenas seis salas de aula, que se mostrou incapaz de atender o público alvo. Em notícia vinculada nos periódicos da época, retratava-se a dificuldade do acesso à educação, uma vez que, “A educação também é deficiente, pois existe apenas uma escola que atende só no curso primário obrigando muita gente a se locomover para outros bairros como o Morada Nova”.²⁴⁴

Em virtude disso, depois da construção da creche, Pedro viu novamente a necessidade de edificar uma escola de Ensino Primário com capacidade para receber 700 alunos divididos em dois turnos. Entretanto, mais uma vez, surge a necessidade de acolhimento dos alunos que saíam da escola primária para o fundamental²⁴⁵, o que levou padre Pedro a construir as escolas técnicas Nossa Senhora da Paz, que ofereciam cursos profissionalizantes preparando o jovem para o mercado de trabalho.

Para o atendimento dos alunos a nível fundamental, padre Pedro resolveu fazer a separação entre os alunos e alunas, de modo que construiu prédios separados para abrigar os alunos, evitando o contato entre os adolescentes, reforçando a sua postura conservadora, imprimindo a marca no ensino disciplinador e voltado para o aspecto religioso.

A educação foi o marco na atuação social do padre Pedro Balzi, considerando que, depois do ensino fundamental, surgiu a necessidade da escola de nível médio, pois para ter acesso ao ensino os alunos se deslocavam até o bairro Lourival Parente, para onde muitos iam a pé por falta da condição financeira para pagar a passagem de ônibus. Nesse cenário, padre Pedro, com auxílio das doações, construiu as dependências que abrigaria a unidade de ensino, buscando convênio com o poder público para o funcionamento da escola, que a princípio decidiu absorveu os estagiários do Estado, que foram remunerados com bolsas.

Outra obra social, o hospital, foi idealizado para aproximar a comunidade ao serviço de saúde, haja vista que a população adoecia e não tinha condições de pagar

²⁴³ MORADORES da Vila....**Jornal da Manhã**, 05 jul. 1987, p.3.

²⁴⁴ MORADORES da Vila....**O Dia**, 02/03 jun. 1991, p.02.

²⁴⁵ As escolas construídas por padre Pedro Balzi no espaço da Vila foram organizadas da seguinte forma: um prédio abriga a creche com a alfabetização, outro os anos do 1º a 4º e um terceiro do 5º ao 9º.

uma consulta médica, ou mesmo pagar uma condução para buscar atendimento nos hospitais que não ficavam próximos da Vila da Paz. Além disso, as condições de moradia influenciaram no estado de saúde das famílias, pois muitas casas foram edificadas nas proximidades das grotas, ficando suscetíveis as doenças advindas dos esgotos que desaguavam nas grotas, bem como pela falta de banheiros com fossas sépticas, caracterizando a falta do saneamento básico, preocupação noticiada em periódico da época:

O medo da cólera vem apavorando os moradores da Vila da Paz um dos bairros da capital deficiente de saneamento básico e propício a proliferação da doença. A Vila tem sua área central dividida por um grande grotão, onde corre um esgoto a céu aberto em contato direto com os moradores. A Associação da Vila da Paz informou que já há algum tempo reivindica construção de galerias, mas que as autoridades argumentam não dispor de recurso para uma obra considerada cara.²⁴⁶

O texto jornalístico denuncia as condições que moradores da Vila da Paz viviam e vivem se tratando de saneamento básico, dado que as iniciadas obras de urbanização do grotão que corta a extensão do terreno mantiveram o esgoto a céu aberto, como foi possível visualizar no registro fotográfico no segundo capítulo desse trabalho, de modo que se percebe que um dos problemas estruturais se arrasta ao longo dos anos na comunidade.

Notou-se ainda que a reivindicação dos moradores por melhores condições de vida, já era reivindicada por meio da Associação desde quando a comunidade tinha apenas cinco anos de existência, sendo o atendimento parcial do pedido posto em prática depois de vinte anos, convivendo com os riscos que a falta de esgoto oferece aos sujeitos que moram nas proximidades do grotão. Dessa forma, observando as necessidades que afetavam a comunidade, padre Pedro construiu a unidade básica de saúde, com o qual, não diferente das escolas, buscou estabelecer convênio com o órgão municipal.

A respeito das obras sociais construídas pelo padre, é relevante destacar o engajamento junto ao poder público para conseguir a implantação dos aparelhos na unidade básica de saúde, posto que Pedro fez o pedido formal para alocar os serviços médicos no espaço físico que foi construído por ele, como foi colocado em carta escrita

²⁴⁶ MORADORES da Vila... **O Dia**, 02/03 jun. 1991, p.02.

ao prefeito da capital, Firmino Filho, em que a solicitação já existia, mas que, por exigência da secretaria municipal de saúde, exigiram a especificação dos equipamentos necessários para o funcionamento da unidade de saúde, assim o sacerdote infere que:

Continuando com a carta da mesma data de hoje, venho apresentar em folha separada o segundo assunto:

A- É acerca do novo Centro de Saúde construído entre as ruas Gurguéia e Santa Maria Gorete. Repetimos gentilmente o pedido já feito na carta do 11 de Fevereiro de 1998, isso é que o Centro seja municipalizado, com um convênio parecido aos das Escolas.

B- Pedimos respeitosamente se era possível que a Prefeitura ajudasse para equipar as várias especialidades que funcionarão no novo Centro de Saúde, talvez só parcialmente (Oftalmologia – Otorrinolaringologia- Urologia – Proctologia- Cardiologia – Reumatologia e Angiologia).²⁴⁷

Em análise ao trecho da carta, é possível notar o cuidado na escrita do padre, em que esclarece a localização do posto, que seria para atender as necessidades de uma população nas proximidades da comunidade, uma vez que a unidade de saúde está situada na vizinha Vila Costa Rica. O clérigo também chama atenção ao fato do já estabelecimento da estrutura física do prédio, retirando, assim, do rol das alegações do ente administrativo, a não concessão da solicitação. Pedro cita também a parceria já estipulada com o ensino. Dessa maneira, é perceptível como se desenvolvia a ação social de Balzi, que construía a estrutura física com a ajuda dos recursos enviados da Itália por seus amigos, e buscava o apoio do poder público para o custeio dos equipamentos e dos profissionais para o funcionamento dos estabelecimentos.

Outra importante obra social que padre Pedro idealizou, partindo de indicações de Dom Miguel Fenelon Câmara, foi a Fazenda da Paz, tendo o estatuto de criação sido discutido em assembleia geral, que contou com a participação do Cursilho de Cristandade e da Renovação Carismática, e no dia 01 de julho de 1994 estava criada oficialmente a organização, que nasceu com o nome de Fundação da Paz, e somente em 2008 passou a se chamar Fazenda da Paz, que tem como objetivo principal prevenir, tratar e reinserir os dependentes químicos e os alcoólatras²⁴⁸.

Na mesma ocasião da mudança na nomenclatura, a instituição foi considerada de utilidade pública tanto a nível municipal como estadual, considerando que a ação foi

²⁴⁷ Carta escrita por padre Pedro Balzi em forma de ofício ao então prefeito da cidade de Teresina, Firmino Filho, referente à solicitação dos equipamentos ao centro de saúde na Vila da Paz.

²⁴⁸ BALZI, op. cit., 2009, p.72.

pioneira no Estado do Piauí, reforçando a atuação missionária do padre Pedro, que não deixou de querer manter os jovens da Vila da Paz longe de alguma situação de risco, quando o contexto da comunidade também foi perpassado pela comercialização de drogas ilícitas. A Fazenda da Paz, desde a sua criação, atendeu mais de 27.000 (vinte e sete mil) dependentes químicos e seus familiares²⁴⁹. Nessa conformidade, entre as ações da instituição, o acolhimento da família também se faz necessário, para auxiliar no desenvolvimento do dependente. A instituição conta com seis comunidades terapêuticas são elas: Terra da Esperança, Flor de Maria e Santa Teresinha (Timon/MA); Luz e Vida e Maria Madalena (Teresina/PI); e Mãe da Misericórdia (Valença/PI). Atualmente, acolhe mais de 200 jovens e adultos, homens e mulheres.

Dentre as atividades realizadas nas comunidades terapêuticas estão as oficinas de marcenaria, serralharia, fábrica de beneficiamento de castanha de caju, produção de cajuína, rapadura, caramelização de frutas, informática, noções de agropecuária, entre outras, que visam a reinserção dos sujeitos que aceitam o tratamento no mercado de trabalho.

Assim, a atuação social de padre Pedro Balzi foi marcada pela construção de obras sociais, tendo as ações do sacerdote contribuído diretamente para o processo de organização dos espaços e do cotidiano do novo lugar de morada. Entretanto, percebe-se que seus feitos foram além dos limites da comunidade da Vila da Paz, pois tanto a Fazenda quanto o complexo educacional atendem os cidadãos da cidade e até mesmo de outros lugares.

Nesse sentido, as obras construídas por padre Pedro Balzi, além de marcar a espacialidade em um determinado espaço da cidade, também se revestem em “lugares de memória”²⁵⁰ posto que tanto as memórias individuais e coletivas são ressignificadas e construídas levando em consideração os lugares de referência, de modo que segundo Pierre Nora “[...] o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre o seu nome, mas constantemente aberto a extensão de suas significações”²⁵¹. Assim, Pedro é lembrado e rememorado a partir da sua postura, bem como por meio dos estabelecimentos por ele construídos, que assumem uma duplicidade, à medida que carrega parte da sua identidade e estão a serviço das demandas dos sujeitos, sejam eles: alunos, fieis,

²⁴⁹ Números disponibilizados na página da Fazenda da Paz.

²⁵⁰ NORA, op. cit., 1993.

²⁵¹ NORA, op. cit., 1993, p. 27.

usuários dos serviços de saúde, dependentes químicos, e outros, que não param de ressignificar tais lugares.

Nessa perspectiva, muitas foram as faces assumidas por padre Pedro Balzi, dentre as quais se procurou colocar em evidencia, ao longo do capítulo, a do benfeitor social que edificou obras para transformar o cotidiano de necessidades vividos pelos moradores daquela comunidade. No universo religioso, destaca-se como “homem de oração” dedicado ao sacerdócio, com uma personalidade conservadora muito condizente com sua formação, assegurada com a ordenação sacerdotal em 3 de junho de 1950 na catedral de Bérgamo na Itália, tendo sido essa característica estendida no gerenciamento do ensino, marca indelével do seu trabalho social desenvolvido no espaço da Vila da Paz.

Por outro lado, uma das faces, que se apresentou de maneira implícita, estava no entorno de controlar as tensões, característica enxergada e aproveitada pelos agentes políticos que aceitavam as parceiras propostas por padre Pedro Balzi para organizar o cotidiano da outrora ocupação, que não hesitava em colocar em prática o seu poder de manifestação, dada a união dos primeiros moradores, configurando o protagonismo dos mesmos, em reivindicar, junto aos entes responsáveis, a implantação dos serviços básicos necessários para o lugar se tornar habitável.

Com o passar dos anos na comunidade, houve a diminuição do papel das entidades que ajudaram na organização dos moradores para conseguirem o direito de permanecer no terreno e as primeiras ações para de fato garantir a permanência dos sujeitos naquele lugar, entretanto o encolhimento desse papel não transcorreu de forma amena, mas em situações conflituosas que deram lugar ao surgimento de duas associações de moradores, como destacado anteriormente pela moradora que participou diretamente de tal cenário.

Assim, pode-se compreender que, com a criação de dois movimentos que almejavam representar os moradores da Vila da Paz, considera-se que houve uma divisão entre os moradores, ao se identificarem com uma, ou com outra associação, contudo o papel assumido por padre Pedro estabeleceu novamente um cenário de união, e, além disso, promoveu uma forma mais suavizada de garantir a implantação dos melhoramentos urbanísticos para comunidade, pois a figura do padre, em conjunto com os moradores, revestiram-se em agentes produtores do espaço urbano da cidade de Teresina.

Considerações Finais

Escrever sobre a cidade é um desafio, dado que ela a cada dia se transforma conforme a ação do homem que a modifica para atender aos seus interesses, tendo em vista que o elemento que não está em consonância com a cidade idealizada é automaticamente excluído, logo se é questionado sobre como tecer uma narrativa que perpassa o fazer e o desmanchar da urbe de uma forma que se compreenda esse constante processo que influencia na vivência cidadina, de pronto buscando apoio teórico-metodológico no fazer historiográfico com o qual analisar os fatos, interrogando sobre o sentido dos fatos para com isso formular hipóteses explicativas²⁵², levando em consideração as fontes. Dessa maneira, pode-se esclarecer que esta pesquisa poderia sim, enveredar por outro caminho, mas escolhemos este por entender que os menos favorecidos precisam ser vistos e ouvidos.

Inicialmente foram apontadas as maneiras de morar dos sujeitos e as táticas e estratégias que empreenderam para colocar em prática a utópica ideia do direito à cidade, configurado no acesso à moradia digna, que por vezes é colocada em um nível inatingível, pois a posse de uma casa passa pelo crivo da propriedade da terra que, historicamente, é concentrada nas mãos de poucos, negando a possibilidade de atenuar a problemática habitacional que perpassa a história da capital teresinense.

Nesse sentido, buscou-se assimilar o contexto social de Teresina durante a década de oitenta, analisando os meios que compuseram a imagem que a cidade imprimiu para si, a partir do contexto da redemocratização que marcou o retorno ao sistema democrático de direito, bem como a volta dos movimentos sociais, que deram vazão as reivindicações sobre os direitos sociais e políticos. No entanto, recuou-se na temporalidade para melhor compreender as causas do acelerado crescimento da cidade, de modo que se evidenciou a postura do poder público diante do adensamento populacional ocorrido no sítio urbano.

Entre os produtores do espaço urbano, o Estado propôs ações pautadas no discurso autoritário, promovendo a modernização da cidade, não medindo esforços para atender essa lógica. Na contramão, os grupos excluídos trataram de empreender suas táticas para redesenhar a urbe conforme suas necessidades, sobretudo o acesso à moradia.

²⁵² RÉMOND, op. cit., 2003, p. 17.

Logo, esses discursos foram implantados no contexto de uma cidade que teve o seu crescimento causado pelo processo migratório que ocorreu nos anos setenta e continuado nos anos de oitenta, quando os migrantes saíram do interior do estado ou mesmo dos estados vizinhos em busca de melhores condições de vida. No entanto, ao chegarem à capital munidos dos costumes da vivência interiorana, esbarraram no projeto modernizador que ocorria no espaço urbano, que tinha como objetivo primeiro colocar a capital no mesmo ritmo das remodelações que se dava em outras cidades brasileiras.

O processo de transformação, pautado nos discursos autoritários no contexto teresinense, introduziu a política habitacional, caracterizada pela atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que, em parceria com o Estado por meio da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB), gerenciava o programa que subsidiou casas populares para a parcela da população de menor poder aquisitivo, para que conseguissem encaixar-se nas exigências da política que se desenvolveu no Estado em meados dos anos setenta e início dos oitenta.

A forma como se desenvolveu essa política reforçou o déficit habitacional, visto que os sujeitos que não foram enquadrados no programa estabeleceram meios para ter acesso à moradia, dentre os quais a construção de pequenos aglomerados de casebres espalhados em várias partes da cidade, configurando a favelização do espaço citadino, maneira de morar que marcou de maneira significativa a história recente de Teresina.

Os sujeitos com menor poder aquisitivo, como os retratados nessa pesquisa, também conseguiram escrever um capítulo na história da cidade, que foi planejada levando em consideração o discurso do novo e do moderno. Esses sujeitos, adjetivados de favelados, tiveram que dispor de coragem, força e resistência, elementos que foram motivados pelo sonho e o desejo da casa própria, mas, até alcançar esse bem, estiveram inseridos no cenário da migração e da favelização do espaço urbano, que já transcorria na década de setenta e intensificada nos anos oitenta, dado o crescimento da zona sul que abrigou muitas favelas, dentre as quais, a favela Coebe, de maior representatividade nos anos setenta.

A zona sul cresceu significativamente nos anos oitenta, onde deu lugar ao nascimento da Vila da Paz, a maior ocupação nessa área no final dos anos oitenta e que também refletiu a questão do déficit habitacional presente no contexto social da cidade. A favela recém-criada não divergiu das demais, no que se refere a ausência dos serviços de infraestrutura, no entanto, se destacou por meio da ação mobilizadora dos seus

primeiros moradores, que não hesitaram em chamar a atenção do poder público e da sociedade para colocar em evidência as suas necessidades, dentre as quais o desejo de permanecer no terreno e assim poder ter acesso à moradia.

A primeira manifestação serviu de exemplo para outras, na implantação dos serviços básicos, como água canalizada, energia elétrica, demarcação das ruas, e o melhoramento das moradias. Para tanto, os moradores, articulados com entidades que organizavam e debatiam a questão habitacional, promoveram a discussão junto ao representante do poder municipal, que intercedeu a favor dos ocupantes, que buscavam fazer, da cidade, um espaço para se morar.

Dessa forma, atentando a primeira manifestação, os moradores da ocupação, muitas vezes rotulados de favelados e invasores, empreenderam outras manifestações para dotar a Vila dos serviços de abastecimento de água, fornecimento de energia e a abertura das primeiras vias. Diante disso, o poder público não teve como se abster de tomar medidas que amenizassem as condições de vida na Vila da Paz, como também nas outras favelas espalhadas pela cidade.

A ação das autoridades responsáveis se materializou com a promoção do projeto Vila-bairro que pretendia viabilizar um padrão mínimo de urbanização nas favelas, de modo a transformar a realidade desses lugares, marcado pela falta de saneamento básico, precárias condições de moradia, desemprego, entre outros. Contudo, a ação que mais se destacou em meio ao projeto foi a mudança da nomenclatura de Favela para Vila, com intuito de propiciar o distanciamento da cidade ao termo que se relaciona a uma ideia de não desenvolvimento.

As ações do projeto, no entanto, pouco fizeram para melhorar o cenário das favelas, visto que, no caso da Vila da Paz, a falta do saneamento básico, caracterizado pelo grotão, não foi atingido pelas ações do projeto, sendo outro conjunto de ações proposto para transformar o cenário da comunidade. A proposta de urbanização, que foi iniciada depois de pouco mais que vinte anos de existência da Vila, de maneira análoga ao Vila-bairro, realizou poucas ações intervencionistas, tendo se destacado o deslocamento dos moradores para regiões distantes da Vila, causando rupturas quanto ao sentimento de pertença em relação ao lugar que foi conquistado pelo protagonismo desses sujeitos.

Nesta caminhada, pôde-se perceber o descompasso entre o desejado pelos moradores e o oferecido pelo Estado, a exemplo das dificuldades da implantação de serviços públicos na região, obrigando seus moradores a conduzir a modelação dos

espaços da Vila, por meio de suas táticas de resistência e sobrevivência, construindo espaços e sociabilidades que a caracterizaram, mitigado pelo interesse político crescente sobre a região, que possuía e possui um potencial eleitoral que não podia e não pode ser desconsiderado.

Desta forma, pode-se reconhecer que seus moradores, em sua luta diária, por sobrevivência e dignidade em seus espaços de morada, conseguiram imprimir marcas expressivas no tecido urbano de Teresina, por meio de suas iniciativas e protestos que repercutiram na opinião pública, reconhecendo que nenhuma conquista é permanente ou definitiva, motivando seus moradores a continuarem em sua luta pelo direito de fazerem parte da cidade.

Por outro lado, o que de fato promoveu a transformação do cenário sob o qual a Vila da Paz estava inserida, foi a atuação social e clerical do padre Pedro Balzi, representante da Igreja Católica, que elegeu a comunidade como principal lócus para o desenvolvimento de suas ações missionárias, que foi marcada pelas construções de obras sociais que beneficiaram diretamente os moradores da Vila.

A educação foi o principal alvo de suas ações, pois padre Pedro compreendeu que, diante da realidade que ele próprio vivenciou de perto, apenas a educação seria capaz de transformar a comunidade, que ele acompanhou e colaborou diretamente para o desenvolvimento do lugar que nasceu sob o signo da carência. O ensino, sem dúvidas, foi privilegiado por sua vontade de construir instalações que se iniciava do alicerce até a mobília das escolas, que atendem desde o nível infantil até o ensino médio, bem como favoreceu a educação com tendência profissional. Destacou-se também no aspecto religioso, fosse pela sua postura como padre ou fosse pela espacialidade das obras que promoveu na Vila e nas regiões adjacentes.

Entende-se que o protagonismo dos moradores, associado à ação social do sacerdote, foi o elemento chave para a consolidação da Vila da Paz, enquanto lugar de morada, legitimando o fato de que, sim, a população marginalizada também é construtora da cidade, visto que: “nós fomos buscar, nós fomos à luta”²⁵³.

²⁵³ BARROS, op. cit., 2018.

Referências Bibliográficas e Fontes

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. In: **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 15, abr/1997.

ARAÚJO, Cristina Cunha de. **Trilhas e estradas:** a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980). Teresina: Universidade Federal do Piauí/ PPGHB [Dissertação], 2009.

BALZI, G; CARISSONI, A. (Ogr.). **Construtor de Amor:** Padre Pedro Balzi. Teresina: Halley, 2013.

BALZI, Pedro. **História da Paróquia Santuário Nossa Senhora da Paz:** Gráfica do Povo. 2009.

BALZI, Pedro. [Carta] 22 jul. 1998, Teresina [para] FILHO, Firmino de Silveira Soares., Teresina. Apresentação da solicitação dos equipamentos necessários para o funcionamento do Centro de Saúde.

BARCELAR, Olavo Ivanhoé de Brito. **Fluxos migratórios e crescimento urbano piauiense.** Carta CEPRO. Teresina. vol. 6, n.1, p.25. jan/jun.1980.

BARCELAR, Olavo Ivanhoé de Brito, Portela, Gerson. **Causas e tendências do processo migratório piauiense.** Teresina: Fundação CEPRO, 1990.

BESSA, Bráulio. **Poesia que transforma;** Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

BOFF, Leonardo. **E A IGREJA SE FEZ POVO.** São Paulo: Editora Vozes, 1986.

CAMARGO, Aspásia. Como a História Oral chegou ao Brasil: entrevista com Aspásia Camargo por Maria Celina d'Araújo. *História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral.* São Paulo, n. 2, jun. 1999, p. 167-179.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto. 2001.

_____, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007,

Carta CEPRO/ Teresina/ V.15/ n.1/ Jan-Jun. 1994.

Carta CEPRO, Teresina, v.16, n.1, jan./jun. 1995.

Carta Aberta Aos Teresinenses: **A cidade é o povo e o povo exige moradia.** Teresina, 12 Ago. 1987.

CHAUÍ, Marilena, Nogueira, Marco Aurélio, **O pensamento político e a redemocratização política do Brasil.** Lua Nova [online] 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67307106>. Acesso em 14 jan. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2018.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Fazer ver o que vemos: Michel Foucault – por uma história diagnóstica do presente. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 3, set.-dez. 2007. p. 321-329.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer, 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. In.: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar, 6 ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

_____, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: Uma Antologia**; Rio de Janeiro. EdUERJ, 2013.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva: **Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela**. Rio de Janeiro, DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 3 - JUL/AGO/SET 2011 - pp. 371-401.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidade. 2 ed. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

EVERTON, Sthenio de Sousa. **RESSONÂNCIAS DE UM PASSADO PRÓXIMO**: Teresina, a cidade do #Contraoamento e os movimentos sociais em rede. Teresina: Universidade Federal do Piauí/ PPGHB [Dissertação], 2018.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: passado, presente e ...** Publicado na Carta CEPRO, Teresina, v.22, n.1, p.59-69, jan./jun. 2003. Disponível em:

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iiV_i3enngsJ:https://sigaa.ufpi.br/sigaa/verProducao%3FidProducao%3D877156%26key%3D9fcac448d38db120e1f951. Acessado em 30 de out. 2017.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O Recinto do Elogio e da Crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

_____, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. **NASCE UM BAIRRO RENASCE A ESPERANÇA**: história e memória de moradores do Conjunto Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017.

_____, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. A EDUCAÇÃO PIAUIENSE EM TEMPOS DE FUNDEF: ENTRE AS PROMESSAS E AS INOVAÇÕES. **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 43-76, jul./dez. 2012. DOI: 10.5433/2238-3018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. SP: Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**: trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz. 2000.

LACERDA, Benilton Torres de. **O altar politizado: O bairro Parque Piauí Teresina -PI e a ação da Igreja Católica na organização dos movimentos populares (1968-1985)**. Teresina: Universidade Federal do Piauí [Dissertação], 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 7ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

LEITE, Marcos Esdras. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade de Montes**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia [Dissertação], 2006.

LIMA, Antônia Jesuíta de, **A Atuação de Governos Locais e as Políticas Urbanas no Contexto de Descentralização das Políticas Públicas**. IN: II Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular**. Teresina: EDUFPI, 2010.

LIMA, Francisca Lidiane de Sousa. **Rupturas, permanências e vivências cotidianas: o bairro Mafuá de 1970 a 1990**. Teresina: Universidade Federal do Piauí. [Dissertação], 2006.

LIMA, Jurandir Gonçalves. **Memórias Afetivas de Teresina: Tensões entre Tradição e Modernidade no processo de Modernização da Cidade (1970-2000)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/PPGH [Tese], 2016.

LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília. Câmara dos Deputados. 2001.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**: trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense. 2004.

MARTINS, José de Sousa. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília M. (ORG.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATOS, Maria de Fátima Aquino. **Localização e Caracterização da Pobreza Urbana na Grande Pobreza**. Carta Cepro, Teresina. v.16, 1995.

MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; Mayol, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MEDEIROS, Lucineide Barros. **A Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí – FAMCC e o “Orçamento Popular de Teresina” –**

OPT, Revelando a Natureza de Classe do Estado e Práticas Sócio-Políticas Emergentes no Processo de Educação Política Teresina, PI. (Dissertação de Mestrado) 2004.

MELLO, João Manuel C. de.; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lília M. (ORG.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONTE, Regianny Lima. **Vidas Incertas: O processo de modernização e segregação urbana de Teresina na década de 1970**, Teresina, Piauí: IFPI- Campus Teresina Zona Sul, 2017.

MONTE, Regianny Lima. **Cidade segregada - o espaço dos sem espaços: o processo de ocupações irregulares em Teresina na década de 1990 - o caso vila irmã Dulce**. Brasília. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História* – ANPUH, julho 2017.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória: combates pela história. **Revista de História Oral**. v.10, n.1, ano 2007.

_____, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MOTA, Anderson Mourão. **Projeto de Urbanização da Vila da Paz**, 4º Prêmio Caixa – IAB- Instituto de Arquitetos do Brasil. 2008-2009, Categoria estudantil, MODALIDADE 2: Habitação Sustentável Multifamiliar em Áreas de Favelas. Disponível em: <http://concursosdeprojeto.files.wordpress.com/2009/06/caixa-iab-09-est-m2-p5.jpg>. Acesso em 09 mar. 2019.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1960 e 1970**. Revista Brasileira de História. vol. 27 n.53. São Paulo Jan./jun. 2007.

_____, Francisco Alcides do. **Teresina a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza**. In: Comemorações, 2011, São Paulo. Anais [XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH] São Paulo: USP, 2011. p. 9-10.

_____, Francisco Alcides do. **A Cidade sob o Fogo: Modernização e Violência Policial em Teresina (1937 – 1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015.

_____, Francisco Alcides do. **Cidades das letras**. In: História: da produção ao espaço público, 2014, Santos. Anais [XXII Encontro Estadual de História da ANPUH]. Santos: UNISANTOS, 2014. p. 01-15.

_____, Francisco Alcides do. **Raimundo Wall Ferraz: o político e o intelectual**. In: Ficção e Poder: Oralidade, Imagem e Escrita, 2017, Fortaleza. Anais [XI Encontro Regional Nordeste de História Oral]. Fortaleza: UFC, 2017. p. 01-16.

NETO, Alcimor Aguiar Rocha. **Os reflexos do Golpe de 64 na política, economia e sociedade atual**. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI11008,41046>. Acesso em 11 mar.2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC- SP**, n.10, p.7-28, São Paulo, 1993.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser Gonçalves. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. nº 72, ano. 9. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23. Acesso em 09 mar. 2019.

PEREIRA. Mateus Henrique de Faria, SARTI. Flavia Medeiros. **A leitura Entre Táticas e Estratégias?** Consumo Cultural e Práticas Epistolares. *História da Educação*, v. 14, n. 31, maio/ago. 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. *Revista Brasileira de História*, vol.27, n.53, jun. 2007.

PIAUI. Tribunal de Justiça. Ação de Reintegração de Posse nº 86. Requerente: Maria Alice Alves Cavalcante Ferraz: Contra: Ananias Luiz Pereira e Outros. Relator: juiz da 5ª Vara Cível: Osires Neves de Melo Filho. Teresina, 21 de Outubro de 1986.

RÉMOND, René. **Por Uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed, Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIBERIRO, Acilino. **Manifesto aos bravos companheiros de luta da Vila da Paz**, 1987.

RODRIGUES, Edmundo Ximenes Neto. LIMA, Antônia Jesuíta de. **Governo local e movimentos sociais por moradia: dilemas da gestão urbana**. *Revista Textos & Contextos Porto Alegre* v. 6 n. 1 p. 105-125. jan./jun. 2007.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Coleção Primeiros Passos; 203. p, 26.

SANTOS JÚNIOR, Antonio das Graças José dos; SILVA, Denivilson Fiúza da; CAMARGO, Antônio Carlos dos Santos; SANTOS, Amanda Soares. **A Urbanização e os Impactos Ambientais: O Caso do Bairro Jardim dos Buritis, Buritizeiro-MG**. Relatório de Pesquisa, 2012. Disponível em: <http://www.unimontes.br/arquivos/2012/geografia_ixerg/eixo_politica_meio_ambiente/a_urbanizacao_e_os_impactos_ambientais_-_o_caso_do_bairro_jardim_dos_buritis.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SEIXAS, Jacy A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: NAXARA, M; BRESCIANI, S. (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2004.

TAVARES, Zózimo. **O Piauí no Século 20: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003.

TERESINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação geral. **Projeto Vila-Bairro**. Teresina: PMT, 1997.

_____. Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social. **Censos das Vilas e Favelas de Teresina**. Teresina: PMT, 1993, 1996, 1999.

_____. **Teresina em Dados**/Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação geral. **Relatório do Projeto Básico do Parque Urbano Linear e Revegetação de Encostas**. Etapa: Produto Parcial 04. Teresina, Ago. 2015.

TERESINA. Câmara Municipal. Acervo Digital. **Lei nº 2.264 de 1993.; Lei nº 2.311 de 1994.; Lei nº 2.351 de 1994.** Disponível em: <http://www.teresina.pi.leg.br/acervodigital/home>. Acesso em 16 jan. 2019.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, 87: 139-165, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/25005>> Acessado em 22 jan.2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**; 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VIANA, Bartira Araújo da Silva. **O sentido da cidade: entre a evolução urbana e o processo de verticalização**. Carta Cepro, v.23, n. 1, 2005.

VIANA, Débora Silva. **E o que você trouxe na mala? Trajetória de vida dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970**. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI. ISBN: 978-85-98711-10-2.

VIERA, Ângela Oliveira.; FAÇANHA, Antonio Cardoso. **Ocupação Vila Irmã Dulce: Uma Experiência na Luta Urbana de Teresina (PI)**. Anais do XI- Encontro Nacional da ANPEGE. ISSN2175-8875. Out. 9 a 12 de 2015.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. **Os Fazedores de Cidade – Uma História da Mudança da Capital no Piauí (1800-1852)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/PPGH [Tese], 2016.

WILLIAMS, **Raymond**. **Palavras-Chave** [um vocabulário de cultura e sociedade] São Paulo: Boitempo, 2007.

ENTREVISTAS:

BARROS, Antônia Rodrigues do Nascimento. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, nas instalações da Fundação Nossa Senhora da Paz. Teresina, 09 de out. 2018.

PAULA, José Félix de. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência do entrevistado. Teresina, 09 ago. 2016.

PAULA, José Félix de. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência do entrevistado. Teresina, 16 abr. 2018.

PAULA, Josélia Alves de. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência do pai o Sr. José Félix de Paula. Teresina, 26 jun. 2017.

SILVA. Maria da Cruz Viana da. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência da entrevistada. Teresina, 29 jun. 2018.

FONTES HEMEROGRÁFICAS:

AUMENTAM os mendigos... **O Dia**, 08 set.1980, p.08.

BRIGAS...**O Dia**. Recorte de jornal presente no acervo do Memorial padre Pedro Balzi.

COMUNIDADE protesta.... **Correio do Piauí**, Teresina, jul. 1987, p.4.

DESEMPREGO aumentou ...**O Dia**, 09 out.1986, p.02.

DESPEJO de famílias é repudiado. **O Dia**, Teresina, 24 set, 1980.

FALTA de gás... **O Dia**, 08 set.1980, p.08.

FAVELADOS da Vila da Paz correm risco de despejo. **O Dia**, 21 jan. 1987, p. 07.

FAVELADOS fazem... **Correio do Piauí**, Teresina, set. 1987, p.5.

FAVELA sob a ponte do Poti está crescendo. **O DIA**, Teresina, set. 1986, p. 2.

INDÚSTRIA da favela... **O Dia**, 07/08 set. 1980, p. 05.

MORADORES da Vila...**Jornal da Manhã**, 05 jul. 1987, p.3.

MORADORES da Vila.....**O Dia**, 02/03 jun. 1991, p.02.

OBRAS a serem inauguradas. **O Dia**, Teresina. p. 3, 17 out. 1980.

Os SEM-CASA vão... **Correio do Piauí**, Teresina, set. 1987, p.5.

PADRE é ameaçado de morte por traficante na V. da Paz. **Diário do Povo**, 24 set. 1993, p.8.

RODOVIÁRIA, o abrigo para quem não tem casa. **O Dia**, Teresina, p. 14/15 set. 1980.

TERESINA sem gêneros de consumo. **O Dia**, Teresina, 11 set 1980, p.07.

TERRAS são... **Correio do Piauí**, Teresina, maio. 1987, p.5.

TERESINA não tem mais o feijão preto. **O Dia**, 11 set.1980, p.07.

TODA VERDADE... **O Dia**. 18 Fev, 1987, p.03.

TUMULTO e prisão na tentativa de despejo na Vila. **O Dia**, 13 fev. 1987, p. 07.

VILA da Paz protesta contra falta d'água. **Correio do Piauí**, 07 jul. 1987, p.05.

VILA da Paz....**O Dia**. 18 fev.1987, p.03.

VILA da Paz um povo em....**O Dia**. fev.1987, página principal.

WALL desapropria....**O Dia**, 14 fev. 1987, p. 03.

Anexo**Imagem 01: REUNIÃO ENTRE PADRE PEDRO E O PREFEITO WALL FERRAZ**

Fonte: Memorial Padre Pedro Balzi.

Imagem 02: TERRENO DESMATADO DURANTE A OCUPAÇÃO DA VILA DA PAZ

Fonte: Autos do processo de reintegração de posse.

Imagem 03: VISTA ATUAL DA VILA DA PAZ

Fonte: Foto de Vitor Eduardo Sampaio dos Santos, acervo pessoal, 2018.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME DO PROJETO: E os favelados fazem a Cidade! a Vila da Paz e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1986-1990)

DADOS DA ENTREVISTADORA

Nome completo: Karina Viana da Silva

Local e data de nascimento: Teresina, 21/03/1990

Endereço residencial completo: Rua 09, nº3121, Vila da Paz, Teresina-PI

Endereço eletrônico: karinna.vianna@hotmail.com

DADOS DO DEPOENTE

Nome completo: José Félix de Paula

Resumo Biográfico do Depoente: Morador que participou da ocupação do terreno da Vila da Paz vivenciou as primeiras lutas para permanecer no local, é casada tem três filhos, participou ativamente da associação de moradores da Vila da Paz e mora na comunidade a trinta e dois anos.

Local e data de nascimento: Teresina, 05/10/1943

Endereço residencial completo: Rua Santa Rita nº 3686

Profissão atual: Aposentado

Profissão anterior: Comandante do Agrupamento de policial, Delegado, Policial Militar

DADOS DA ENTREVISTA

Tipo: História temática

Entrevistadora: Karina Viana da Silva

Data: 09 ago. 2016

Duração: 00:06:13

Local da entrevista: Residência do Entrevistado

Formato de gravação: MPEG-4

Questionário

1. A Vila da Paz começou no ano de 1986, você chegou aqui nesse mesmo ano?
2. Você ajudou a capinar os matos?
3. O senhor foi um desbravador mesmo, aí depois você fez uma casa de palha?
4. O que o senhor lembra do começo? Não tinha água, não tinha luz, era muito violento?
5. Ai não tinha nada no começo? As ruas eram acidentadas?

6. E demorou muito para chegar? (infraestrutura)
7. E como relação teve muita manifestação? O senhor participou?
8. Essa questão de água e luz não demorou muito?
9. Chegado água e luz ai depois que veio a abertura das ruas e calçamento?
10. Mas assim como o senhor vê aqui a questão da urbanização da Vila da Paz, demorou muito além da água e da luz, foi cedo, foi tardia?
11. Foi muito violenta essa luta?
12. Como o senhor vê o processo de urbanização da Vila da Paz que está acontecendo nas grotas? Como o senhor enxerga isso? É uma melhoria?
13. E teve muita resistência do povo que morava ali na beirada da grotas?
14. E o senhor se lembra de como se deu o nome Vila da Paz? O porquê desse nome?
15. O senhor também se lembra do vereador que ajudou muito aqui a Vila da Paz, o Acelino Ribeiro?
16. Também tinha uma senhora, que o sobrenome dela era da paz, você lembra?

Roteiro da Entrevista Concedida em- 16 de abril de 2018, com duração de: 00:46:00

1. Onde o senhor morava antes de vim para cá, para Vila da Paz?
2. E por que o senhor decidiu vim para cá?
3. Mas o que de fato lhe trouxe para cá? O senhor você morava de aluguel lá no Cristo Rei?
4. De quem era a casa? E o senhor sentiu a necessidade de sair de lá?
5. O senhor morou muito tempo, lá na casa dela?
6. Aí como foi que o senhor ficou sabendo da ocupação aqui da vila?
7. E o senhor lembra mais ou menos quando foi o ano?
8. O senhor veio bem no começo ou só depois de alguns meses?
9. Como é que o senhor lembra, daquele tempo, era tempo de dificuldade? De setembro de 1986?
10. Assim, como era Teresina, como era sua vivência....Como era o seu poder econômico, se o senhor passou por dificuldade?
11. O senhor era policial militar?
12. Que tamanho era a sua família?
13. O senhor falou na entrevista anterior que aqui era só mato.

14. E era muita gente?
15. Teve muita briga, assim, o povo indo às vias de fato?
16. O senhor pode falar um pouco da caminhada ou da trajetória até chegar aqui na construção da casa?
17. Porque foi que o Cícero Ferraz quis ficar como dono do terreno?
18. O senhor está me dando uma informação preciosa. Porque eu estava olhando nos jornais que esse terreno estava sobre a ação de litígio. Entre os proprietários que eram vários e a prefeitura. Porque até então o Estado comprou só aquela parte da rodoviária.
19. Até porque o senhor falou que era ano de política. Como o senhor compreendeu a ordem de despejo? (Referente a essa pergunta o entrevistado não entendeu o significado. Respondendo referente a desapropriação do terreno).
20. O senhor está falando quando o prefeito desapropriou?
21. Não, mais eu estou perguntando como foi o momento que os policiais juntamente com os oficiais de justiça vieram com aquela reintegração de posse. Que o juiz expediu a ordem, como o senhor entendeu aquilo? (novamente o entrevistado não entendeu o significado da pergunta)
22. O que, que os moradores fizeram diante dessa ordem. Deixa eu lhe explicar, que a ordem de despejo que eu estou lhe perguntando, é tirar todos os moradores daqui.
23. Os moradores foram as vias de fato?
24. Mas resistiram de que maneiras?
25. Mas essa ordem chegou aqui para o senhor também? Porque o senhor fala relativo ao pessoal da frente da rodoviária.
26. Pra dar apoio aos outros.
27. Nesse momento foi perguntado ao entrevistado a localização da associação de moradores dos três andares. Ele informou e falou um pouco sobre a questão das associações nos bairros.
28. Então naquela época a associação de moradores era mais representativa tinha mais força?
29. Era se fixar mesmo no local?
30. E o que lhe motivou a continuar em lugar que corria o perigo de ser totalmente desapropriado?
31. E ter um teto sem ter que pagar?

32. É porque naquele tempo, havia também, em oitenta em final de oitenta havia muitos programas de habitação, mas que as pessoas tinham que pagar as prestações das casas.
33. Além de quê tinha a questão de pagar e ainda tinha o apadrinhamento político nesses conjuntos habitacionais, um dos maiores aqui de Teresina foi o Itararé o Dirceu, Parque Piauí, Mocambinho.
34. E os serviços básicos com energia elétrica e a água custaram a chegar aqui na Vila da Paz?
35. Então não custaram a chegar porque os moradores se manifestaram?
36. Então o senhor falou que os serviços não custaram a chegar, porque os moradores se juntaram e reivindicaram pelas melhorias?
37. Então o senhor classificaria a ocupação da Vila da Paz como forte?
38. E agora a gente vai falar um pouquinho da participação do padre Pedro Balzi. E para o senhor qual foi a participação do padre Pedro Balzi em transformar a Vila da Paz no que é hoje?
39. (nessa parte a entrevista sofre interferência do filho do Sr. Félix)
40. Apadrinhando adotando a distância?
41. Então o senhor classificaria a participação dele como fundamental?
42. E o senhor queria falar mais alguma coisa que o senhor lembra daquela época, que lhe marcou naquele momento da ocupação.
43. Quais foram as diretorias que o senhor participou?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME DO PROJETO: A CIDADE, SUA TRAMA E SEUS DRAMAS: a Vila da Paz e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1986-1990)

DADOS DA ENTREVISTADORA

Nome completo: Karina Viana da Silva

Local e data de nascimento: Teresina, 21/03/1990

Endereço residencial completo: Rua 09, nº3121, Vila da Paz, Teresina-PI

Endereço eletrônico: karinna.vianna@hotmail.com

DADOS DO DEPOENTE

Nome completo: Maria da Cruz Viana da Silva

Resumo Biográfico do Depoente: Moradora que participou da ocupação do terreno da Vila da Paz vivenciou as primeiras lutas para permanecer no local, é casada tem quatro filhos e mora na comunidade a trinta e três anos.

Local e data de nascimento: Teresina, 20/03/1967

Endereço residencial completo: Rua Turiaçú nº3121 Vila da Paz, Teresina-PI

Profissão atual: Dona de Casa

Profissões anteriores: Costureira, Vendedora, Empregada Doméstica.

DADOS DA ENTREVISTA

Tipo: História temática

Entrevistadora: Karina Viana da Silva

Data: 02 maio 2017

Duração: 00:06:13

Local da entrevista: Residência da Entrevistada

Formato de gravação: MPEG-4

Questionário

1. Como foi o processo de constituição da Vila da Paz?
2. E era limpa a água?
3. Demorou muito pra chegar água e luz?
4. Cerca de um ano então?
5. Sim, e a ação da polícia, a senhora achou violenta?
6. E foi de reuniões e reuniões que foi melhorando?
7. Era unido no começo?
8. Perdeu força a associação?
9. E como a senhora vê esse processo que está acontecendo agora de urbanização?

ROTEIRO DA ENTREVISTA CONCEDIDA EM: 29 jun. 2018. Duração: 00:04:46

1. Pra você qual foi a participação do padre Pedro Balzi para transformar a vila da paz no bairro que é hoje?
2. Só dele ou em conjunto com os moradores?
3. Então ele ia conversar com o prefeito?
4. E quando não conseguiam, o que os moradores faziam?
5. Protesto de que maneira?
6. E como você vê atuação do padre Pedro Balzi no contexto da Vila da Paz?
7. E você percebe uma diferença quando ele era vivo e depois que ele faleceu na questão de como você falou da criminalidade?
8. Qual passarela? Essa aqui?
9. E você consegue perceber uma diferenciação do crescimento da Vila da Paz sem o padre Pedro?
10. E como você classificaria o papel desenvolvido pelo padre Pedro Balzi? Pra comunidade, pra senhora, pra sua família?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME DO PROJETO: A CIDADE, SUA TRAMA E SEUS DRAMAS: a Vila da Paz e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1986-1990)

DADOS DA ENTREVISTADORA

Nome completo: Karina Viana da Silva

Local e data de nascimento: Teresina, 21/03/1990

Endereço residencial completo: Rua 09, nº3121, Vila da Paz, Teresina-PI

Endereço eletrônico: karinna.vianna@hotmail.com

DADOS DO DEPOENTE

Nome completo: Josélia Alves de Paula Silva

Resumo Biográfico do Depoente: Moradora que manteve um contato próximo com padre Pedro Balzi, foi professora na Creche Nossa Senhora da Paz e participa da equipe de cântico na paróquia Nossa Senhora da Paz.

Local e data de nascimento: Teresina, 10/05/1970

Endereço residencial completo: Rua Francisco Soares da Silva nº 3385 Três Andares

Profissão atual: Professora

DADOS DA ENTREVISTA

Tipo: História temática

Entrevistadora: Karina Viana da Silva

Data: 26 jul. 2017.

Duração: 00:06:19

Local da entrevista: Residência dos pais da entrevistada

Formato de gravação: MPEG-4

Questionário

1. Até porque no início tem relatos que era muito violenta a vila.
2. E esses investimentos que ele recebia na época em que ele era vivo, ainda tem?
3. E você consegue ver assim um distanciamento da história da Vila com a história do Padre Pedro? Você consegue perceber uma diferenciação? Seria possível sem ele ou não?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME DO PROJETO: E os favelados fazem a Cidade! A Vila da Paz e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1986-1990)

DADOS DA ENTREVISTADORA

Nome completo: Karina Viana da Silva

Local e data de nascimento: Teresina, 21/03/1990

Endereço residencial completo: Rua 09, nº3121, Vila da Paz, Teresina-PI

Endereço eletrônico: karinna.vianna@hotmail.com

DADOS DO DEPOENTE

Nome completo: Antonia Rodrigues do Nascimento Barros

Resumo Biográfico do Depoente: Moradora que participou da ocupação do terreno da Vila da Paz vivenciou as primeiras lutas para permanecer no local, foi presidente da associação de moradores por três vezes, é presidente da Fundação Nossa Senhora da Paz.

Local e data de nascimento: Pedreiras – Maranhão, 1960.

Endereço residencial completo: Rua Paraguai Três Andares, Teresina-PI.

Profissão atual: Presidente da Fundação Nossa Senhora da Paz e funcionária Pública

DADOS DA ENTREVISTA

Tipo: História temática

Entrevistadora: Karina Viana da Silva

Data: 09 out. 2018.

Duração: 2:30:13

Local da entrevista: Instalações da Fundação

Formato de gravação: MPEG-4

Questionário

1. Qual o nome da senhora?
2. Onde e quando a senhora nasceu?
3. Qual o nome de seus pais?
4. Qual a profissão deles?
5. Eles eram alfabetizados?
6. Quantos filhos seus pais tiveram e qual a sua posição de nascimento?
7. Quantos fizeram curso superior e quais cursos fizeram?
8. A sua família teve peso decisivo no curso que você escolheu?
9. Conte-nos um pouco sobre a sua vida acadêmica.
10. A senhora disse que tem quatro filhos, qual a escolaridade e profissão deles, eles já são casados?
11. Como se deu a sua chegada em Teresina, quais os motivos e como a senhora chegou?

12. O que marcou as suas primeiras lembranças sobre a cidade? O quê você achou mais bonito?
13. O que lhe pareceu mais estranho quando chegou aqui em Teresina?
14. Quais os limites entre o centro da cidade e Vila da Paz?
15. A senhora continua no mesmo lugar que roçou ou já mudou?
16. Quando você chegou aqui, você já era separada?
17. Como você soube das primeiras notícias sobre a ocupação da Vila da Paz?
18. Como foi o momento da ordem de despejo, foi violento?
19. Mas diante desse contexto de despejo o que lhe motivou a continuar em um terreno que corria o perigo de ser retomado pelo proprietário?
20. Com relação ao poder público eles assistiram nesse momento?
21. Os serviços básicos como água, energia elétrica, calçamento custaram a chegar à Vila da Paz? O que os moradores fizeram para conquistar?
22. Como foi que você e o padre Pedro Balzi se conheceram, qual foi o primeiro contato?
23. Como você classifica o papel desenvolvido por padre Pedro Balzi no contexto de criação e desenvolvimento da Vila da Paz?
24. Você o classificaria além de um benfeitor social um conservador como padre?
25. Como se dava a relação do padre Pedro com poder público?
26. Como se dava a comunicação do padre com os benfeitores para receber os recursos para fazer as obras sociais?
27. Com relação aos recursos recebidos havia uma regularidade ou acontecia conforme os pedidos do padre Pedro?
28. Com relação aos livros do tombo você saberia dizer se está com a Fundação ou com a Igreja?
29. Você saberia dizer como o governo a nível federal e estadual se portava frente ao repasse das doações?
30. O repasse aos programas de assistência social ainda permanecem depois o falecimento do padre?
31. O que você destaca em relação ao que eu mais mudou antes e depois do falecimento do padre Pedro?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº 466/2012, MS

Prezado(a) Senhor(a),

Esta pesquisa é sobre as “E os Favelados Fazem a Cidade! A Vila da Paz e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1980-1990)” e está sendo desenvolvida por Karina Viana da Silva do curso de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação dos professores Dr. Marcelo de Sousa Neto.

Os objetivos do estudo são compreender a fundação da Vila da Paz, a atuação clerical do padre Pedro Balzi e o protagonismo dos primeiros moradores da Vila. A finalidade deste trabalho é contribuir para o entendimento acerca do desenvolvimento da configuração histórica desse espaço enquanto lugar de morada, bem como evidenciar a força e a resistência da Vila da Paz no contexto histórico da cidade de Teresina nos primeiros anos da sua existência.

Solicitamos a sua colaboração para a concessão da entrevista, com duração de 2 horas 30 minutos e 13 segundos como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos de História e publicar em revista científica nacional e/ou internacional.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Karina Viana da Silva

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Teresina, 15 de fevereiro de 2019

Aubaci Rodrigues do Nascimento Ramos

Assinatura da participante

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

(86)98879-0363.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº 466/2012, MS

Prezado Senhor,

Esta pesquisa é sobre as “A Vila, o Padre e a Cidade: a Vila da Paz e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1986-1990)” e está sendo desenvolvida por Karina Viana da Silva do curso de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação dos professores Dr. Marcelo de Sousa Neto.

Os objetivos do estudo são compreender a fundação da Vila da Paz, a atuação clerical do padre Pedro Balzi e o protagonismo dos primeiros moradores do bairro. A finalidade deste trabalho é contribuir para o entendimento acerca do desenvolvimento da configuração histórica desse espaço enquanto lugar de morada, bem como evidenciar a força e a resistência da Vila da Paz no contexto histórico da cidade de Teresina nos primeiros anos da sua existência.

Solicitamos a sua colaboração para a concessão das entrevistas, ambas com duração: de 28 minutos e 78 segundos e outra com duração de 15 minutos e 47 segundos como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos de História e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Karina Viana da Silva

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Teresina, de agosto de 2018

Jose Felipe de Paula

Assinatura da participante

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) (86)98879-0363.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº 466/2012, MS

Prezado(a) Senhor(a),

Esta pesquisa é sobre as “E os Favelados Fazem a Cidade! A Vila da Paz e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1980-1990)” e está sendo desenvolvida por Karina Viana da Silva do curso de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação dos professores Dr. Marcelo de Sousa Neto.

Os objetivos do estudo são compreender a fundação da Vila da Paz, a atuação clerical do padre Pedro Balzi e o protagonismo dos primeiros moradores da Vila. A finalidade deste trabalho é contribuir para o entendimento acerca do desenvolvimento da configuração histórica desse espaço enquanto lugar de morada, bem como evidenciar a força e a resistência da Vila da Paz no contexto histórico da cidade de Teresina nos primeiros anos da sua existência.

Solicitamos a sua colaboração para a concessão da entrevista, com duração: de 6 minutos e 19 segundos como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos de História e publicar em revista científica nacional e/ou internacional.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Karina Viana da Silva

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Teresina, 20 de Março de 2019

Joselia Alves de Paula Silva

Assinatura da participante

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)
(86)98879-0363.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº 466/2012, MS

Prezado Senhor(a),

Esta pesquisa é sobre as “A CIDADE, SUA TRAMA E SEUS DRAMAS: A Vila da Paz e suas histórias na luta por moradia (Teresina, 1980-1990)” e está sendo desenvolvida por Karina Viana da Silva do curso de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação do professor Dr. Marcelo de Sousa Neto.

Os objetivos do estudo são compreender a fundação da Vila da Paz, a atuação clerical do padre Pedro Balzi e o protagonismo dos primeiros moradores da Vila. A finalidade deste trabalho é contribuir para o entendimento acerca do desenvolvimento da configuração histórica desse espaço enquanto lugar de morada, bem como evidenciar a força e a resistência da Vila da Paz no contexto histórico da cidade de Teresina nos primeiros anos da sua existência.

Solicitamos a sua colaboração para a concessão das entrevistas, ambas com duração: de 6 minutos e 13 segundos e outra com duração de 4 minutos e 46 segundos como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos de História e publicar em revista científica nacional e/ou internacional.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Karina Viana da Silva

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Teresina, 24 de Março de 2019

Mariana da Cruz Viana da Silva

Assinatura da participante

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

(86)98879-0363.